



**DEPARTAMENTO DE DIREITO**  
**MESTRADO EM DIREITO**  
**ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICAS**  
**UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA**  
**“LUÍS DE CAMÕES”**

**JUSTIÇA DIGITAL: A INCLUSÃO DA TECNOLOGIA AO SERVIÇO DA  
RESOLUÇÃO DE CONFLITOS**

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Direito

Autor: Felipe Wicks de Oliveira Falcão

Orientador: Professor Doutor António Pedro Pinto Monteiro

Número do candidato: 20160845

**Junho de 2022**

**Lisboa**

## AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço aos meus pais Francisco Cândido de Melo Falcão Neto e Elizabeth Wicks de Oliveira, por todo o suporte, confiança e carinho. Aos meus avós maternos Conceição Maria Wicks de Oliveira e Heitor Fernandes Oliveira (*in memoriam*) e meus avós paternos Djaci Alves Falcão (*in memoriam*) e Maria do Carmo de Araújo Falcão (*in memoriam*) pelo exemplo e orientação.

Agradeço ao meu irmão e colega de turma, Djaci Neto pelo incentivo e apoio que sempre me prestou.

A todo o corpo docente da Universidade Autónoma de Lisboa e do Instituto Universitário do Rio de Janeiro por me proporcionarem uma oportunidade acadêmica única, que é a realização do mestrado em Portugal.

Ao meu orientador, Professor Doutor António Pedro Pinto Monteiro, pelo apoio, dedicação e pelas instruções ao longo desta jornada.

Agradeço, por fim, aos colegas da Turma 11 com os quais tive a felicidade de compartilhar este momento de crescimento acadêmico.

A todos, agradeço imensamente.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo o exame da aplicação da Tecnologia ao Direito, mais especificamente nas soluções dos litígios, levando em consideração o papel indispensável que a tecnologia adquiriu nos últimos anos como ferramenta de transformação nos padrões de coletividade, nas relações de convívio social e nas instituições sociais. Analisando, para tanto, a utilização de soluções tecnológicas que objetivem a resolução de conflitos, seja pelo Sistema Judiciário ou através dos meios alternativos de resolução de conflitos. E nesse contexto, apontar a influência positiva da aplicação da tecnologia como uma ferramenta aliada nos litígios, por ser capaz de conferir celeridade processual e um acesso mais facilitado e democrático à justiça, de modo que se demonstrem as possibilidades e os desafios de implementação destas plataformas digitais no Judiciário, tendo como referência as experiências brasileira e portuguesa de inclusão digital.

**Palavras-chave:** Tecnologia; Resolução de Conflitos; Plataformas Digitais;

## ABSTRACT

This paper aims to examine the application of technology to law, more specifically in dispute solutions, taking into account the indispensable role that technology has acquired in recent years as a tool for transformation in patterns of collectivity, in relationships of social coexistence and in social institutions. Analyzing, for this, the use of technological solutions aimed at conflict resolution, either by the Judicial System or through alternative means of conflict resolution. And in this context, point out the positive influence of the application of technology as an allied tool in litigation, as it is able to confer procedural speed and a more facilitated and democratic access to justice, in order to demonstrate the possibilities and challenges of implementing these digital platforms in the judiciary, with reference to the Brazilian and Portuguese experiences of digital inclusion.

**Keywords:** Technology; Conflict resolution; Digital Platforms;

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>CAPÍTULO 1 – A FENOMENOLOGIA DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E O IMPACTO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS .....</b>	<b>8</b>
1.1 Novos paradigmas: tecnologia e a construção da Sociedade da Informação.....	8
1.2 A resolução de conflitos na era da Sociedade da Informação .....	16
1.3 O aporte tecnológico e os primeiros passos da inclusão digital para a resolução de conflitos em Portugal e no Brasil.....	21
<b>CAPÍTULO 2 – INCLUSÃO DIGITAL PARA GARANTIAS CONSTITUCIONAIS PROCESSUAIS: O ACESSO À JUSTIÇA E A CELERIDADE PROCESSUAL.....</b>	<b>39</b>
2.1 O processo judicial eletrônico e a inclusão digital como facilitadores para o acesso à justiça e para a resolução célere de conflitos.....	39
2.2 A evolução dos métodos alternativos de resolução de conflitos em ambiente virtual: <i>Online Dispute Resolution</i> .....	50
<b>CAPÍTULO 3 – A IMPLEMENTAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: POSSIBILIDADES E DESAFIOS. ....</b>	<b>68</b>
3.1 O processo judicial eletrônico e outras medidas: aplicações no sistema brasileiro e português .....	68
3.2 Reflexos na prática forense do uso da nova ferramenta de informática .....	95
3.3 Alguns desafios da implementação de novas tecnologias na prestação jurisdicional .....	99
3.4 O caminho aberto para a resolução de conflitos: o uso das ferramentas digitais como possibilidade de aprimoramento da prestação jurisdicional .....	100
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>104</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>107</b>

## INTRODUÇÃO

A tecnologia incorporou-se à sociedade de forma em que muitas vezes não conseguimos mais pensar o nosso cotidiano sem utilizá-la e tomá-la como se já existisse desde sempre. Atualmente, quando algum indivíduo se refere ao termo “tecnologia”, logo nos vem à cabeça a imagem de tablets, celulares, carros elétricos, viagens espaciais, de entre tantas outras inovações que o mundo experimentou com o advento do século XXI.

Entretanto, como se sabe, a tecnologia desenvolveu-se desde os primórdios da humanidade. Desde as invenções das primeiras ferramentas que aperfeiçoaram a caça e a pesca, a própria descoberta do fogo, como primeira fonte de energia controlada pelo homem e também a invenção da roda que trouxe à vida primitiva um meio de transporte mais rápido e fácil. Tais invenções podem ser consideradas como marcos fundamentais na trajetória do desenvolvimento tecnológico na vida do ser humano.

De fato, nossa sociedade experimenta e vive uma dinâmica de constante evolução, seja no ritmo vagaroso das sociedades pré-históricas ou no ritmo agitado em que vivemos na atualidade. De uma maneira ou de outra, o fato é que as tecnologias surgiram para aprimorar e facilitar a existência humana em diversos fins, ao ponto de não conseguirmos mais pensar nossa própria existência sem aquelas tecnologias.

Assim, naturalmente, junto com os avanços em tecnologia sobrevêm também significativas transformações nas relações sociais. Essas mudanças trazidas pelas evoluções tecnológicas fazem parte de um processo gradual no qual o ser humano de certa forma se adapta aquela nova rotina. Contudo, o tempo que essas mudanças levam para acontecer é um fato importante na equação tempo vs. tecnologia. Afinal, cada vez mais, as tecnologias se desenvolvem em um curto espaço de tempo. E assim, não seria difícil pensar que a geração atual, por exemplo, não se adaptar-se-ia as evoluções tecnológicas que surgissem daqui a 40 anos.

Segundo Castells, esse processo todo adquiriu celeridade no fim do segundo milênio da Era Cristã, quando vários acontecimentos de importância histórica transformaram o cenário social da vida humana. Onde uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação começou a remodelar a base material da sociedade em ritmo acelerado<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup>CASTELLS, Manuel – **A Sociedade em rede**, p. 39.

Apesar disso, durante um longo período na história da humanidade, em um momento compreendido entre a idade média e a idade moderna, o sistema econômico-social baseava-se essencialmente em um sistema de produção no qual a riqueza e os modos de produção de uma sociedade estavam ligados à terra. Tendo como pilar um sistema de trabalho manual, estabelecido através das manufaturas. Durante esse período poucas foram as mudanças em termos de produção de riquezas.

Foi a partir do século XVIII que a Inglaterra viu florescer um grande processo de transformações econômico-sociais, que em breve se espalharia por todo mundo. Um movimento que levou à substituição das ferramentas pelas máquinas, da energia humana pela energia motriz e do modo de produção manual para um sistema fabril. Esse movimento denominado de Revolução Industrial, trouxe o maior aumento na criação de riqueza já visto na história. Em geral, não apenas mudou os setores econômico e industrial, mas também mudou as relações sociais, a relação entre homem e natureza, e levou a mudanças no estilo de vida das pessoas, nos padrões de consumo e no ambiente.

Quando nos questionamos o que conduziu o mundo ao modelo atual, passando por uma transformação tão significativa na sociedade e na forma pela qual nos relacionamos, a resposta é incontestável: a Tecnologia. As inovações tecnológicas fizeram com que uma sociedade que durante anos habituou-se com o trabalho manual e artesanal, prontamente tivesse que se adaptar a uma nova realidade, na qual uma máquina operada por apenas um indivíduo era capaz de produzir o equivalente ao trabalho de dezenas ou até centenas de trabalhadores.

Desde então, os avanços tecnológicos foram imensos, e cada vez mais a tecnologia passou a impactar as relações sociais e o estilo de vida das pessoas. Há algumas décadas atrás realizar uma chamada através de um aparelho portátil e sem fios seria uma tarefa impossível. Hoje, através de um simples telefone móvel somos capazes não apenas de realizar chamadas sem fios, mas também de obter informações em tempo real, solicitar um transporte, ordenar nossas refeições e até mesmo realizar ligações de vídeo com múltiplas pessoas.

A realidade é que a tecnologia nos abre um conjunto de possibilidades infinitas e com destino incerto. As implicações causadas pelas inovações em tecnologia, em como vivemos ou como trabalhamos, certamente transformará a vida dos nossos descendentes.

De forma que, muito provavelmente a vida em sociedade e as instituições existentes na próxima geração serão bastante diferentes da atual.

Fato é que a sociedade moderna já é muito diferente daquela começada com a revolução industrial, considerada como uma quebra nos paradigmas anteriores. Diversos acontecimentos durante esse período nos trouxeram até o presente. Mas de forma acentuada, podemos destacar os acontecimentos após a segunda guerra mundial, onde tendências econômicas do capitalismo passaram a ocorrer pelo mundo, devido à uma economia super aquecida e um processo de globalização em trâmite.

Dessa forma, com o advento da tecnologia pós segunda guerra e o avanço do processo de globalização, uma nova dinâmica social passou a imperar em todos os países capitalistas. A popularização dos aparelhos de rádio difusão e televisão e posteriormente da revolução provocada pela internet nos conduziu à um novo modelo de sociedade, denominada de sociedade da informação que surge oferecendo novas formas de desenvolvimento econômico, social e cultural.

Realmente, é incontestável o papel que a informação adquiriu nos últimos anos. O próprio termo “sociedade da informação” surgiu criando um novo paradigma, com destaque para a informação como fonte de poder. Sendo importante destacar que o conceito de informação está amplamente ligado ao sentido de conhecimento. O conhecimento em suma tornou-se uma chave fundamental para o desenvolvimento humano.



## **CAPÍTULO 1 – A FENOMENOLOGIA DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E O IMPACTO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS**

### **1.1 Novos paradigmas: tecnologia e a construção da Sociedade da Informação**

A fixação de um conceito para o termo sociedade da informação enfrenta uma grande complexidade terminológica por se tratar de uma nomenclatura consideravelmente recente e baseada em eventos dinâmicos. Em outras palavras, a sociedade da informação desponta como um modelo que vem sendo construído dentro de um processo de contínuas mutações.

Na idade contemporânea, as concepções de sociedade da informação e de desenvolvimento tornaram-se indissociáveis, visto que são vários os setores cujo progresso está atrelado ao dinamismo técnico-científico que estruturou o que se costuma denominar sociedade da informação. Diante disso, tal termo passou a ser intensamente utilizado em debates relacionados ao desenvolvimento científico, tecnológico e econômico, fato que também dificultou a sua exatidão conceitual<sup>2</sup>.

Vejamos algumas concepções.

Nas lições de Hugo Assmann<sup>3</sup>, a sociedade da informação é a sociedade que está sendo construída por meio da ampla utilização de tecnologias de baixo custo voltadas ao armazenamento e transmissão de dados e de informação.

Para Takahashi<sup>4</sup>, a sociedade da informação é, em verdade, um fenômeno de escala global com grande capacidade de transformação das atividades sociais e econômicas, tendo em vista que a estrutura e a dinâmica dessas atividades serão influenciadas pelos mecanismos de circulação de informação disponíveis.

Consoante Lastres e Albagli<sup>5</sup>, a sociedade da informação desponta como uma estrutura social, técnica e econômica em crescimento, que marca o período no qual emerge como “era da informação e do conhecimento”.

Tenho em mente que para compreender adequadamente o que se denomina por sociedade da informação é relevante analisar o processo histórico e científico que

---

<sup>2</sup>Nessa linha de raciocínio, assevera-se que, “das propostas políticas oriundas dos países industrializados e das discussões acadêmicas, a expressão “sociedade da informação” transformou-se rapidamente em jargão nos meios de comunicação, alcançando, de forma conceitualmente imprecisa, o universo vocabular do cidadão.” ASSMANN, Hugo – **Reencantar a Educação** - Rumo à Sociedade Aprendiz, p. 23.

<sup>3</sup>*Idem*, p. 23.

<sup>4</sup>TAKASHI, Tadao – **Sociedade da Informação no Brasil – Livro Verde**, p. 120.

<sup>5</sup>LASTRES, Helena M. M.; ALBAGLI, Sarita – **Informação e Globalização na Era do Conhecimento**, p. 43.

promoveu um acesso dinâmico à informação e ao conhecimento, influenciando diretamente no desenvolvimento de diversos setores.

A partir do final do século XX, “a cultura material” de vários países do mundo foi repaginada em decorrência do intenso crescimento de um novo modelo de tecnologia baseado no uso de recursos que favorecessem a aquisição de informação e de conhecimento de maneira cada vez mais acessível<sup>6</sup>.

O principal marco histórico do uso da microeletrônica voltado para o desenvolvimento de tecnologias da informação foi a Segunda Guerra Mundial. Nos anos anteriores ao período mencionado, verificaram-se algumas descobertas e invenções, porém de maneira muito esporádica e com abrangência restrita. Cite-se como exemplo a invenção do telefone, por Alexander Graham Bell, em 1876; a invenção do rádio, por Guglielmo Marconi, em 1898; e a invenção da válvula a vácuo, por Lee De Forest, em 1906. No entanto, somente depois de 1940, que surgiram os grandes propulsores da revolução tecnológica-informacional: o primeiro computador programável e o transistor<sup>7</sup>.

Manuel Castells<sup>8</sup> leciona que apesar de as invenções citadas no parágrafo anterior terem sido de grande contribuição para o deslanche da revolução tecnológica-informacional, a expansão efetiva desta última ocorreu somente a partir de 1970. Para o autor, a difusão das tecnologias está consubstanciada no fato de que elas passaram a se desenvolver de forma simultânea e convergente, favorável à estruturação de um novo paradigma.

É nítido que as revoluções tecnológicas conhecidas e encabeçadas pela humanidade influenciaram diretamente no modo de organização social, política e econômica dos povos de cada época. Apesar de os propulsores de transformação serem distintos de uma revolução tecnológica para outra, todas possuem uma característica essencial em comum.

Conforme Manuel Castells<sup>9</sup>, tal característica é a penetrabilidade. Entende-se que a penetrabilidade é a inserção do cerne da transformação em tudo aquilo que está sob o controle da atividade humana. Por exemplo, o grande avanço das várias fases da Revolução Industrial foi a descoberta de fontes de energia abundantes. Tal descoberta fez

---

<sup>6</sup>CASTELLS, Manuel – **A Sociedade em rede**, p. 67.

<sup>7</sup>*Idem*, p. 76.

<sup>8</sup>*Idem*.

<sup>9</sup>*Idem*, p. 68.

com que novos modelos de organização social, econômica e política fossem configurados.

As ciências sociais explicam o atual estágio de revolução tecnológica, marcada pelo fenômeno nomeado sociedade da informação, tendo como referência a Revolução Industrial. Partem do princípio de que em ambas houve avanços técnicos, sistemáticos e administrativos, porém provenientes de dinâmicas distintas.

A chamada sociedade pós-industrial tinha como força motriz as então descobertas fontes de energia, já a denominada sociedade da informação está baseada em uma dinâmica que passou a ter como estímulo principal a circulação rápida, precisa e massificada de informação e de conhecimento.

Segundo Manuel Castells<sup>10</sup>, o insumo do desenvolvimento deixa de ser a energia e passa a ser a informação. A tecnologia da informação representa hoje o que a eletricidade foi para a Revolução Industrial. A informação tornou-se a matéria-prima fundamental da sociedade moderna.

Nas palavras de Ronaldo Mota Sardenberg:

O conhecimento tornou-se, hoje mais do que no passado, um dos principais fatores de superação de desigualdades, de agregação de valor, criação de emprego qualificado e de propagação do bem-estar. A nova situação tem reflexos no sistema econômico e político. A soberania e a autonomia dos países passam mundialmente por uma nova leitura, e sua manutenção – que é essencial – depende nitidamente do conhecimento, da educação e do desenvolvimento científico e tecnológico<sup>11</sup>.

É importante ressaltar que a atual revolução tecnológica não é definida pelo simples fato de que houve uma intensa viabilização do acesso à informação e ao conhecimento, mas sim pelos frutos da circulação dinamizada de informação e de conhecimento, frutos que são justamente os mecanismos voltados ao fomento da acessibilidade em referência.

Melhor explicando, o verdadeiro cerne da revolução tecnológica contemporânea é a aplicabilidade da informação e do conhecimento para o fomento de técnicas, mecanismos e instrumentos que facilitem o *modus operandi* das mais variadas atividades humanas, inclusive a aquisição de informação e de conhecimento.

---

<sup>10</sup>CASTELLS, Manuel – **A Sociedade em rede**, p. 56.

<sup>11</sup>TAKASHI, Tadao – **Sociedade da Informação no Brasil – Livro Verde**, p. 5.

Manuel Castells refere-se ao processo disposto no parágrafo anterior “[...] como um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso”<sup>12</sup>. À vista disso, é plausível considerar que um dos objetivos da utilização de uma inovação é gerar outra inovação.

Outro aspecto de distinção a ser considerado é a forma como as transformações da revolução tecnológica em referência expandiram-se no espaço geográfico mundial.

Primeiramente, a desigualdade regional das revoluções tecnológicas anteriores foi muito mais acentuada. O contato entre as civilizações não era de troca, mas de controle e submissão.

Segundo, as técnicas da mais atual revolução tecnológica difundiram-se pelo mundo de uma forma muito mais rápida. Isso foi verificado em virtude do uso imediato das tecnologias desenvolvidas, tanto para executar seus objetivos primordiais, quais sejam aqueles relacionados à circulação rápida, precisa e massificada de informação e de conhecimento, quanto para o próprio desenvolvimento das tecnologias<sup>13</sup>.

Pode-se dizer que a revolução tecnológica em andamento é delineada, principalmente, pela ocorrência de três fenômenos, são eles: a convergência da base tecnológica, a dinâmica da indústria e o crescimento da internet.

A convergência da base tecnológica nada mais é que a unicidade de meio para reproduzir e processar quaisquer tipos de informação e de conhecimento. No contexto em estudo, a convergência gira em torno da digitalização<sup>14</sup>. Por meio dela, as principais tecnologias desenvolvidas no processo técnico-revolucionário hodierno, quais sejam a computação, as comunicações e os conteúdos agregam-se de tal forma a ponto de conciliarem suas funções<sup>15</sup>.

---

<sup>12</sup>CASTELLS, Manuel – **A Sociedade em rede**, p. 70.

<sup>13</sup>A respeito, leciona Manuel Castells, “[...] o contato entre civilizações de níveis tecnológicos diferentes frequentemente provocava a destruição da menos desenvolvida ou daquelas que quase não aplicavam seus conhecimentos à tecnologia bélica, como no caso das civilizações americanas, aniquiladas pelos conquistadores espanhóis, às vezes mediante guerras biológicas eventuais. De sua origem na Europa ocidental, a Revolução Industrial estendeu-se para a maior parte do globo durante os dois séculos seguintes. Mas sua expansão foi muito seletiva e seu ritmo bastante lento pelos padrões atuais de difusão tecnológica. [...] seu alcance planetário nas décadas seguintes teve, com bastante frequência, um caráter de dominação colonial, seja na Índia sob o Império Britânico, na América Latina sob a dependência comercial/industrial da Inglaterra e dos EUA, no desmembramento da África mediante o tratado de Berlim, ou na abertura do Japão e da China para o comércio exterior pelas armas dos navios ocidentais.” *Idem*, p. 70.

<sup>14</sup>CORTÉS, Pablo – *The digitalisation of the judicial system: Online tribunals and courts*, pp. 141-144, 2016. Na mesma linha: BARROS, João Pedro Leite. *El arbitraje en línea en conflictos de consumo en Brasil*, pp. 147-172.

<sup>15</sup>“[...] o computador vira um aparelho de TV, a foto favorita sai do álbum para um disquete, e pelo telefone entra-se na internet. Um extenso leque de aplicações abre-se com isso, função apenas da criatividade,

É interessante notar que o fenômeno descrito acima adequa-se à ideia proposta por Manuel Castells a respeito da dinâmica verificada entre os mecanismos oriundos da revolução tecnológica cujo cerne é a informação e o conhecimento, tendo em vista que é possível a visualização do “ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso” no desempenho observado entre os recursos mencionados, que é baseado em uma cooperação técnica e funcional favorável ao desenvolvimento recíproco.

A dinâmica da indústria gerou acessibilidade aos mecanismos criados, principalmente, em um primeiro momento, quanto ao acesso relacionado ao computador, o que foi possível graças a diminuição de preços. Aqui, chamo atenção para o fato de que o fenômeno em referência ilustra o aspecto de distinção mencionado anteriormente, qual seja, o fato de que a atual revolução tecnológica se expandiu geograficamente de maneira mais acentuada em virtude do uso imediato das tecnologias.

Penso que o termo “uso imediato das tecnologias” pode ser associado tanto ao fato de que as técnicas concebidas são rapidamente aplicadas, quanto ao fato de que seu uso massificado é fortemente viabilizado.

A internet mostrou-se como o meio mais efetivo de circulação de informação e de conhecimento nos moldes preconizados pela revolução tecnológica estruturadora da sociedade da informação, visto que foi um instrumento rapidamente massificado e constantemente desenvolvido.

Prova disso são os dados observados já no final do século XX relacionados a sua abrangência: somente nos Estados Unidos da América a rede mundial de computadores alçou cinquenta milhões de usuários nos primeiros quatro anos. No âmbito mundial, alcançou uma expressiva utilização em um período de apenas oito anos (1991-1998)<sup>16</sup>. É válido ressaltar que referida expansão não ocorreu de maneira uniforme, estando atrelada ao nível de desenvolvimento socioeconômico de cada país.

Aqui, tenho em mente ser relevante tecer algumas observações.

A adequada estruturação da sociedade da informação por parte de um Estado deve ser realizada de acordo com o desenvolvimento social e econômico do mesmo. Como abordado anteriormente, os frutos tecnológicos da recente revolução alteraram significativamente diversos setores da civilização, principalmente os relacionados às atividades civis e comerciais. Porém, não podemos ignorar que tais transformações não

---

curiosidade e capacidade de absorção do novo pelas pessoas.” TAKASHI, Tadao – **Sociedade da Informação no Brasil: Livro Verde**, p. 3.

<sup>16</sup>*Idem*, pp. 3-4.

foram percebidas de forma igualitária por todos os indivíduos, levando-se em consideração o fato de que a acessibilidade varia de acordo com alguns fatores relevantes, como, por exemplo, a condição social e financeira e a localização geográfica.

Para dirimir as problemáticas mencionadas no parágrafo anterior, os países, tanto os desenvolvidos, quanto aqueles em via de desenvolvimento, começaram a implementar uma série de políticas públicas voltadas à construção apropriada da sociedade da informação.

Nesse momento, penso ser necessário estabelecer a ideia de que a construção adequada de uma organização social baseada no dinamismo das tecnologias da informação e comunicação é aquela que promove a igualdade material no acesso às inovações. Sendo assim, a estruturação deve ocorrer de forma que seja conferida a possibilidade de os indivíduos adaptarem-se aos avanços da revolução tecnológica-informacional sem que a sua localização e/ou condição socioeconômica sejam empecilhos para tanto.

Consoante Silva e Filho<sup>17</sup>, a inclusão digital está alicerçada em três pilares: nas tecnologias da informação e comunicação; na renda; e na educação.

As tecnologias da informação e comunicação são os meios que viabilizam a informatização das mais variadas atividades. As políticas públicas implementadas e as legislações elaboradas pelo Estado apenas estabelecem os caminhos pelos quais a virtualização dos serviços deve ocorrer. A concreta virtualização depende da disponibilidade dos mecanismos tecnológicos.

A renda está diretamente relacionada à acessibilidade. Deve-se ter em mente que o acesso às tecnologias da informação e comunicação tem um custo. Nesse ponto, é de suma importância a atuação do Estado no que concerne ao implemento de políticas públicas voltadas à disponibilização de acesso a terminais de computadores e correio eletrônico; à redução de tarifas para uso dos sistemas de telecomunicações; e à criação de mecanismos desburocratizados de isenção fiscal com o objetivo de fomentar doações de computadores e equipamentos de infraestrutura.

A inclusão digital deve ser realizada por meio da prática de discursos que defendam a abrangência da informatização baseada no uso de tecnologias da informação

---

<sup>17</sup>SILVA FILHO, Antônio Mendes da – **Os três pilares da inclusão digital**, p. 1.

e comunicação ao maior número de pessoas possível, provenientes de diferentes grupos sociais. Nesse sentido, leciona Edilson Cazeloto:

A inclusão digital é, portanto, um artifício de engenharia social criado para estender ao maior número possível de cidadãos os eventuais benefícios que uma elite já desfruta integralmente, como parte “natural” de sua inserção na sociedade<sup>18</sup>.

Não há que se falar em disponibilidade de tecnologias da informação e comunicação e de meios para acessá-las sem levar em consideração o papel da educação. Sem este último elemento, a informação torna-se inútil, no sentido de que possui pouca ou nenhuma influência no meio social no qual está sendo recebida. É importante que a informação seja aplicada e, assim, gere conhecimento, o que só será possível com a ação conjunta dos três elementos em referência: tecnologias da informação e comunicação; renda e educação.

Na mesma linha de raciocínio dispõe o Ministério da Ciência e Tecnologia de Portugal, no Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal:

A sociedade da informação é uma sociedade para todos. As tecnologias da informação influenciam os mais variados domínios da vida em sociedade. As suas aplicações percorrem o espectro dos grupos sociais. Há barreiras a transpor, oportunidades a explorar e benefícios a colher. O carácter democrático da sociedade da informação deve ser reforçado. Por isso, não é legítimo abandonar os mais desprotegidos e deixar criar uma classe de info-excluídos. É imprescindível promover o acesso universal à info-alfabetização e à infocompetência<sup>19</sup>.

A informação e o conhecimento tornaram-se instrumentos imprescindíveis para o desenvolvimento social e econômico de uma nação. Hodiernamente, pode-se dizer que ao medir a qualidade de vida da população de um país, deve-se observar, dentre outros aspectos, o nível de acesso dos indivíduos às tecnologias da informação e comunicação.

Nas palavras de Rubens da Silva Ferreira:

[...] a informação pode ser entendida como um recurso redutor de incertezas (Wetherbe, 1987; Chiavenato, 1993), e no que concerne ao desenvolvimento, ela pode viabilizar a elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas com maior grau de eficácia e eficiência a partir da análise da complexidade social em suas demandas e contradições<sup>20</sup>.

Apesar de tudo, com a ocorrência dos fenômenos descritos, consolidaram-se os usos fundamentais das tecnologias da informação, ponto crucial da revolução tecnológica

---

<sup>18</sup>CAZELOTO, Edilson – **Inclusão digital**: Uma visão crítica, p. 125.

<sup>19</sup>PORTUGAL – **Ministério da Ciência e da Tecnologia**. [Em linha]. 1997. [Consult. 12 mai. 2021]. Disponível em: < <http://homepage.ufp.pt/lmbg/formacao/lvfinal.pdf> >.

<sup>20</sup>FERREIRA, Rubens da Silva – **A sociedade da informação no Brasil: um ensaio sobre os desafios do Estado**, p. 36.

iniciada a partir de 1970, quais sejam, as aplicações comerciais, estatais e civis, sobretudo devido às razões já citadas nos parágrafos anteriores: alta acessibilidade aliada a um bom custo-benefício.

A informação aplicada ao comércio intensifica a concorrência, pois representa uma vantagem de grande valor competitivo. Assim, tal informação pode estar relacionada ao surgimento ou descoberta de um novo grupo de consumidores; à pesquisa e criação de novos produtos e serviços e ao conhecimento acerca das condições externas com o objetivo de analisar adequadamente viabilidades negociais<sup>21</sup>.

Para o Estado, a aplicação da informação é relevante para a preservação da soberania, visto que favorece a manutenção da ordem por meio da atuação dos três poderes estatais: poder legislativo, poder executivo e poder judiciário. Possibilita, ainda, uma averiguação do contexto social com vistas a implementação de políticas públicas eficientes<sup>22</sup>.

No que tange a aplicação da informação por parte da sociedade civil, o objetivo é desenvolver a criatividade; promover o entretenimento; e dar publicidade às ações estatais que influenciem diretamente na promoção da qualidade de vida dos indivíduos<sup>23</sup>.

Surge, então, um novo modelo econômico-social cujas características são inteiramente relacionadas à expansão dos mecanismos oriundos da revolução tecnológica iniciada a partir do final da segunda metade do século XX. Segundo Manuel Castells, o modelo econômico-social que emergiu é informacional, globalizado e em rede<sup>24</sup>.

A complexa sociedade da informação simboliza um relevante vetor de transformação em virtude de sua capacidade de reorganização e remodelamento dos mais diversos setores dominados pela atividade humana, sejam eles sociais, políticos ou econômicos, visto que promove integração entre os povos e cria infraestruturas negociais de grande valor para a economia mundial.

---

<sup>21</sup>FERREIRA, Rubens da Silva – **A sociedade da informação no Brasil: um ensaio sobre os desafios do Estado**, p. 36.

<sup>22</sup>*Idem.* p. 37.

<sup>23</sup>*Idem.*, p. 37.

<sup>24</sup>“[...] É informacional, porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia (sejam empresas, regiões ou nações) dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos. É global porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como seus componentes (capital, trabalho, matéria-prima, administração, informação, tecnologia e mercados) estão organizados em escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos. É rede porque, nas novas condições históricas, a produtividade é gerada, e a concorrência é feita em uma rede global de interação entre redes empresariais.” CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**, p. 119.



## 1.2 A resolução de conflitos na era da Sociedade da Informação

Diante de todo o contexto descrito no tópico anterior, marcado pela intensa expansão e utilização de mecanismos que pautam seus funcionamentos na digitalização e na hiperconectividade fomentada pela rede mundial de computadores – facilitando o modo de fazer de inúmeras atividades humanas – façamos agora uma análise de como os atributos da sociedade da informação influenciam na prestação jurisdicional, mais especificamente no que se refere a resolução de conflitos.

O pós-positivismo - considerando uma aceção teórica e ética do movimento - passou a determinar a adoção de um novo modelo de aplicação do Direito. Não era mais possível se ater ao legalismo estrito, tendo em vista que a busca pela justiça material ao invés da justiça formal tornou-se cada vez maior após um período no qual diversas condutas que desrespeitavam uma série de direitos inerentes a condição humana eram respaldadas pelo ordenamento jurídico. Nas palavras de Radbruch, "o direito extremamente injusto não é direito". Com isso, os princípios deixaram de ter mera função de integração, verificada a ausência de regras e costumes, e passaram a ter força normativa, alçados, inclusive, ao patamar de paradigmas jurídicos, cuja observância tornou-se obrigatória quando da elaboração de normas<sup>25</sup>.

Ante o exposto, penso que, hodiernamente, o processo cujo objetivo é a composição de litígios deve estar alicerçado em algumas premissas fundamentais para que alcance da forma mais justa possível a finalidade mencionada. Deve-se ter em mente que a ideia de que a efetivação da justiça ocorre por meio de uma aplicação fria e direta da letra da lei, sem que sejam considerados juízos de valor proeminentes na sociedade, deixou de ser consagrada principalmente após o ocorrido na Segunda Guerra Mundial.

Assim, a garantia do direito de acesso à justiça passou a observar o princípio da dignidade da pessoa humana, que foi universalizado e dotado de obrigatoriedade em diversos ordenamentos jurídicos ao redor do mundo, reestruturados a partir do final da segunda metade do século XX.

Nessa linha de raciocínio, leciona Paulo Cesar Santos Bezerra:

Quando se pensa a justiça, não se está apenas querendo observar o aspecto formal da justiça, nem seu caráter processual. Argumenta-se com um valor que antecede a lei e o processo. O acesso à justiça pois, nessa perspectiva, é um direito natural, um valor inerente ao homem, por sua própria natureza. A sede de justiça, que angustia o ser humano, tem raízes fincadas na teoria do direito natural. Como direito, o acesso à justiça é, sem dúvida, um direito natural.

---

<sup>25</sup>NOVELINO, Marcelo – **Curso de Direito Constitucional**, pp. 58-59.

Como direito, o acesso à proteção judicial, é um direito formal do indivíduo de propor ou contestar uma ação. Nesse sentido é um direito fundamental<sup>26</sup>.

Uma série de mandamentos de otimização decorrem do princípio da dignidade da pessoa humana e são aplicados com vistas a conferir-lhe a máxima efetividade possível em diferentes áreas do Direito. Na seara do direito processual, firmou-se a busca por um processo cada vez mais célere e, conseqüentemente, econômico e eficiente.

Isso porque, ao se falar em observância ao princípio da dignidade da pessoa humana quando da garantia do direito de acesso à justiça, fala-se, dentre outros aspectos, de uma prestação jurisdicional justa, efetiva e em tempo razoável.

A efetivação da celeridade processual foi estimulada pelas inovações oriundas da revolução tecnológica iniciada, principalmente, a partir de 1970. Com isso, seguindo a onda da digitalização, o processo judicial passou a ser digital e eletrônico<sup>27</sup>.

O sentido mais literal do direito de acesso à justiça, qual seja o direito das partes e de seus representantes de terem acesso ao trâmite processual, enfrentou uma profunda mudança com o processo de digitalização. Em regra, tal acesso não ocorre mais de forma presencial por meio do contato com os autos físicos, mas de forma eletrônica por meio da utilização dos mais variados tipos de sistemas operacionais<sup>28</sup>.

É notório que a principal distinção entre o processo físico e o processo eletrônico está relacionada ao tempo de duração de um e de outro para se chegar a um resultado, ou seja, está centrada na celeridade.

Além disso, é importante destacar diferenciações de cunho logístico que influem diretamente na qualidade da atividade jurisdicional, a saber aquelas relacionadas ao armazenamento do processo; à distribuição de trabalho nas secretarias; ao modo de vistas dos autos; e ao modo de protocolo de petições.

Com relação a guarda dos processos, a partir da informatização, o armazenamento processual passou a ser função de uma equipe especializada em conservação de banco de dados, cujo registro se dá em mecanismos que ficam sob a guarda do respectivo Tribunal. Nesse contexto, os danos ao processo são quase impossíveis. Já o armazenamento dos processos físicos é função dos funcionários do cartório judicial, bem como do magistrado. Nessa situação, os danos ao processo são mais recorrentes.

---

<sup>26</sup>BEZERRA, Paulo César Santos – **Acesso à justiça**: um problema ético-social na realização da justiça, pp. 120-121.

<sup>27</sup>MEDEIROS, Pablo; SALDANHA, Alexandre – **Processo judicial eletrônico e inclusão digital para acesso à justiça na sociedade da informação**, p. 542.

<sup>28</sup>*Idem*.

A distribuição de trabalho nas secretarias passou a ser realizada por meio da automatização de diversos atos, como, por exemplo, citações, designações de audiência, intimações e notificações. Tal fato otimizou o trabalho dos funcionários do cartório judicial, no sentido de torná-lo mais eficiente. No âmbito do processo físico, os atos exemplificados são feitos manualmente sob a constante supervisão do Chefe de Secretaria, o que acarreta uma maior morosidade.

A maneira de vistas dos autos foi intensamente viabilizada a partir da digitalização, tendo em mente que o acesso ao processo pode ser feito por meio de qualquer dispositivo que esteja conectado aos sistemas de automação processual. O processo físico só pode ser visualizado de duas formas: no espaço de atendimento da secretaria judiciária ou mediante carga dos autos<sup>29</sup>.

O mesmo ocorre com relação ao protocolo de petições. Houve uma dinamização quanto à forma de executar referido ato, que pode ser a qualquer hora do dia, de qualquer lugar, possibilidade que é inexistente com relação aos autos físicos, visto que é necessário observar o horário de funcionamento do fórum, que é o único local onde pode ser realizado o peticionamento em processos físicos.

Sabe-se que a revolução tecnológica que deu origem a sociedade da informação alterou de forma significativa o comportamento dos indivíduos, tendo em vista que as relações interpessoais passaram a ser estabelecidas de forma mais rápida e dinâmica. A partir disso, a rapidez e a dinamicidade passaram a ser um atrativo para a utilização e/ou consumo de diversas espécies de serviços, inclusive no tocante ao dever estatal de prestação jurisdicional<sup>30</sup>.

A possibilidade de se obter uma resposta estatal para uma controvérsia de maneira mais célere fez com que o número de demandas judiciais aumentasse significativamente, exigindo do Estado uma postura crescentemente atuante na informatização da atividade jurisdicional<sup>31</sup>.

Nesse ponto, é importante salientar algumas características essenciais do processo eletrônico que o fazem ser um meio adequado para a solução de conflitos no contexto

---

<sup>29</sup> No sentido da evolução tecnológica e o papel que o direito é chamado a desempenhar no futuro. BARBOSA, Mafalda Miranda – Inteligência artificial, e-persons e direito: desafios e perspectivas. *In*: MONTEIRO, António Pinto (Dir.) – Direito e Robótica. **Número especial de Estudos de Direito do Consumidor**, 2020, pp. 57-92.

<sup>30</sup> MEDEIROS, Pablo; SALDANHA, Alexandre – **Processo judicial eletrônico e inclusão digital para acesso à justiça na sociedade da informação**, p. 543.

<sup>31</sup> *Idem*, pp. 541 – 561.

delineado pelos desdobramentos da sociedade da informação. São elas: a publicidade; a velocidade; a comodidade; a facilidade de acesso às informações; a automação das rotinas e das decisões judiciais; e a digitalização dos autos<sup>32</sup>.

Tendo em vista que o processo está disponível na rede mundial de computadores, a maneira pela qual se dá o acesso aos autos foi intensamente facilitada, já que pode ser realizado por meio de qualquer dispositivo conectado aos sistemas de automação processual e por qualquer pessoa, não importando onde ela esteja no momento. Ao acessar o sistema, o indivíduo poderá visualizar os autos integralmente, respeitados os limites estabelecidos em lei.

Uma série de diligências técnicas relacionadas ao cumprimento de atos processuais tornaram-se desnecessárias a partir da automação do processo judicial. Pode-se dizer que os níveis de informatização dos procedimentos são diretamente proporcionais ao grau de celeridade do trâmite processual, ou seja, quanto maior a informatização, mais célere será o andamento dos autos.

O modo de ter acesso aos autos tornou-se significativamente menos trabalhoso. Com o processo eletrônico, não há necessidade da ida até o cartório judicial para obter vistas do processo ou para realizar qualquer tipo de diligência, bastando que o interessado tenha consigo um dispositivo com acesso à internet.

Sabe-se que os processos judiciais devem priorizar a publicidade, ressalvados os casos diante dos quais a lei determina que deva prevalecer a privacidade. Dito isso, a informatização do processo judicial facilitou o acesso à informação por parte de terceiros não integrantes da relação jurídico-processual, retirando entraves outrora existentes quando do acesso a autos físicos e valorizando o caráter público do processo.

A automatização de atividades alterou consideravelmente o *modus operandi* de atos processuais de elevada habitualidade, como intimações e citações, pois flexibilizou a maneira pela qual podem ser executados, especialmente no que se refere aos meios utilizados para tanto. Cito como exemplos a utilização de diários eletrônicos, de *e-mail* e de serviços de mensagem instantânea.

Outro ponto importante a ser destacado é que a digitalização fez com que um número bem menor de papel e de outros instrumentos fossem utilizados na realização das atividades executadas pelo Poder Judiciário, o que as tornou significativamente mais

---

<sup>32</sup>SOARES, Tainy de Araújo – **Processo judicial eletrônico e sua implantação no Poder Judiciário brasileiro**, p. 3.

econômicas - no sentido de diminuição de gastos públicos - e alinhadas com os ditames da sociedade pós-moderna relacionados à preservação do meio ambiente.

Depreende-se que o movimento de informatização, especialmente a partir da segunda metade do século XX, foi bastante abrangente. Porém, é imperioso ressaltar que tal abrangência não ocorreu de modo linear em virtude do grau de receptividade de alguns setores da sociedade às mudanças tecnológicas consagradas, alguns mais permeáveis, outros mais resistentes<sup>33</sup>.

No que se refere ao mundo jurídico, é perceptível que o Direito não poderia ficar atrelado aos tradicionalismos procedimentais diante da dinamicidade que a tecnologia da informação inseriu no meio social. A sociedade advinda desse movimento passou a exigir rapidez (entendida nesse contexto como sinônimo de eficiência) na comunicação; na resolução de problemas; e no atendimento dos mais variados anseios.

Os métodos de resolução de conflitos não poderiam ficar à margem da revolução em tela, pois envolvem tudo o que se buscou facilitar: comunicação; solução de problemas; e atendimento de demandas. Daí advém a preferência dos cidadãos pelos chamados "métodos alternativos", que, diga-se de passagem, em alguns ordenamentos jurídicos acabaram se tornando tão obrigatórios quanto os métodos denominados judiciais, geralmente marcados por um formalismo ultrapassado, cuja característica precípua é a lentidão no andamento processual, que tem como consequência a ineficiência da prestação jurisdicional.

A respeito deste assunto, é relevante citar o asseverado pelos Doutores Artur Flaminio da Silva e Daniela Mirante:

O modelo clássico de funcionamento da justiça estadual tem vindo a registrar, com uma intensidade crescente nas últimas décadas, dificuldades de diversas ordens, significativas no seu funcionamento. Por um lado, o modelo tradicional de justiça passou a ser percebido pelos cidadãos como sendo distante e imerso num formalismo que afastava a tarefa - e a própria concepção - da realização da justiça daqueles em nome da qual a mesma deve ser feita. É, aliás, frequente falar-se, a este respeito, na existência de uma "crise de justiça". Esta crise de justiça pode ser considerada - em termos sucintos - como uma das causas do afastamento dos cidadãos das estruturas tradicionais de composição de conflitos, mas é também um produto desse próprio distanciamento. Deve, em bom rigor, considerar-se que esta crise assenta num conjunto de feixes sinalagmáticos, os quais podem, consoante o ângulo de análise, ser causa, mas também fundamento<sup>34</sup>.

---

<sup>33</sup>SILVA, Artur Flaminio da – **Direito Administrativo e Tecnologia**, p. 173.

<sup>34</sup>SILVA, Artur Flaminio da – **Direito Administrativo e Tecnologia**, pp. 174-175.

[...] importa reter que a crise da justiça é também, e de forma indiscutível, uma crise de meios e de eficiência. O expoente máximo da exemplificação desta falta de eficiência pode ser encontrado na lentidão que o próprio aparelho judiciário vem acusando nas últimas décadas. Esta ausência de celeridade equivale, na prática, a uma quase privação da justiça para os cidadãos, os quais não conseguem obter tutela em tempo útil para os seus litígios<sup>35</sup>.

### **1.3 O aporte tecnológico e os primeiros passos da inclusão digital para a resolução de conflitos em Portugal e no Brasil**

No contexto europeu, a partir de junho de 2007, o Conselho de Justiça e Assuntos Internos da União Europeia deu início a um movimento rumo a informatização que tinha como finalidade a estruturação de um sistema operacional destinado a execução de serviços judiciais. A premissa era a de que as tecnologias da informação e comunicação fomentariam a efetivação do acesso à justiça, na medida em que racionalizariam e simplificariam os procedimentos por meio da redução dos prazos processuais e dos custos da atividade judiciária, beneficiando diretamente os usuários do Poder Judiciário, sejam eles cidadãos, empresas ou profissionais do direito e da administração da justiça<sup>36</sup>.

Diante disso, em novembro de 2008, foi aprovado o primeiro plano de ação plurianual sobre justiça eletrônica europeia, com início em 2009 e finalização em 2013, fruto de um trabalho conjunto da Comissão e do Parlamento Europeu.

Por meio desse plano, criou-se o portal da justiça eletrônica europeu, cujas funcionalidades tinham como objetivos genéricos a desburocratização do acesso à justiça; a facilitação da comunicação e a unificação dos meios procedimentais. A respeito, assevera Filipa de Figueiroa Quelhas:

O Portal seria destinado a possibilitar um acesso mais fácil à justiça e uma melhor informação judiciária aos cidadãos, empresas e profissionais da justiça, bem como a facilitar a cooperação entre autoridades judiciárias dos Estados-membros. Ademais, pugnava-se, pela desmaterialização dos procedimentos e o uso de meios eletrônicos na comunicação entre diferentes atores judiciários<sup>37</sup>.

Ainda, foi estabelecida a determinação de atualização regular do plano plurianual conforme fosse sendo verificada a consecução dos objetivos. A atualização em referência foi consubstanciada por outros dois planos plurianuais: o plano de ação plurianual sobre justiça eletrônica europeia 2014-2018 e o plano de ação plurianual sobre justiça eletrônica europeia 2019-2023.

---

<sup>35</sup>*Idem*, p. 175.

<sup>36</sup>DIREÇÃO-GERAL DA POLÍTICA DA JUSTIÇA – A transformação digital da justiça, p. 12.

<sup>37</sup>DIREÇÃO-GERAL DA POLÍTICA DA JUSTIÇA – A transformação digital da justiça, p. 12.

O movimento de informatização da justiça europeia deverá observar o compromisso político firmado por meio da Declaração Ministerial de Tallinn, de 6 de outubro de 2017, que foi assinada por 32 países, sendo 28 Estados-membros da União Europeia, Suíça, Islândia, Liechtenstein e Noruega. Tal declaração atribui aos seus signatários a obrigação de observar os seguintes princípios: preferência pela digitalização; preferência pelo uso transfronteiriço e preferência pela interoperabilidade<sup>38</sup>.

O termo preferência pela digitalização está relacionado ao fato de que, em regra, os serviços públicos devem ser disponibilizados em meio eletrônico, porém com a devida atenção para a problemática do acesso desigual aos dispositivos digitais, sendo dever dos Estados oferecerem vias alternativas à digital para a execução dos serviços públicos.

A preferência pelo uso transfronteiriço diz respeito a possibilidade de disponibilização internacional de serviços públicos digitais de cunho relevante, promovendo uma maior unicidade do bloco econômico europeu e, com isso, facilitando a movimentação entre países.

A preferência pela interoperabilidade nada mais é que o estímulo à cooperação tecnológica dentro da União Europeia, no sentido de criar um ambiente favorável a troca de dados e serviços digitais, priorizando, assim, o trabalho em conjunto e uniforme.

Em Portugal, a necessidade de se achegar às tecnologias surgiu em razão dos mesmos motivos mencionados ao longo deste capítulo e no início deste tópico: da desburocratização do acesso à justiça e da busca por celeridade. O movimento com vistas a implementação do processo judicial eletrônico já dura mais de uma década e vem demonstrando, principalmente nos últimos anos, uma expressiva ampliação da tramitação eletrônica em todas as instâncias da jurisdição comum e da jurisdição administrativa e fiscal, incluindo a possibilidade de o cidadão consultar os seus processos digitalmente. Também se garantiu novas funcionalidades que foram disponibilizadas às secretarias e permitiram uma redução da carga burocrática dos funcionários judiciais, fato que colaborou para a efetivação da celeridade processual:

Perante este estágio da evolução do processo judicial eletrônico em Portugal, entende-se ser chegado o momento de refletir no Código de Processo Civil, em toda a sua plenitude, a ideia de «digital por definição»: isto é, a ideia de que o processo judicial, a respectiva tramitação e, em regra, a prática de atos têm natureza eletrônica. Esta, sendo já em grande medida a realidade dos tribunais em Portugal, não encontra muitas vezes reflexo imediato na letra da lei (que, pelo contrário, nalguns casos, parece ainda pressupor como regra que a tramitação processual é efetuada essencialmente em suporte físico). O processo judicial torna-se, assim, um verdadeiro processo eletrônico, assente

---

<sup>38</sup>*Idem*, p. 13.

não apenas em documentos eletrónicos, mas também (e cada vez mais) em informação estruturada constante de um efetivo sistema de informação que realiza de forma automática um conjunto cada vez maior de tarefas. Procura-se, desta forma, libertar magistrados e funcionários judiciais de tarefas desnecessárias, preparando o sistema para a evolução tecnológica que caracteriza a sociedade atual<sup>39</sup>.

O movimento de desmaterialização do Poder Judiciário em Portugal teve como marco principal a criação do Instituto das Tecnologias de Informação e Justiça, órgão ligado ao Ministério da Justiça.

No início de 2009, referido órgão operacionalizou um sistema que permitiu o ajuizamento eletrônico de novas demandas judiciais. É importante estar atento ao termo "novas", visto que em Portugal não houve um processo de digitalização de autos físicos, que continuaram tramitando normalmente na forma em que se encontravam. O movimento concentrou-se em ações judiciais vindouras a partir da implementação do sistema.

Segundo dados divulgados pelo Ministério da Justiça de Portugal, tem-se notícias de que no final do ano de 2009, 90% das ações que chegaram à justiça foram propostas por meio eletrônico<sup>40</sup>.

Em 10 de agosto de 2000, foi editado o Decreto-Lei n° 183, que fomentou uma intensa reestruturação dos trâmites processuais, tendo como alicerce a modernização da justiça, alterando uma série de dispositivos do Código de Processo Civil de 1961, então em vigência. É relevante destacar aqui alguns trechos do texto da normativa em referência que demonstram a necessidade de modernização do sistema judiciário, no sentido de adequar o trâmite processual aos novos ditames sociais.

A morosidade processual é um dos factores que mais afecta a administração da justiça, originando atrasos na resolução dos litígios, perda de eficácia das decisões judiciais e falta de confiança no funcionamento dos tribunais.

Esta situação tem sido agravada pelo crescente recurso às instâncias judiciais, decorrente de transformações sociais e económicas e de uma maior consciência por parte dos cidadãos dos seus direitos.

Aferidas as principais causas desta situação ao nível do processo civil declarativo comum, impõe-se a adopção de medidas simplificadoras que permitam a resolução dos litígios em tempo útil e evitem o bloqueio do sistema judicial.

[...]

Relativamente à prática dos actos processuais pelas partes, prevê-se a apresentação dos articulados e alegações ou contra-alegações escritas em suporte digital, acompanhados de um exemplar em suporte de papel, que valerá

---

<sup>39</sup>PORTUGAL – DL n.º 97/2019, de 26 de julho de 2019. [Em linha]. 2019. [Consult. 04 abr. 2021]. Disponível em:

<[http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?tabela=leis&nid=3115&pagina=1&ficha=1](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?tabela=leis&nid=3115&pagina=1&ficha=1)>.

<sup>40</sup>Informação disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2010-dez-01/processo-digital-realidade-primeira-instancia-judiciario-portugues>>. Acesso em: 04 abr. 2021.



como cópia de segurança e certificação contra adulterações introduzidas no texto digitalizado e dos documentos que não estejam digitalizados.

As partes poderão ainda praticar os referidos actos através de telecópia ou por correio electrónico, valendo como data da prática do mesmo a da sua expedição, que será possível mesmo fora do horário de funcionamento dos tribunais, prevendo-se no entanto a obrigatoriedade de envio, no prazo de cinco dias, do suporte digital ou da cópia de segurança, respectivamente, acompanhados dos documentos que não tenham sido enviados.

[...]

Em virtude da introdução de aparelhos de teleconferência nos tribunais e nos serviços oficiais aos quais são frequentemente requeridas perícias, prevê-se a possibilidade de inquirição de testemunhas e audição de peritos e consultores técnicos através desse meio de comunicação.

Assim sendo, as testemunhas e as partes residentes fora do círculo judicial ou da ilha, no caso das Regiões Autónomas, são ouvidas na própria audiência através de teleconferência, salvo se a parte que as arrolar se dispuser a apresentá-las em tribunal, eliminando-se nestes casos recurso a cartas precatórias e reforçando-se o princípio da oralidade. O mesmo se prevê relativamente às testemunhas residentes no estrangeiro, sempre que no local da sua residência existam os meios técnicos necessários, prescindindo-se deste modo do cumprimento das cartas rogatórias.

No que concerne à audição de peritos ou consultores técnicos, prevê-se a prestação do seu depoimento por teleconferência, a partir do seu local de trabalho, desonerando-os da deslocação aos tribunais de outra circunscrição judicial<sup>41</sup>.

Em 15 de dezembro de 2000, foi editada a Portaria n.º 1178-E/2000, que regulamentou aspectos técnicos decorrentes da inovação implementada pelo diploma mencionado no parágrafo anterior. Especificamente, determinou que as peças processuais apresentadas em suporte digital deveriam ser em disquete de 3,5" ou em CD-ROM.

O Decreto-Lei n.º 202/2003, de 10 de setembro, regulou o regime das comunicações por meios telemáticos entre as secretarias judiciais e os solicitadores de execução previsto no Código de Processo Civil.

Em 2004, duas portarias foram editadas: a Portaria n.º 337-A/2004, de 31 de março, e a Portaria n.º 642/2004, de 16 de junho. A primeira regulava a forma de entrega de peças processuais e notificações por correio eletrónico e foi revogada pela segunda, que era mais completa, tendo em vista que regulava a forma de apresentação a juízo dos atos processuais enviados através de correio eletrónico, bem como as notificações efetuadas pela secretaria aos mandatários das partes.

Em 14 de maio de 2007, foi editada a Portaria n.º 593/2007, que definiu os meios de assinatura eletrónica e os sistemas de informação a serem utilizados na prática de atos processuais em suporte informatizado pelos magistrados e pelas secretarias judiciais.

---

<sup>41</sup>PORTUGAL – DL n.º 183/2000, de 10 de agosto de 2000. [Em linha]. 2000. [Consult. 19 abr. 2020]. Disponível em: <[https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=577&tabela=leis&so\\_miolo=>](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=577&tabela=leis&so_miolo=>)>.

A Portaria n.º 114/2008, de 06 de fevereiro, regulou diversos pontos da tramitação eletrônica dos processos judiciais em 1ª instância, promovendo diversas alterações no Código de Processo Civil ora em vigência<sup>42</sup>.

Em 2013, foi editada a Portaria n.º 280/2013, de 26 de agosto, com vistas a regulamentar aspectos da tramitação eletrônica de processos à luz do disposto pelo então recém aprovado Código de Processo Civil, lei n.º 41/2013, de 26 de junho.

As tratativas relacionadas ao processo judicial eletrônico contidas no Código de Processo Civil dependiam, até então, de regulamentação específica. Com o Decreto-Lei n.º 97/2019, publicado em 26 de julho de 2019 e em vigor a partir de 16 de setembro de 2019, as regulamentações foram inseridas no próprio Código de Processo Civil. Nesse sentido, o texto do Decreto-Lei n.º 97/2019 dispõe o seguinte:

A implementação da tramitação eletrónica nos processos judiciais, em especial nos de natureza cível, é um processo que se iniciou em Portugal há mais de 10 anos, e que teve nos últimos três anos vários marcos reveladores da sua maturidade e sucesso - desde a extensão da tramitação eletrónica a todas as instâncias da jurisdição comum e da jurisdição administrativa e fiscal, à possibilidade de o cidadão poder consultar os seus processos por via eletrónica a partir de qualquer local, ou às inúmeras novas funcionalidades que foram disponibilizadas às secretarias, que permitiram uma redução muito significativa da carga burocrática que recaía sobre funcionários judiciais, libertando-os para tarefas mais relevantes, contribuindo assim para o aumento da celeridade processual.<sup>43</sup>

Em suma, pode-se dizer que as principais alterações encabeçadas pela normativa referenciada acima no âmbito do Processo Civil giram em torno da valorização do processo judicial eletrônico em detrimento processo judicial físico, que passou a ser utilizado somente como um instrumento adjunto.

---

<sup>42</sup>“A presente portaria regula os seguintes aspectos da tramitação electrónica dos processos judiciais nos tribunais de 1.ª instância: a) Apresentação de peças processuais e documentos por transmissão electrónica de dados, nos termos dos n.ºs 1, 3 e 4 do artigo 150.º e do artigo 810.º do Código de Processo Civil, incluindo a apresentação do requerimento de interposição de recurso, das alegações e contra-alegações de recurso e da reclamação contra o indeferimento do recurso e a subida dos recursos, nos termos dos artigos 688.º, 691.º, 691.º-B, 721.º, 763.º e 771.º do Código de Processo Civil; b) Comprovação do prévio pagamento da taxa de justiça ou da concessão do benefício do apoio judiciário, de acordo com o n.º 3 do artigo 150.º-A e o n.º 4 do artigo 467.º do Código de Processo Civil; c) Designação de agente de execução que efectua a citação, de acordo com a alínea g) do n.º 1 e os n.ºs 7 e 8 do artigo 467.º do Código de Processo Civil; d) Distribuição por meios electrónicos, prevista nos artigos 209.º-A, 211.º, 213.º 214.º e 219.º do Código de Processo Civil; e) Notificações por transmissão electrónica de dados, nos termos do n.º 2 do artigo 254.º, do n.º 2 do artigo 258.º e do artigo 260.º-A do Código de Processo Civil; f) Prática de actos processuais por meios electrónicos por magistrados e funcionários judiciais; g) Consulta dos processos, nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 167.º do Código de Processo Civil. [...]”. (PORTUGAL – **DL n.º 114/2008, de 06 de fevereiro de 2008**. [Em linha]. 2008. [Consult. 19 abr. 2020]. Disponível em: <[https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=992&tabela=leis](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=992&tabela=leis)>.

<sup>43</sup>PORTUGAL – **DL n.º 97/2019, de 26 de julho de 2019**. [Em linha]. 2019. [Consult. 19 abr. 2020]. Disponível em: <[https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?tabela=leis&nid=3115&pagina=1&ficha=1](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?tabela=leis&nid=3115&pagina=1&ficha=1)>.

Corroborando ainda mais a valorização da tramitação eletrônica dos processos, houve uma mudança de nomenclatura no título do artigo cerne do sistema de processamento eletrônico dos autos no âmbito do diploma processual civil, qual seja o art. 132<sup>44</sup>, que passou a se referir a 'processo eletrônico' e não mais a 'tramitação eletrônica'.

No Brasil, a primeira menção ao uso de um mecanismo eletrônico para a execução de atos processuais está contida na Lei do Inquilinato, lei n.º 8.245, de 18 de outubro de 1991, mais especificamente em seu art. 58, que dispõe acerca da possibilidade de citação via fac-símile.

Art. 58. Ressalvados os casos previstos no parágrafo único do art. 1º, nas ações de despejo, consignação em pagamento de aluguel e acessório da locação, revisionais de aluguel e renovatórias de observar-se-á o seguinte:

[...]

IV- desde que autorizado no contrato, a citação, intimação ou notificação far-se-á mediante correspondência com aviso de recebimento, ou, tratando-se de pessoa jurídica ou firma individual, também mediante telex ou fac-símile, ou ainda, sendo necessário, pelas demais formas previstas no Código de Processo Civil<sup>45</sup>.

Em 1999, com a entrada em vigor da lei n.º 9.800, mais conhecida como 'Lei do Fax', foi conferida às partes a possibilidade de utilização um sistema de transmissão de

---

<sup>44</sup>Art. 132.º. Processo eletrônico. 1 - O processo tem natureza eletrónica, sendo constituído por informação estruturada constante do sistema de informação de suporte à atividade dos tribunais e por documentos eletrónicos. 2 - A tramitação dos processos, incluindo a prática de atos escritos, é efetuada no sistema de informação de suporte à atividade dos tribunais, nos termos definidos por portaria do membro do Governo responsável pela área da justiça. 3 - Em caso de indisponibilidade do sistema referido no número anterior, os atos dos magistrados podem excecionalmente ser praticados em papel, procedendo a secretaria à sua digitalização e inserção naquele sistema. 4 - A tramitação eletrónica dos processos deve garantir a respetiva integralidade, autenticidade e inviolabilidade, bem como o respeito pelo segredo de justiça e pelos regimes de proteção e tratamento de dados pessoais e, em especial, o relativo ao tratamento de dados referentes ao sistema judicial. 5 - As comunicações entre tribunais ou agentes de execução e entidades públicas e outras pessoas coletivas que auxiliem os tribunais no âmbito dos processos judiciais podem ser efetuadas por via eletrónica, através do envio de informação estruturada e da interoperabilidade entre o sistema de informação de suporte à atividade dos tribunais e os sistemas de informação das referidas entidades, nos termos previstos em portaria dos membros do Governo responsáveis pela área da justiça e pela entidade pública em causa. 6 - O processo pode ter um suporte físico, a constituir nos termos definidos por portaria do membro do Governo responsável pela área da justiça, com o objetivo de apoiar a respetiva tramitação. (PORTUGAL – Lei n.º 41, de 26 de junho de 2013. [Em linha]. 2013. [Consult. 14 mai. 2021]. Disponível em: <[https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1959&tabela=leis](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1959&tabela=leis)>.)

<sup>45</sup>BRASIL – Lei n.º 8.245 de 18 de outubro de 1991. [Em linha]. 1991. [Consult. 19 abr. 2021]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18245.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18245.htm)>.

dados para a prática de atos processuais que dependessem de petição escrita<sup>46</sup>. No entanto, tal possibilidade não excluiu a necessidade de protocolo presencial<sup>47</sup>.

Sobre a lei n.º 9.800/99, Reinaldo Filho tece algumas observações:

O que a Lei 9.800/99 possibilitou foi apenas um trânsito de petições em meio eletrônico, as quais, chegando aos provedores informáticos dos tribunais, eram impressas em papel e anexadas ao processo físico. A forma física (da peça processual) não era abandonada até porque essa Lei não dispensava as partes de entregar os originais (entenda-se: documentos em meio físico) até 05 dias da data do término do prazo (art. 2º). Além disso, a Lei 9.800/99 possibilitou a prática de ato processual específico – a transmissão de petições por meio eletrônico (excluídos, portanto, outros atos, tais como aqueles próprios da audiência)<sup>48</sup>.

Dois anos depois, a lei n.º 10.259, de 12 de julho de 2001, que instituiu os Juizados Especiais Federais, dispôs acerca da possibilidade de os atos processuais serem praticados inteiramente pela via eletrônica, sem que houvesse a necessidade de protocolo presencial. A justiça federal criou um sistema denominado e-Proc, por meio do qual era possível a realização de todo e qualquer ato processual, desde a propositura da petição inicial até a certidão de arquivamento.

É importante destacar alguns dispositivos da lei n.º 10.259/01 que possuem significativa relevância no movimento de informatização do trâmite processual, quais sejam o art. 8º, § 2º, que abriu a possibilidade de desenvolvimento de sistemas eletrônicos para o recebimento de peças processuais; o art. 14, § 3º, que trouxe uma situação diante da qual é cabível a realização de videoconferência; e o art. 24, que estimulou a criação e o aperfeiçoamento de *softwares* voltados para a instrução processual.

Art. 8º [...]

§ 2º Os tribunais poderão organizar serviço de intimação das partes e de recepção de petições por meio eletrônico<sup>49</sup>.

Art. 14 [...]

---

<sup>46</sup>Art. 1º É permitida às partes a utilização de sistema de transmissão de dados e imagens tipo fac-símile ou outro similar, para a prática de atos processuais que dependam de petição escrita. (BRASIL – **Lei n.º 9.800 de 26 de maio de 1999**. Permite às partes a utilização de sistema de transmissão de dados para a prática de atos processuais. [Em linha]. 1999. [Consult. 18 jul. 2021]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9800.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9800.htm)>.)

<sup>47</sup>Art. 2º A utilização de sistema de transmissão de dados e imagens não prejudica o cumprimento dos prazos, devendo os originais ser entregues em juízo, necessariamente, até cinco dias da data de seu término. (BRASIL – **Lei n.º 9.800 de 26 de maio de 1999**. Permite às partes a utilização de sistema de transmissão de dados para a prática de atos processuais. [Em linha]. 1999. [Consult. 18 jul. 2021]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9800.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9800.htm)>.)

<sup>48</sup>REINALDO FILHO, Demócrito – **A informatização do processo judicial**. Da Lei do Fax à Lei n.º 11.419/06: uma breve retrospectiva legislativa, p. 7.

<sup>49</sup>BRASIL – **Lei n.º 10.259 de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal. [Em linha]. 2001. [Consult. 18 jul. 2021]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/LEIS\\_2001/L10259.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/LEIS_2001/L10259.htm)>.

§ 3º A reunião de juízes domiciliados em cidades diversas será feita pela via eletrônica<sup>50</sup>.

Art. 24. O Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal e as Escolas de Magistratura dos Tribunais Regionais Federais criarão programas de informática necessários para subsidiar a instrução das causas submetidas aos Juizados e promoverão cursos de aperfeiçoamento destinados aos seus magistrados e servidores<sup>51</sup>.

Em 24 de agosto de 2001, foi editada a Medida Provisória n.º 2.200-2, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, transformando o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia e regulamentando a assinatura e certificação digitais.

Em 2004, é promulgada a Emenda Constitucional n.º 45, que alterou, dentre outros, o art. 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil. Uma das relevantes alterações no artigo citado foi o acréscimo do inciso LXXVIII, que trata do princípio da duração razoável do processo, vejamos:

LXXVIII – a todos no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação<sup>52</sup>.

A partir disso, adotou-se a ideia de que o processo eletrônico seria um instrumento por intermédio do qual se garantiria a eficácia da disposição contida no inciso referenciado, pois seria um meio viável de efetivação da celeridade processual.

Nessa linha de raciocínio, assevera Wesley Roberto de Paula:

[...] É incontestável a implantação de recursos tecnológicos no Poder Judiciário, otimizando o exercício de seu mister jurisdicional cuja motivação primária é dar maior celeridade à prestação jurisdicional, sem que haja um rompimento com garantias processuais já consolidadas. [...] <sup>53</sup>

Em 2006, por intermédio da lei n.º 11.280, houve uma alteração no Código de Processo Civil ora em vigor, com a inclusão do parágrafo único ao art. 154, estabelecendo a previsão da possibilidade de prática de atos processuais eletrônicos em todas as instâncias. Assim, vejamos:

Art. 154. Os atos e termos processuais não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir, reputando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preencham a finalidade essencial.  
Parágrafo único. Os tribunais, no âmbito da respectiva jurisdição, poderão disciplinar a prática e a comunicação oficial dos atos processuais por meios

---

<sup>50</sup>*Idem.*

<sup>51</sup>*Idem.*

<sup>52</sup>BRASIL – **Constituição da República Federativa do Brasil**. [Em linha]. 1988. [Consult. 12 mai. 2021]. Disponível em: <planalto.gov.br/ccivil\_03/constituicao/constituicao.htm>.

<sup>53</sup>DE PAULA, Wesley Roberto – **Publicidade no processo judicial eletrônico**: Busca da indispensável relativização. São Paulo: Editora LTr, 2009. p. 69.

eletrônicos, atendidos os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil<sup>54</sup>. (Incluído pela Lei nº 11.280, de 2006)

A lei n.º 11.341, de 07 de agosto de 2006, alterou o parágrafo único, do art. 541, do Código de Processo Civil então em vigor (Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973) para admitir as decisões disponíveis em mídia eletrônica, inclusive na internet, entre as suscetíveis de prova de divergência jurisprudencial.

No mesmo ano, a lei n.º 11.392 incorporou ao Código de Processo Civil de 1973 os institutos da penhora online<sup>55</sup> e do leilão online<sup>56</sup>.

Ainda em 2006, foi promulgada a lei n.º 11.419, que regulamentou de forma mais completa o uso de mecanismos eletrônicos na tramitação processual, abrangendo todas as instâncias e grande parte das especialidades da justiça, quais sejam a civil, a penal e a trabalhista, além de incidir sobre os juizados especiais<sup>57</sup>. Tal normativa foi um verdadeiro marco no movimento de automação do Poder Judiciário brasileiro.

A lei em referência foi a repercussão de uma proposta apresentada pela Associação dos Juizes Federais do Brasil - AJUFE em 2000, que foi acolhida e ratificada pela Comissão de Participação da Câmara e obteve parecer favorável do Deputado Federal Ney Lopes.

Dois anos depois, o projeto foi recebido pela Comissão de Constituição e Justiça, obtendo parecer favorável quanto a sua constitucionalidade e aprovação, tendo sido aprovada de forma unânime na comissão citada em 11 de junho de 2002.

---

<sup>54</sup>BRASIL – **Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973**. [Em linha]. 1973. [Consult. 12 mai. 2021]. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5869-11-janeiro-1973-357991-publicacaooriginal-1-pl.html>>.

<sup>55</sup>Art. 655-A. Para possibilitar a penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira, o juiz, a requerimento do exequente, requisitará à autoridade supervisora do sistema bancário, preferencialmente por meio eletrônico, informações sobre a existência de ativos em nome do executado, podendo no mesmo ato determinar sua indisponibilidade, até o valor indicado na execução. (Incluído pela Lei nº 11.382, de 2006) (BRASIL – **Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973**. [Em linha]. 1973. [Consult. 12 mai. 2021]. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5869-11-janeiro-1973-357991-publicacaooriginal-1-pl.html>>)

<sup>56</sup>Art. 689-A. O procedimento previsto nos arts. 686 a 689 poderá ser substituído, a requerimento do exequente, por alienação realizada por meio da rede mundial de computadores, com uso de páginas virtuais criadas pelos Tribunais ou por entidades públicas ou privadas em convênio com eles firmado. (Incluído pela Lei nº 11.382, de 2006) (BRASIL – **Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973**. [Em linha]. 1973. [Consult. 12 mai. 2021]. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5869-11-janeiro-1973-357991-publicacaooriginal-1-pl.html>>)

<sup>57</sup>Art. 1º [...]

§ 1º Aplica-se o disposto nesta Lei, indistintamente, aos processos civil, penal e trabalhista, bem como aos juizados especiais, em qualquer grau de jurisdição. (BRASIL – **Lei n.º 11.419, de 19 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências. [Em linha]. 2006. [Consult. 18 jul. 2021]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11419.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11419.htm)>)

Em virtude de ter transcorrido pouco mais de cinco anos desde a propositura do projeto, o diploma legal em referência foi modificado em vários pontos pelo Congresso Nacional e teve sua aprovação marcada por uma intensa participação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Foi elaborada sob a perspectiva de alguns princípios cujos mandamentos influem na eficiência da operacionalização dos avanços tratados pelo diploma legal, no sentido de que contribuem para que a informatização seja pressuposto de uma prestação jurisdicional justa, efetiva e em tempo razoável. São eles: o princípio da universalidade; o princípio da ubiquidade judiciária; o princípio da publicidade dos atos processuais; o princípio da economia processual; e o princípio da duração razoável do processo<sup>58</sup>.

O princípio da universalidade é identificável no art. 1º, § 1º, da lei n.º 11.419/06, e refere-se à possibilidade de aplicação das disposições do diploma legal em tela em todas as esferas (Estadual e Federal), instâncias e especialidades (trabalhista, cível, eleitoral, militar e juizados especiais) do Poder Judiciário.

É importante salientar que a automatização dos serviços judiciais não atinge todas as esferas compreendidas pela lei – civil, penal e trabalhista – da mesma maneira. As aplicações dos serviços de automação possuem desdobramentos específicos em conformidade com as peculiaridades de cada especialidade da justiça.

O princípio da ubiquidade judiciária está representado pelo art. 3º, cuja interpretação mais adequada é a de que, com a informatização, os órgãos do Poder Judiciário adquiriram uma abrangência tamanha que passou a ser possível a execução de diversos atos de qualquer lugar do planeta, bastando que o dispositivo utilizado esteja conectado à rede mundial de computadores.

O princípio da publicidade dos atos processuais está consubstanciado no art. 4º, que trata da possibilidade conferida aos Tribunais de criarem um Diário da Justiça eletrônico, que será disponibilizado na internet e no qual será publicado atos judiciais e administrativos e comunicações de diversas ordens.

---

<sup>58</sup>SOARES, Tainy de Araújo – **Processo judicial eletrônico e sua implantação no Poder Judiciário brasileiro**, p. 2.

É possível identificar disposições regidas pelo princípio da economia processual em diversos artigos. Cito como exemplos o art. 9º<sup>59</sup>, *caput*, e o art. 10º<sup>60</sup>, que tratam de atos cujas práticas foram bastante desburocratizadas em virtude da informatização, acarretando uma grande economia de tempo e de material.

Tenho em mente que a efetividade do princípio da duração razoável do processo é uma das consequências diretas da adequada aplicação da lei n.º 11.419/06, considerada como um todo. Assim, na medida que uma série de possibilidades que facilitam o andamento processual são viabilizadas, o tempo de duração correspondente ao período entre a propositura da demanda e a resposta jurisdicional é reduzido.

Houve a instauração definitiva da possibilidade de utilização do meio eletrônico para a tramitação dos processos judiciais. Vejamos o disposto no art. 1º, *caput*, da normativa em estudo:

Art., 1º O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta lei<sup>61</sup>.

Quanto à expressão meio eletrônico, a própria lei, em seu artigo 1º, § 2º, inciso I, fixou um conceito com vistas a não deixar margens para interpretações divergentes do termo. Dessa forma, asseverou que:

§ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

---

<sup>59</sup>Art. 9º No processo eletrônico, todas as citações, intimações e notificações, inclusive da Fazenda Pública, serão feitas por meio eletrônico, na forma desta Lei. (BRASIL – **Lei n.º 11.419, de 19 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências. [Em linha]. 2006. [Consult. 18 jul. 2021]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11419.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11419.htm)>)

<sup>60</sup>Art. 10. A distribuição da petição inicial e a juntada da contestação, dos recursos e das petições em geral, todos em formato digital, nos autos de processo eletrônico, podem ser feitas diretamente pelos advogados públicos e privados, sem necessidade da intervenção do cartório ou secretaria judicial, situação em que a autuação deverá se dar de forma automática, fornecendo-se recibo eletrônico de protocolo.

§ 1º Quando o ato processual tiver que ser praticado em determinado prazo, por meio de petição eletrônica, serão considerados tempestivos os efetivados até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia.

§ 2º No caso do § 1º deste artigo, se o Sistema do Poder Judiciário se tornar indisponível por motivo técnico, o prazo fica automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil seguinte à resolução do problema.

§ 3º Os órgãos do Poder Judiciário deverão manter equipamentos de digitalização e de acesso à rede mundial de computadores à disposição dos interessados para distribuição de peças processuais. (BRASIL – **Lei n.º 11.419, de 19 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências. [Em linha]. 2006. [Consult. 18 jul. 2021]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11419.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11419.htm)>)

<sup>61</sup>BRASIL – **Lei n.º 11.419, de 19 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências. [Em linha]. 2006. [Consult. 18 jul. 2021]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11419.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11419.htm)>.



I – meio eletrônico qualquer forma de armazenamento ou tráfego de documentos e arquivos digitais<sup>62</sup>.

A averiguação da autenticidade das peças processuais também foi uma preocupação do legislador, que regulamentou o uso de assinaturas eletrônicas. Passaram a ser aceitas dois tipos de assinaturas: aquelas que consistem em um certificado digital emitido por autoridade certificadora integrante da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) ou aquelas geradas por meio de um cadastro de login e senha no Poder Judiciário.

É o que está disposto no art. 1º, § 2º, inciso III, alíneas a e b, da lei n.º 11.419/06:

Art. 1º [...]

§ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

[...]

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;

b) mediante cadastro de usuário no Poder Judiciário, conforme disciplinado pelos órgãos respectivos<sup>63</sup>.

Outro ponto que deve ser destacado, tendo em vista que possui relevante influência na celeridade da tramitação processual e na efetivação do direito de acesso à justiça, é o fato de que a atividade jurisdicional se tornou permanente, no sentido de que possibilita ao usuário dos serviços do Poder Judiciário acesso a suas ferramentas sem restrições de horário, observando-se tão somente os prazos em dias fixados na lei processual para a realização de cada ato. O art. 3º, da lei n.º 11.419/06, regulamenta a referida ininterrupção:

Art. 3º Consideram-se realizados os atos processuais por meio eletrônico no dia e hora do seu envio ao sistema do Poder Judiciário, do que deverá ser fornecido protocolo eletrônico.

Parágrafo único. Quando a petição eletrônica for enviada para atender prazo processual, serão consideradas tempestivas as transmitidas até as 24 (vinte e quatro) horas do seu último dia<sup>64</sup>.

Com relação ao formato do processo, a lei conferiu ao Poder Judiciária a alternativa de adoção de sistemas operacionais voltados ao processamento de demandas judiciais. A normativa estabeleceu duas maneiras de ocorrer a informatização processual:

---

<sup>62</sup>*Idem.*

<sup>63</sup>*Idem.*

<sup>64</sup>BRASIL – Lei n.º 11.419, de 19 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências. [Em linha]. 2006. [Consult. 18 jul. 2021]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11419.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11419.htm)>.

por meio da automatização total ou parcial dos autos, que, por vez, será movimentado, de forma preferencial, com o auxílio da rede mundial de computadores.

É interessante observar que, no contexto legalmente criado, é plenamente possível que um processo exista na forma física e eletrônica ao mesmo tempo ou tão somente na forma física ou na forma eletrônica. Com isso, dispõe o art. 8º, da lei nº 11.419/06, o seguinte:

Art. 8º Os órgãos do Poder Judiciário poderão desenvolver sistemas eletrônicos de processamento de ações judiciais por meio de autos total ou parcialmente digitais, utilizando, preferencialmente, a rede mundial de computadores e acesso por meio de redes internas e externas.

Parágrafo único. Todos os atos processuais do processo eletrônico serão assinados eletronicamente na forma estabelecida nesta Lei<sup>65</sup>.

Ainda, convém mencionar que a lei regulamentou o período de transição que corresponde a digitalização dos autos físicos para que passem a integrar o sistema eletrônico adotado para o trâmite processual, ressalvados aqueles casos em que a digitalização influenciaria negativamente na legibilidade dos documentos. Vejamos o disposto no art. 11, da lei nº 11.419/06:

Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

§ 1º Os extratos digitais e os documentos digitalizados e juntados aos autos pelos órgãos da Justiça e seus auxiliares, pelo Ministério Público e seus auxiliares, pelas procuradorias, pelas autoridades policiais, pelas repartições públicas em geral e por advogados públicos e privados têm a mesma força probante dos originais, ressalvada a alegação motivada e fundamentada de adulteração antes ou durante o processo de digitalização.

§ 2º A arguição de falsidade do documento original será processada eletronicamente na forma da lei processual em vigor.

§ 3º Os originais dos documentos digitalizados, mencionados no § 2º deste artigo, deverão ser preservados pelo seu detentor até o trânsito em julgado da sentença ou, quando admitida, até o final do prazo para interposição de ação rescisória.

§ 4º (VETADO)

§ 5º Os documentos cuja digitalização seja tecnicamente inviável devido ao grande volume ou por motivo de ilegitimidade deverão ser apresentados ao cartório ou secretaria no prazo de 10 (dez) dias contados do envio de petição eletrônica comunicando o fato, os quais serão devolvidos à parte após o trânsito em julgado.

§ 6º Os documentos digitalizados juntados em processo eletrônico estarão disponíveis para acesso por meio da rede externa pelas respectivas partes processuais, pelos advogados, independentemente de procuração nos autos, pelos membros do Ministério Público e pelos magistrados, sem prejuízo da possibilidade de visualização nas secretarias dos órgãos julgadores, à exceção daqueles que tramitarem em segredo de justiça. (Incluído pela Lei nº 13.793, de 2019)

§ 7º Os sistemas de informações pertinentes a processos eletrônicos devem possibilitar que advogados, procuradores e membros do Ministério Público

---

<sup>65</sup> *Idem*.

cadastrados, mas não vinculados a processo previamente identificado, acessem automaticamente todos os atos e documentos processuais armazenados em meio eletrônico, desde que demonstrado interesse para fins apenas de registro, salvo nos casos de processos em segredo de justiça<sup>66</sup>. (Incluído pela Lei nº 13.793, de 2019)

A lei n.º 11.419/06 gerou impactos que remodelaram de forma estrutural e funcional o sistema estatal voltado à prestação jurisdicional em todos os seus aspectos, inclusive no que concerne à resolução de conflitos.

Os principais impactos a serem observados são: as modificações das atribuições funcionais dos servidores do judiciário; a diminuição da quantidade de trabalho relacionada ao andamento dos autos; a criação de uma nova rotina de trabalho para os profissionais do Poder Judiciário; a reestruturação dos ambientes físicos dos órgãos judiciais; e a inovação da forma pela qual o Poder Judiciário interage com o cidadão<sup>67</sup>.

Com a transição do processo judicial físico para o processo judicial eletrônico, uma série de elementos tornaram-se obsoletos, tais como livros de registro, fichas e carimbos, o que acarretou uma desnecessidade da atuação direta dos servidores na execução de diversos atos, que passaram a ser realizados de maneira automatizada, como, por exemplo, o protocolo de petições iniciais e a expedição de intimações.

Os insumos exemplificados no parágrafo anterior (livros de registro, fichas e carimbos) deram lugar a instrumentos tecnológicos de suma relevância para a adequada concretização da informatização do processo judicial e que se classificam em três grupos distintos: *hardware*; *software*; e elementos que dependem da integração entre *hardware* e *software*.

No grupo correspondente ao *hardware*, estão os computadores, as impressoras, os digitalizadores, os servidores para armazenamento de dados e rede de transmissão de dados. No grupo correspondente ao *software*, estão os programas cujo uso é necessário para que os mecanismos do *hardware* executem suas funções. Os elementos que dependem da integração entre *hardware* e *software* são representados pela assinatura digital, pela petição eletrônica e pelo diário de justiça eletrônico.

Outros tipos de exigências técnicas começaram a ser dirigidas aos servidores do judiciário, a saber: domínio minimamente razoável das tecnologias da informação, bem

---

<sup>66</sup>BRASIL – Lei n.º 11.419, de 19 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências. [Em linha]. 2006. [Consult. 18 jul. 2021]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11419.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11419.htm)>.

<sup>67</sup>SOARES, Tainy de Araújo – **Processo judicial eletrônico e sua implantação no Poder Judiciário brasileiro**, p. 3.

como dos conhecimentos relativos à gestão administrativa. Isso porque a concretização da eficiência passou a depender da utilização adequada de sistemas operacionais; e a organização do trabalho ganhou novos contornos, principalmente no que concerne ao remanejamento, criação e extinção de cargos.

No que toca a eficiência, não se pode negar que tal característica foi ainda mais fomentada pelo processamento eletrônico dos autos, tendo em vista que acarretou em uma intensa diminuição da quantidade de trabalho dos servidores, deixando-os livres para o cumprimento de funções de maior complexidade, que influenciam diretamente na produtividade.

A nova rotina de trabalho dos profissionais do Poder Judiciário está alicerçada na desburocratização. Na medida em que uma série de atos outrora executados manualmente e, portanto, com maior dispêndio de trabalho e de tempo, passaram a ser realizados automaticamente, reconfigurou-se o dia-a-dia dos profissionais do Direito, especialmente em um ponto específico: a utilização de dispositivos eletrônicos que permitiram a realização de atividades de qualquer lugar e de forma rápida, aumentando o fluxo de produção diária.

Com relação aos ambientes físicos, as mudanças mais significativas estão atreladas ao fato de que com a gradativa implementação do processo eletrônico, os espaços para armazenamento dos processos físicos, tanto durante o trâmite, quanto após o arquivamento, foram se tornando desnecessários; e ao fato de que quanto maior a possibilidade de vista dos processos pelo meio eletrônico, menor o fluxo de pessoas nos cartórios judiciais, o que diminui a necessidade de espaços destinados ao atendimento ao público.

Os sistemas de automação da justiça são importantes vetores de inovação da forma pela qual o Poder Judiciário interage com o cidadão. A possibilidade de acesso aos autos pela rede mundial de computadores reduziu significativamente o número de situações que exigem a presença das partes nas unidades judiciárias, resumindo-se basicamente à realização de audiências, ato que também pode ser executado remotamente nos casos previstos em lei.

Ainda, é de fundamental importância a análise do movimento de automatização ocorrido nos órgãos do Poder Judiciário nos momentos anteriores a lei n.º 11.419/06 e das adequações ocorridas com a entrada em vigor do referido diploma legal,

principalmente no âmbito dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça, da justiça federal e da justiça estadual.

Tais adequações foram uma exigência da própria lei n.º 11.419/06, como podemos concluir quando da leitura do art. 18. Senão vejamos:

Art. 18. Os órgãos do Poder Judiciário regulamentarão esta Lei, no que couber, no âmbito de suas respectivas competências<sup>68</sup>.

No Supremo Tribunal Federal, foi editada a Resolução n.º 287, de 14 de abril de 2004. Com a normativa, houve a instituição do e-STF, sistema que permitiu o uso de correio eletrônico para a prática de atos processuais que dependiam de petição escrita no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

Em 25 de maio de 2007, foi editada a Resolução n.º 344, que regulamentou o meio eletrônico de tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais no Supremo Tribunal Federal (e-STF), além de dar outras providências.

Em 20 de outubro de 2009, foi editada a Resolução n.º 417, que adequou as disposições do ato normativo em referência no parágrafo anterior, Resolução n.º 344, aos termos da lei n.º 11.419/06, abrangendo a exigência de peticionamento eletrônico às ações constitucionais – Ação Direita de Inconstitucionalidade, Ação Direita de Inconstitucionalidade por Omissão, Ação Declaratória de Constitucionalidade e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – à reclamação constitucional e às propostas de súmula vinculante.

O ato normativo mais recente que regulamenta o processo eletrônico no âmbito do Supremo Tribunal Federal é a Resolução n.º 692, de 17 de julho de 2020. A norma dispõe acerca de atualizações relevantes no sistema judicial eletrônico, no sentido de adequá-lo aos avanços tecnológicos dos últimos dez anos.

Na seara do Superior Tribunal de Justiça, foi editada a Resolução n.º 2, de 24 de abril de 2007, que dispunha sobre o recebimento de petições por meio eletrônico. Por intermédio da Resolução n.º 10, de 06 de outubro de 2015, regulamentou-se o processo judicial eletrônico no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, já em conformidade com a lei n.º 11.419/06, instituindo para tanto o e-STJ.

---

<sup>68</sup>BRASIL – Lei n.º 11.419, de 19 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências. [Em linha]. 2006. [Consult. 18 jul. 2021]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11419.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11419.htm)>.

No Tribunal Superior do Trabalho foi publicada a Instrução Normativa n.º 30, de 13 de setembro de 2007, regulamentando, no âmbito da justiça do trabalho, a lei n.º 11.419/06. O TST foi o primeiro órgão a cumprir com a exigência de regulamentação do diploma legal citado, estabelecendo disposições acerca da informatização do processo judicial; da utilização de assinatura eletrônica e do sistema eletrônico de peticionamento, de comunicação e de informação dos atos processuais.

De início, o Tribunal Superior do Trabalho criou um sistema denominado E-Sij (Sistema Eletrônico de Informações Judiciárias), inicialmente voltado para o recebimento e processamento de agravos de instrumento e de recursos de revista. A partir de 02 de agosto de 2011, o E-Sij passou a ser utilizado de forma integral, no sentido de que passou a incluir o trâmite de todos os processos de competência do TST.

Em 2012, o Conselho Nacional de Justiça celebrou o acordo de cooperação técnica n.º 43/2010 com 14 Tribunais de Justiça Estaduais por meio do qual estruturou o Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe, que foi resultado do aperfeiçoamento de um sistema já utilizado no âmbito dos Tribunais Regionais Federais e do Conselho da Justiça Federal, o Creta expansão<sup>69</sup>.

Em 18 de dezembro de 2013, o CNJ publicou a Resolução n.º 185, que instituiu o Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabeleceu os parâmetros para sua implementação e funcionamento. O objetivo da adoção do sistema em comento foi garantir um andamento processual seguro, simples e célere nos órgãos do Poder Judiciário, previstos no art. 92, incisos I-A a VII, da Constituição da República Federativa do Brasil, a saber, o próprio Conselho Nacional de Justiça; o Superior Tribunal de Justiça; o Tribunal Superior do Trabalho; os Tribunais Regionais Federais; os Tribunais do Trabalho; os Tribunais Eleitorais; os Tribunais Militares e os Tribunais Estaduais e do Distrito Federal.

Por meio da cooperação técnica disposta acima, busca-se a consecução cada vez mais eficiente da finalidade precípua do Poder Judiciário, qual seja a resolução de conflitos.

---

<sup>69</sup>O sistema de processamento eletrônico denominado Creta expansão, derivado do sistema implementado pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região em 2004, foi resultado do acordo de cooperação técnica n.º 73/2009 firmado entre o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho de Justiça Federal e os cinco Tribunais Regionais Federais. (Informação disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/processo-judicial-eletronico-pje/historico/>>. Acesso em: 25 mar. 2021)

A Justiça Federal foi pioneira na utilização de um sistema eletrônico para o trâmite de processos. Em 2003, no âmbito dos Juizados Especiais do Tribunal Regional Federal da 14ª Região, que compreende os estados do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina, já era possível a prática de todos os atos processuais eletronicamente por meio do sistema e-Proc, desde a petição inicial até a sentença, fundamentados na lei n.º 10.259/01, que dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal<sup>70</sup>.

Em 2004, no âmbito do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que corresponde aos estados de Alagoas, do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e de Sergipe, foi instituído o sistema de processamento eletrônico Creta, que passou a ser aplicado a todos os Juizados Especiais compreendidos na área em referência a partir de 2005.

---

<sup>70</sup>Art. 8º [...]

§ 2º Os tribunais poderão organizar serviço de intimação das partes e de recepção de petições por meio eletrônico. (BRASIL – **Lei n.º 11.419, de 19 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências. [Em linha]. 2006. [Consult. 18 jul. 2021]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11419.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11419.htm)>)

## **CAPÍTULO 2 – INCLUSÃO DIGITAL PARA GARANTIAS CONSTITUCIONAIS PROCESSUAIS: O ACESSO À JUSTIÇA E A CELERIDADE PROCESSUAL**

### **2.1 O processo judicial eletrônico e a inclusão digital como facilitadores para o acesso à justiça e para a resolução célere de conflitos**

A Constituição Portuguesa consagra o acesso à justiça no título I (princípios gerais), da parte I (direitos e deveres fundamentais), mais especificamente no artigo 20º. É importante a atenção para o fato de que o acesso à justiça não está constitucionalmente previsto no título referente aos direitos, liberdades e garantias pessoais (título II, da parte I), sendo considerado um direito fundamental análogo.

Entende-se por direitos fundamentais análogos poderes de natureza defensiva e associáveis ao valor da liberdade que estão distribuídos pela constituição, de maneira que possuam características significativamente próximas às dos direitos, liberdades e garantias, beneficiando-se total ou parcialmente do regime delineado para atender a estes últimos<sup>71</sup>.

Sendo o acesso à justiça um direito fundamental de natureza análoga, ele será beneficiado pelo regime específico previsto para os direitos, liberdades e garantias pessoais estabelecidos no título II, conforme o disposto no artigo 17º<sup>72</sup>.

Na mesma linha de raciocínio, assevera Jorge Miranda:

Quanto aos direitos de natureza análoga constantes do título I da parte I (como direito de acesso a tribunal), por eles serem incindíveis de princípios gerais com imediata projeção nos direitos, liberdades e garantias, aplicam-se lhes todas as regras constitucionais pertinentes<sup>73</sup>.

O regime em referência trata-se do asseverado nos seguintes dispositivos da Constituição portuguesa: artigo 165º, n.º 1, alínea b (reserva de lei parlamentar); artigo 18º (restrição de direitos); artigo 19º (suspensão de direitos); artigo 20º, n.º 5 (garantias de acesso ao direito); artigo 22º (responsabilidade civil extracontratual das entidades

---

<sup>71</sup>CANOTILHO, J. J. Gomes; MOREIRA, Vital – **Constituição da República Portuguesa anotada**, p. 334.

<sup>72</sup>Regime dos direitos, liberdades e garantias. O regime dos direitos, liberdades e garantias aplica-se aos enunciados no título II e aos direitos fundamentais de natureza análoga. PORTUGAL – **Constituição da República Portuguesa**. [Em linha]. 1976. [Consult. 12 mai. 2021]. Disponível em: <<https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/34520775/view>>.

<sup>73</sup>MIRANDA, Jorge – **As constituições portuguesas: de 1822 ao texto actual da Constituição**, p. 153.



públicas); e artigo 288º, alínea d (cláusula de limites materiais de revisão constitucional)

<sup>74</sup>.

O artigo 165º, n.º 1, alínea b, dispõe que é de competência exclusiva da Assembleia da República legislar sobre matéria relativa a direitos, liberdades e garantias.

O artigo 18º, n.º 3, assevera que as leis restritivas de direitos, liberdades e garantias deverão surtir efeitos gerais, abstratos e irrevogáveis. Ainda, não podem dispor de modo que reduzam a aplicabilidade do conteúdo essencial das disposições constitucionais.

O artigo 19º, n.º 5, sustenta que a declaração do estado de sítio ou do estado de emergência especificará os direitos, liberdades e garantias cujos exercícios ficarão suspensos.

O artigo 20º, n.º 5, determina que os direitos, liberdades e garantias pessoais sejam defendidos judicialmente por meio de um procedimento célere e prioritário, visando à concretização de uma prestação jurisdicional em tempo hábil à obtenção de uma tutela efetiva, leia-se de uma tutela apta a dirimir as ameaças ou violações desses direitos.

O artigo 22º atribui responsabilidade civil ao Estado e demais entidades públicas - inclusive solidariamente com os titulares dos seus órgãos, funcionários ou agentes - diante de ações ou omissões praticadas no exercício de suas funções ou decorrentes desse exercício que violem direitos, liberdades e garantias<sup>75</sup>.

O artigo 288º, alínea d, estipula que as leis de revisão constitucional deverão respeitar os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Diante disso, sobre o caráter de direito fundamental do direito de acesso à justiça, discorre Guilherme Fonseca:

Para além de princípio geral, o direito de acesso aos tribunais, como hoje se diz, é indubitavelmente um direito fundamental, significativo para o avanço e para a consolidação do Estado de legalidade democrática, na medida em que se traduz num verdadeiro direito à via judiciária, que se estende a todas as situações juridicamente protegidas, contra quaisquer atos lesivos dessas

---

<sup>74</sup>PORTUGAL – **Constituição da República Portuguesa**. [Em linha]. 1976. [Consult. 12 mai. 2021]. Disponível em: <<https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/34520775/view>>.

<sup>75</sup> No âmbito da responsabilidade por danos causados a terceiros por mecanismo de inteligência artificial, apesar de não ser o foco da nossa discussão. MATOS, Filipe Albuquerque – Responsabilidade por danos causados a terceiros por robôs. In: MONTEIRO, António Pinto (Dir.) – **Direito e Robótica. Número especial de Estudos de Direito do Consumidor**, 2020, pp. 57-92.

mesmas situações, e que não pode ser prejudicado pela insuficiência de meios económicos<sup>76</sup>.

Nesse momento, importa destrincharmos o dispositivo constitucional dedicado a consagrar o acesso à justiça, qual seja o artigo 20º, para que então possamos associar sua efetividade com as facilidades decorrentes da implementação do processo judicial eletrónico atrelada à ideia de inclusão digital.

Pois bem. O artigo 20º dispõe o seguinte:

**Acesso ao direito e tutela jurisdicional efectiva.**

1. A todos é assegurado o acesso ao direito e aos tribunais para defesa dos seus direitos e interesses legalmente protegidos, não podendo a justiça ser denegada por insuficiência de meios económicos.
2. Todos têm direito, nos termos da lei, à informação e consulta jurídicas, ao patrocínio judiciário e a fazer-se acompanhar por advogado perante qualquer autoridade.
3. A lei define e assegura a adequada protecção do segredo de justiça.
4. Todos têm direito a que uma causa em que intervenham seja objecto de decisão em prazo razoável e mediante processo equitativo.
5. Para defesa dos direitos, liberdades e garantias pessoais, a lei assegura aos cidadãos procedimentos judiciais caracterizados pela celeridade e prioridade, de modo a obter tutela efectiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses direitos<sup>77</sup>.

Em uma breve síntese introdutória, o dispositivo em referência determina que o acesso ao direito e a tutela jurisdicional não seja dirimido por insuficiência de meios económicos; que a extensão de seu conteúdo alcance o direito à informação; à consulta jurídica e ao acompanhamento por um advogado<sup>78</sup>; que esteja relacionado à garantia de proferimento de atos decisórios em tempo razoável; que ofereça um processo equitativo; e que envolva a concretização da celeridade e da prioridade processual quando da defesa de direitos, liberdades e garantias pessoais.

---

<sup>76</sup>FONSECA, Guilherme da – **A defesa dos direitos: o princípio geral da tutela jurisdicional dos direitos fundamentais**, p. 34.

<sup>77</sup>PORTUGAL – **Constituição da República Portuguesa**. [Em linha]. 1976. [Consult. 12 mai. 2021]. Disponível em: <<https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/34520775/view>>.

<sup>78</sup>Sobre esse ponto, é interessante a leitura do que dispõe o acórdão n.º 106/2004. “Acórdão n.º 106/2004/T. Const. - Processo n.º 425/2003. - Acordam na 2.ª Secção do Tribunal Constitucional:  
[...]

3.ª Tal direito fundamental comporta no seu núcleo essencial o direito à informação e consulta jurídicas e ao patrocínio judiciário, sendo este tido como elemento nuclear da garantia constitucional de 'acesso ao direito e aos tribunais.' PORTUGAL – **Lei n.º 34, de 29 de julho de 2004**. [Em linha]. 2004. [Consult. 14 mai. 2021]. Disponível em: <<https://dre.pt/pesquisa/-/search/502394/details/maximized>>.

A 'insuficiência de meios económicos' a que se refere o artigo é a do cidadão. Sendo assim, a Constituição assegura a todos, independentemente de condições financeiras, o direito de acesso à Justiça. Na medida em que consagra a garantia em referência, idealiza que o acesso à justiça depende de um processo de democratização amparado na igualdade jurídica do cidadão, conforme o disposto no artigo 13<sup>o</sup><sup>79</sup>.

É dever do Estado promover meios de acesso à informação e à consulta jurídica a todas as pessoas indiscriminadamente. O cumprimento do referido dever compreende a criação de espaços de apoio jurídico totalmente gratuitos em diferentes localidades com o objetivo de possibilitar o atendimento ao maior número de pessoas possível.

A Lei n.º 47, de 28 de agosto de 2007, que alterou dispositivos da Lei n.º 34<sup>80</sup>, de 29 de julho de 2004, trouxe um avanço quanto às definições de informação jurídica e de consulta jurídica, tratadas no artigo 4º e no artigo 14º (n.º 1 e 2), respectivamente. Vejamos:

#### **Informação jurídica**

##### **Artigo 4.º**

##### **Dever de informação**

Incumbe ao Estado realizar, de modo permanente e planeado, acções tendentes a tornar conhecido o direito e o ordenamento legal, através de publicação e de outras formas de comunicação, com vista a proporcionar um melhor exercício dos direitos e o cumprimento dos deveres legalmente estabelecidos<sup>81</sup>. [...]

#### **SECÇÃO II**

##### **Consulta jurídica**

##### **Artigo 14.º**

##### **Âmbito**

---

<sup>79</sup>Princípio da igualdade.

1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.  
2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual. (PORTUGAL – **Constituição da República Portuguesa**. [Em linha]. 1976. [Consult. 12 mai. 2021]. Disponível em: <<https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/34520775/view>>)

<sup>80</sup>“Altera o regime de acesso ao direito e aos tribunais e transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2003/8/CE, do Conselho, de 27 de janeiro, relativa à melhoria do acesso à justiça nos litígios transfronteiriços através do estabelecimento de regras mínimas comuns relativas ao apoio judiciário no âmbito desses litígios.” (PORTUGAL – **Lei n.º 34, de 29 de julho 2004**. [Em linha]. 2004. [Consult. 14 mai. 2021]. Disponível em: <<https://dre.pt/pesquisa/-/search/502394/details/maximized>>)

<sup>81</sup>PORTUGAL – **Lei n.º 34, de 29 de julho 2004**. [Em linha]. 2004. [Consult. 14 mai. 2021]. Disponível em: <<https://dre.pt/pesquisa/-/search/502394/details/maximized>>.

- 1 - A consulta jurídica abrange a apreciação liminar da inexistência de fundamento legal da pretensão, para efeito de nomeação de patrono oficioso.
  - 2 - A consulta jurídica pode compreender a realização de diligências extrajudiciais ou comportar mecanismos informais de mediação e conciliação, conforme constar do regulamento dos gabinetes de consulta jurídica<sup>82</sup>.
- [...]

No que toca ao direito ao acompanhamento por um advogado, Rui Medeiros e Jorge Miranda dispõem que ele deve ser levado em consideração tanto como um "elemento essencial a administração da justiça", quanto como um "elemento essencial na própria garantia constitucional de acesso ao direito e aos tribunais"<sup>83</sup>.

Importante destacar alguns dispositivos constitucionais que decorrem do direito ao acompanhamento por um advogado e que exercem o papel de complementá-lo, a saber: o artigo 32º, n.º 3<sup>84</sup> (garantias do processo criminal); o artigo 208º<sup>85</sup> (patrocínio forense); e o artigo 47º, n.º 1<sup>86</sup> (liberdade de escolha da profissão e acesso à função pública).

O dispositivo em comento (artigo 20º, n.º 2) deve ser considerado norma de eficácia plena, ou seja, ao cidadão é dada a possibilidade de exercer tais direitos a qualquer momento sem que para tanto sejam necessárias interferências legislativas de qualquer ordem. É o que se pode depreender quando da leitura do item 4º, do acórdão 106/2004, do Tribunal Constitucional. Senão, vejamos:

**Acórdão n.º 106/2004/T. Const. - Processo n.º 425/2003. - Acordam na 2.ª Secção do Tribunal Constitucional:**

[...]

4.ª A previsão do n.º 2 do artigo 20.º da Constituição, segundo a qual as formas do 'direito ao patrocínio judiciário' possam ser reguladas por lei ordinária, não comporta a possibilidade de por essa via serem estabelecidos condicionantes ou requisitos que dificultem ou tornem por de mais difícil o exercício daquele direito ou, ainda acentuadamente, restrinjam o respectivo conteúdo, sob pena

---

<sup>82</sup>PORTUGAL – **Lei n.º 34, de 29 de julho 2004**. [Em linha]. 2004. [Consult. 14 mai. 2021]. Disponível em: <<https://dre.pt/pesquisa/-/search/502394/details/maximized>>.

<sup>83</sup>MIRANDA, Jorge; MEDEIROS, Rui – **Constituição Portuguesa Anotada**, pp. 424-425.

<sup>84</sup>Garantias do processo criminal. [...] 3. O arguido tem direito a escolher defensor e a ser por ele assistido em todos os actos do processo, especificando a lei os casos e as fases em que a assistência por advogado é obrigatória. [...] (PORTUGAL – **Constituição da República Portuguesa**. [Em linha]. 1976. [Consult. 12 mai. 2021]. Disponível em: <<https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/34520775/view>>.)

<sup>85</sup>Patrocínio forense. A lei assegura aos advogados as imunidades necessárias ao exercício do mandato e regula o patrocínio forense como elemento essencial à administração da justiça. (PORTUGAL – **Constituição da República Portuguesa**. [Em linha]. 1976. [Consult. 12 mai. 2021]. Disponível em: <<https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/34520775/view>>.)

<sup>86</sup>Liberdade de escolha da profissão e acesso à função pública. 1. Todos têm o direito de escolher livremente a profissão ou o género de trabalho, salvas as restrições legais impostas pelo interesse colectivo ou inerentes à sua própria capacidade. [...] (PORTUGAL – **Constituição da República Portuguesa**. [Em linha]. 1976. [Consult. 12 mai. 2021]. Disponível em: <<https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/34520775/view>>)

de aqueloutro direito de acesso aos tribunais não passar de um direito fundamental formal<sup>87</sup>.

A garantia de proferimento de atos decisórios em tempo razoável é um dos elementos que asseguram uma prestação jurisdicional efetivamente útil. O objetivo principal é resguardar o direito demandado pelo cidadão dos efeitos temporais que por ventura decorram da duração do trâmite processual. Nessa linha de raciocínio, sustenta Joaquim Pires de Lima:

O direito a justiça em tempo razoável é o direito que cada cidadão tem de ver o Tribunal interno solucionar negativa ou positivamente a sua petição ou contestação em tempo útil. No fundo, o que se consagra é o direito a que os tribunais funcionem, respondendo às solicitações de Justiça dos cidadãos. É óbvio que este direito não significa que ao cidadão o tribunal reconheça razão ao apreciar o mérito do litígio pendente. O que se exige é que o Tribunal julgue e julgue depressa. É na Constituição da República que o cidadão encontra o primeiro fundamento do direito à Justiça em prazo razoável, ao ver consagrado no artigo 20.º o acesso ao direito e aos tribunais. O acesso ao direito e aos tribunais implica a eficácia do meio e a resposta em tempo útil por parte dos tribunais. Se a Justiça não responder em tempo útil será ineficaz e ficará frustrado o direito de acesso consagrado na Constituição<sup>88</sup>.

Vários são os motivos que podem ocasionar a violação do direito ao proferimento de decisões em tempo razoável. Para os fins deste trabalho, destacaremos aqueles associados à estrutura dos tribunais.

O direito ao processo equitativo deve ser considerado sob a perspectiva formal e sob a perspectiva material. A perspectiva formal está associada à conformação do processo aos ditames legais pré-definidos voltados para o regramento do trâmite processual. A perspectiva material está associada à observância de direitos e princípios basilares e indispensáveis relacionados à consolidação da justiça garantidos por meio da Constituição, do direito costumeiro ou da legislação infraconstitucional. Citem-se como exemplos o princípio da isonomia<sup>89</sup> e o princípio da ampla defesa e do contraditório.

---

<sup>87</sup>PORTUGAL – **Lei n.º 34, de 29 de julho 2004**. [Em linha]. 2004. [Consult. 14 mai. 2021]. Disponível em: <<https://dre.pt/pesquisa/-/search/502394/details/maximized>>.

<sup>88</sup> LIMA, Joaquim Pires de – **Considerações acerca do direito à justiça em prazo razoável**, pp. 672-673.

<sup>89</sup>"A regra de que a lei deve tratar todos de forma igual [...] aplica-se também ao processo, devendo tanto a legislação como o juiz no caso concreto garantir às partes uma "paridade de armas" [...], como forma de manter equilibrada a disputa judicial entre elas. A isonomia no tratamento processual das partes é forma, inclusive, do juiz demonstrar a sua imparcialidade, porque demonstra que não há favorecimento em favor de qualquer uma delas. O prazo para as contrarrazões nos recursos é sempre igual ao prazo dos recursos; ambas as partes têm o direito a todos os meios de provas e serão intimadas para participar da audiência, na qual poderão igualmente participar, etc." ASSUMPÇÃO, Daniel Amorim Neves. – **Manual de Processo Civil**, pp. 194-195.

Canotilho e Vital Moreira dispõem que o direito ao processo equitativo deve ser assim considerado:

[...] num sentido amplo, não só como um processo justo na sua conformação legislativa (exigência de um procedimento legislativo devido na conformação do processo), mas também como um processo materialmente informado pelos princípios materiais da justiça nos vários momentos processuais<sup>90</sup>.

Segundo Jorge Miranda e Rui Medeiros, a concretização da celeridade e da prioridade processual quando da defesa de direitos, liberdades e garantias pessoais é um dever cujo cumprimento exige uma atuação significativa do legislador. Melhor explicando, cabe ao legislador promover a edição de leis que garantam a eficácia das previsões constitucionais relacionadas aos direitos, liberdades e garantias pessoais, inclusive no que tange a sua judicialização<sup>91</sup>.

No contexto brasileiro, o direito de acesso à jurisdição está consagrado no artigo 5.º, que se encontra no capítulo I (Dos direitos e deveres individuais e coletivos), do título II (Dos direitos e garantias fundamentais), da Constituição Federal, mais especificamente no inciso XXXV, que diz:

Art. 5.º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:  
[...]  
XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito<sup>92</sup>.

Da leitura do dispositivo citado, depreende-se que o alcance do direito de acesso a jurisdição abrange não somente a lesão a direito, como, também, a ameaça, ou seja, possibilita uma via repressiva e uma via preventiva.

Da mesma forma que em Portugal, no Brasil o entendimento majoritário é o de que o direito de acesso à jurisdição não pode ser levado em consideração apenas sob uma perspectiva formal, ou seja, deve-se garantir o referido direito mesmo diante de empecilhos de cunho social e econômico que podem afligir os cidadãos.

Tanto é assim que a Constituição Federal estabeleceu um dispositivo próprio voltado a endossar a assistência judiciária integral e gratuita àqueles que se encontram

---

<sup>90</sup>CANOTILHO, J. J. Gomes; MOREIRA, Vital – **Constituição da República Portuguesa anotada**. v. 1. Coimbra: Coimbra Editora, 2010. p. 415.

<sup>91</sup>MIRANDA, Jorge; MEDEIROS, Rui – **Constituição Portuguesa Anotada**, pp. 424-425.

<sup>92</sup>BRASIL – **Constituição da República Federativa do Brasil**. [Em linha]. 1988. [Consult. 12 mai. 2021]. Disponível em: <planalto.gov.br/ccivil\_03/constituicao/constituicao.htm>.

em situação de insuficiência de recursos<sup>93</sup>. Além disso, assegurou a gratuidade de ações voltadas a proteger direitos fundamentais, tais como a ação de habeas corpus (direito à liberdade) e a ação de habeas datas (direito à informação)<sup>94</sup>.

Diante de todo o exposto, é possível depreender que o exercício efetivo do direito de acesso à justiça compreende requisitos que vão além da mera salvaguarda do direito de ação, do direito abstrato de provocar a atividade jurisdicional ou do direito de acessar os espaços físicos voltados ao fornecimento dos serviços judiciários. De igual maneira, abrange a possibilidade de todos os cidadãos, indistintamente, obterem uma tutela do Estado quando seus direitos forem ameaçados ou violados e a possibilidade de consecução de uma prestação jurisdicional útil, leia-se de uma prestação jurisdicional concretizada em tempo apropriado para a eficaz garantia do direito que se busca proteger.

Nessa perspectiva, Mauro Cappelletti e Bryant Garth asseveram:

A expressão "acesso à justiça" é de difícil definição, mas serve para determinar duas finalidades básicas do sistema jurídico - o sistema pelo qual as pessoas podem reivindicar seus direitos e/ou resolver seus litígios sob os auspícios do Estado. Primeiro, o sistema deve ser igualmente acessível a todos; segundo, ele deve produzir resultados que sejam individual e socialmente justos. [...] <sup>95</sup>

Assim, é imprescindível que se proporcione métodos alternativos voltados a inclusão dos menos favorecidos nesse contexto, bem como voltados a concretização da duração razoável do processo. Partindo-se de uma visão mais ampla, pode-se citar como exemplo a implementação dos mecanismos de automação da justiça.

Como já mencionado no primeiro capítulo deste trabalho, a cibercultura decorrente da revolução tecnológica fomentadora da sociedade da informação fez surgir uma nova vertente comportamental baseada na rapidez e na dinamicidade do acesso e da

---

<sup>93</sup>Art. 5.º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos. (BRASIL – **Constituição da República Federativa do Brasil**. [Em linha]. 1988. [Consult. 12 mai. 2021]. Disponível em: <planalto.gov.br/ccivil\_03/constituicao/constituicao.htm>)

<sup>94</sup>Art. 5.º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

LXXVII - são gratuitas as ações de "habeas-corpus" e "habeas-data", e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania. (BRASIL – **Constituição da República Federativa do Brasil**. [Em linha]. 1988. [Consult. 12 mai. 2021]. Disponível em: <planalto.gov.br/ccivil\_03/constituicao/constituicao.htm>)

<sup>95</sup>CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant – **Acesso à justiça**, p. 8.

troca de informações e da prestação de serviços. O que se observou foi a formação de uma sociedade de consumo que busca a coexistência entre rapidez e qualidade. Tal demanda também alcançou os serviços a serem prestados pelo Poder Público, especialmente os relacionados às atividades judiciárias.

Sobre isso, Geovana Freire e Tainah Sales afirmam:

Com o advento das novas tecnologias, pode-se perceber que o indivíduo passou a ter amplo acesso a informações, a se comunicar com pessoas do mundo inteiro de maneira mais prática, rápida e econômica, passou a realizar transações e consultar o Poder Público com maior transparência e menos burocracia. Tais mudanças sociais e tecnológicas alicerçam e potencializam novas formas de exercício da cidadania, além de ampliar a capacidade de agir e estar no mundo<sup>96</sup>.

Sendo assim, a informatização da atividade jurisdicional permitiu o advento da possibilidade de se obter de maneira célere a resolução de litígios consubstanciada pela tutela estatal. Não podemos deixar de ressaltar que a possibilidade em referência contribuiu de forma significativa para um aumento considerável no número de demandas. Tal fato será melhor detalhado no último tópico deste capítulo.

No atual grau das transformações decorrentes da revolução tecnológica-informacional, o acesso à justiça é estimulado de forma relevante pelo movimento de digitalização dos processos judiciais, tendo em vista que o manuseio do processo judicial por meio de instrumentos eletrônicos atende às reivindicações para a efetivação do direito de acesso à justiça na modernidade concernentes à razoabilidade do tempo de duração dos procedimentos e à igualdade de possibilidades entre os envolvidos, na medida em que se verifica a redução de obstáculos de ordem geográfica, social e econômica.

Nessa lógica, Alexandre Saldanha e Pablo Medeiros dispõem:

[...] a compreensão do direito fundamental ao acesso à justiça perpassa a ideia de superação de barreiras e desafios impostos à satisfação plena do tratamento jurisdicional dos interesses jurídicos. Tanto da perspectiva da concretização do direito material positivado, quanto da perspectiva da infraestrutura do poder judiciário, acessar a justiça envolve reverter vulnerabilidades impostas a cidadãos que se encontram numa situação de tolhimento do direito de praticar atos processuais. A ideia de vulnerabilidade processual envolve várias dimensões e sofre da mesma complexidade do conceito de acesso à justiça, em estar condicionado a variáveis temporais, sociais etc.<sup>97</sup>.

---

<sup>96</sup>FREIRE, Geovana Maria Cartaxo De Arruda. SALES, Tainah Simões – **A inclusão digital como direito fundamental e instrumento para concretização do exercício democrático**. [Em linha]. [Consult. 14 mai. 2021]. Disponível em: <[http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/cartaxo\\_-\\_6.pdf](http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/cartaxo_-_6.pdf)>.

<sup>97</sup>MEDEIROS, Pablo; SALDANHA, Alexandre – **Processo judicial eletrônico e inclusão digital para acesso à justiça na sociedade da informação**, p. 541.



A forma presencial de acesso aos autos ou de realização dos mais diversos tipos de diligência tornou-se obsoleta e desnecessária. O interessado que tiver consigo um dispositivo conectado à rede mundial de computadores poderá acessar o processo integralmente, respeitados os limites legalmente definidos, de qualquer lugar do mundo, a qualquer momento.

O ponto é que o acesso à justiça passou a exigir a consecução da inclusão digital. Não há que se falar em facilidade de acesso promovida pelo processo judicial eletrônico sem se falar na disponibilização democrática de recursos para tanto.

A lei n.º 27, de 17 de maio de 2021, que aprovou a Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital, reforçou a participação de Portugal no processo mundial de transformação da internet em um instrumento de viabilização da liberdade, da igualdade e da justiça social, consagrando-se em um espaço de promoção, proteção e livre exercício dos direitos humanos, na medida em que promove inclusão social em ambiente virtual e a aplicação no ciberespaço das normas relativas aos direitos, liberdades e garantias.

Além disso, delegou ao Estado o dever de proporcionar algumas medidas voltadas para a inclusão digital. Vejamos:

### **Artigo 3.º**

#### **Direito de acesso ao ambiente digital**

1 - Todos, independentemente da ascendência, género, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual, têm o direito de livre acesso à Internet.

2 - Com vista a assegurar um ambiente digital que fomenta e defende os direitos humanos, compete ao Estado promover:

- a) O uso autónomo e responsável da Internet e o livre acesso às tecnologias de informação e comunicação;
- b) A definição e execução de programas de promoção da igualdade de género e das competências digitais nas diversas faixas etárias;
- c) A eliminação de barreiras no acesso à Internet por pessoas portadoras de necessidades especiais a nível físico, sensorial ou cognitivo, designadamente através da definição e execução de programas com esse fim;
- d) A redução e eliminação das assimetrias regionais e locais em matéria de conectividade, assegurando a sua existência nos territórios de baixa densidade e garantindo em todo o território nacional conectividade de qualidade, em banda larga e a preço acessível;
- e) A existência de pontos de acesso gratuitos em espaços públicos, como bibliotecas, juntas de freguesia, centros comunitários, jardins públicos, hospitais, centros de saúde, escolas e outros serviços públicos;

- f) A criação de uma tarifa social de acesso a serviços de Internet aplicável a clientes finais economicamente vulneráveis;
- g) A execução de programas que garantam o acesso a instrumentos e meios tecnológicos e digitais por parte da população, para potenciar as competências digitais e o acesso a plataformas eletrônicas, em particular dos cidadãos mais vulneráveis;
- h) A adoção de medidas e ações que assegurem uma melhor acessibilidade e uma utilização mais avisada, que contrarie os comportamentos aditivos e proteja os consumidores digitalmente vulneráveis;
- i) A continuidade do domínio de Internet de Portugal «.PT», bem como das condições que o tornam acessível tecnológica e financeiramente a todas as pessoas singulares e coletivas para registo de domínios em condições de transparência e igualdade;
- j) A definição e execução de medidas de combate à disponibilização ilícita e à divulgação de conteúdos ilegais em rede e de defesa dos direitos de propriedade intelectual e das vítimas de crimes praticados no ciberespaço<sup>98</sup>.

No Brasil, a referência estatal de inclusão digital é a Lei n.º 12.965/2014, o Marco Civil da Internet. Tal diploma legal estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.

Quanto aos direitos e garantias para o uso da rede mundial de computadores estabelece:

Art. 7º O acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania, e ao usuário são assegurados os seguintes direitos:

I - inviolabilidade da intimidade e da vida privada, sua proteção e indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

II - inviolabilidade e sigilo do fluxo de suas comunicações pela internet, salvo por ordem judicial, na forma da lei;

III - inviolabilidade e sigilo de suas comunicações privadas armazenadas, salvo por ordem judicial;

IV - não suspensão da conexão à internet, salvo por débito diretamente decorrente de sua utilização;

V - manutenção da qualidade contratada da conexão à internet;

VI - informações claras e completas constantes dos contratos de prestação de serviços, com detalhamento sobre o regime de proteção aos registros de conexão e aos registros de acesso a aplicações de internet, bem como sobre práticas de gerenciamento da rede que possam afetar sua qualidade;

---

<sup>98</sup>PORTUGAL – **Lei n.º 27, de 17 de maio de 2021**. [Em linha]. 2021. [Consult. 14 mai. 2021]. Disponível em: <[https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=3446&tabela=leis&so\\_miolo=>](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=3446&tabela=leis&so_miolo=>)>.

VII - não fornecimento a terceiros de seus dados pessoais, inclusive registros de conexão, e de acesso a aplicações de internet, salvo mediante consentimento livre, expresso e informado ou nas hipóteses previstas em lei;

VIII - informações claras e completas sobre coleta, uso, armazenamento, tratamento e proteção de seus dados pessoais, que somente poderão ser utilizados para finalidades que:

a) justifiquem sua coleta;

b) não sejam vedadas pela legislação; e

c) estejam especificadas nos contratos de prestação de serviços ou em termos de uso de aplicações de internet;

IX - consentimento expresso sobre coleta, uso, armazenamento e tratamento de dados pessoais, que deverá ocorrer de forma destacada das demais cláusulas contratuais;

X - exclusão definitiva dos dados pessoais que tiver fornecido a determinada aplicação de internet, a seu requerimento, ao término da relação entre as partes, ressalvadas as hipóteses de guarda obrigatória de registros previstas nesta Lei;

XI - publicidade e clareza de eventuais políticas de uso dos provedores de conexão à internet e de aplicações de internet;

XII - acessibilidade, consideradas as características físico-motoras, perceptivas, sensoriais, intelectuais e mentais do usuário, nos termos da lei; e

XIII - aplicação das normas de proteção e defesa do consumidor nas relações de consumo realizadas na internet<sup>99</sup>.

## **2.2 A evolução dos métodos alternativos de resolução de conflitos em ambiente virtual: *Online Dispute Resolution***

A revolução tecnológica-informacional fez emergir uma série de novas relações interpessoais no meio social. Na medida em que se difundia a circulação rápida, precisa e massificada de informações, as relações sociais se tornavam mais complexas, o que criou um contexto favorável ao surgimento de conflitos.

Nesse cenário, a automatização do processo judicial acabou gerando efeitos contrários aos esperados, tendo em vista que, diante da promessa de celeridade, intensificou-se a judicialização de demandas, fomentando uma sobrecarga de processos cuja maior consequência foi a morosidade na prestação jurisdicional.

---

<sup>99</sup>BRASIL – Lei n.º 12.965 de 23 de abril de 2014. [Em linha]. 2014. [Consult. 18 mai. 2021]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1980-1988/L7463.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7463.htm)>.

Nos últimos anos, as sociedades modernas, acompanhando o desenvolvimento social, cultural e econômico, assistiram ao fenômeno da jurisdicionalização do conflito como resultado da elevação da conflitualidade social em todos os campos das relações jurídicas. Desse modo, a instituição do Poder Judiciário nos Estados Democráticos de Direito configurou-se como principal via para a resolução dos litígios que surgiam entre os cidadãos<sup>100</sup>.

Todavia, em que pese a importância do desenvolvimento do Poder Judiciário em todo o contexto histórico até os dias atuais, como poder distinto e independente na balança dos poderes do Estado, como mecanismo por meio do qual se alcança a tutela judicial efetiva dos cidadãos, inúmeros fatores (a maioria deles externos) levaram à ineficácia, em muitas ocasiões, da utilização das vias jurisdicionais de solução de conflitos, como o aumento da diversidade de temáticas que são abrangidas pela decisão judicial.

Mesmo assim, a desestabilização do sistema jurisdicional não veio apenas da quantidade de causas que o Poder Judiciário passa a ter de considerar, mas também da complexidade desses conflitos. De modo geral, a sociedade tecnológica em que vivemos onde se destacam os valores sociais frente aos individuais e os parâmetros dos comportamentos dos cidadãos evoluíram, fez com que junto disto, a litigiosidade assumisse novas problemáticas e algumas ainda mais complicadas, que não mais se restringem a fronteiras internas ou discussões puramente privadas. Essa realidade criou obstáculos para que a solução de conflitos jurídicos sempre acontecesse de forma efetiva para os jurisdicionados tanto em relação ao tempo quanto aos seus custos inerentes<sup>101</sup>.

Sem dúvidas, estas não são as únicas razões que levam a crise da justiça, mas permitem-nos compreender que uma forma de transpassar essas dificuldades é a busca de mecanismos fora do Poder Judiciário para solucionar os conflitos ou controvérsias jurídicas. A busca destas alternativas implica na necessidade de um processo de transformação da cultura da sociedade para a desjudicialização dos litígios à medida que o cidadão percebe que as garantias de uma resposta efetiva do Judiciário se chocam com a complexidade do sistema<sup>102</sup>. Diante de todo este cenário, os métodos alternativos de

---

<sup>100</sup>CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant – **Acesso à justiça**, p. 34.

<sup>101</sup>VILAR, Silvia Barona – **Solución Extrajudicial de Conflictos**. Valencia: Tirant lo Blanch, 1999, p. 14.

<sup>102</sup>“Todo el mundo ha pasado de lavar el honor con la espada como em los tempos clásicos, según revela nuestra literatura y nuestro Siglo de Oro, para lavarla por vía judicial. Hoy todo el mundo siente la necesidad de apelar a los Tribunals y a veces por cosas que no debían llegar a la vía judicial y cuando entran en la vía judicial, no se pueden solucionar porque necessariamente chocan con la complejidad del sistema”.

resolução de litígios passaram a ser uma alternativa viável para escapar à crise do Judiciário.

O uso da mediação ao longo da história não ocorreu de forma linear. Nos diferentes períodos históricos, a mediação foi utilizada de maneiras distintas, em maior ou menor grau. O que ocorreu foi uma verdadeira evolução do referido método de resolução alternativa de litígios, pelo qual se fundiram várias ideias, conceitos e práticas.

Já se tinha notícias do uso da mediação na Antiga China, mais especificamente no século V a.C. Pensadores e filósofos da época já propagavam a ideia de que a litigância deveria ser evitada quando possível, buscando-se a solução de conflitos através da cooperação espontânea entre as partes, fora dos tribunais<sup>103</sup>.

Fala-se, também, do uso da mediação nas sociedades teocráticas de religiões monoteístas (judaísmo e cristianismo). O método já era utilizado para solucionar conflitos nas comunidades e nos respectivos templos e o papel de mediador era exercido pelos líderes religiosos, quais sejam rabinos, padres e pastores<sup>104</sup>.

Além disso, atribui-se o surgimento da primeira Constituição escrita, no ano de 622 d.C., a Constituição de Medina, a um grande acordo de paz celebrado entre tribos pagãs, árabes, judeus, cristãos e muçulmanos e que teve como mediador o líder da religião islâmica, Maomé. Atualmente, as mesquitas ainda funcionam como centros de arbitragem e resolução de conflitos da comunidade<sup>105</sup>.

No ocidente, a partir da década de 60, a mediação ganhou contornos mais apurados, sobretudo nos Estados Unidos, em decorrência do novo contexto que se instalava, qual seja as configurações trazidas pela crescente globalização, que ocasionou a proliferação de novas relações sociais e econômicas que, por vez, acarretaram uma significativa elevação do número de litígios levados aos Tribunais.

---

MENDÉZ, Francisco Ramos – **Medidas alternativas a la resolución de conflictos por vía judicial em el ámbito civil patrimonial**, p. 812.

<sup>103</sup>MARTINS, Reinaldo Luiz Cabrita – **A mediação civil como instrumento de resolução de conflitos (a previsão da União Europeia e a Ordem Jurídica Portuguesa)**. In: Grupo Lusofona, *apud* PARKINSON, Lisa, *Mediación Familiar. Teoría y práctica: principios y estrategias operativas*, Gedisa Editorial, Barcelona, 2005. Disponível em: <<http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/7498/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20DE%20MESTRADO.pdf?sequence=1>>.

<sup>104</sup>ALMEIDA, Tania – **Mediação de Conflitos: para iniciantes, praticantes e docentes**, p. 122.

<sup>105</sup>Mais sobre o tema. VAZ, Mário Pessoa – **Direito Processual Civil, Do Antigo ao Novo Código**, pp. 271. CARVALHO, Joana Campos – **A função de conciliação do juiz nos conflitos civis e comerciais**, pp. 11-46.

Dessa forma, em 1976, na *Pound Conference*, em Chicago, emergem novos conceitos de resolução alternativa de conflitos, nascendo o que é conhecido como *Alternative Dispute Resolution (A.D.R.)*<sup>106</sup>.

A mediação é um método alternativo de resolução de litígios no qual as partes buscam entre si a solução para um conflito auxiliadas por um mediador neutro. Este último não tem o poder de interferir ou direcionar, mas apenas de intermediar, fazendo com que todos os envolvidos sejam devidamente ouvidos.

Aconselha-se que o método em tela seja aplicado aos casos nos quais já existia uma relação entre os envolvidos antes do conflito. Ou seja, a relação não nasceu em decorrência do conflito, mas o conflito nasceu em decorrência da relação. Além de solucionar o litígio, a mediação tem como objetivo restaurar a paz entre os envolvidos, de modo que a relação outrora fragilizada possa ser reestruturada.

Tendo em mente o disposto acima, o mediador deve analisar a situação de tal maneira que ele possa identificar as causas e origens do conflito, trazendo à tona a compreensão acerca de motivações, anseios, problemas e sentimentos que estão em volta do litígio<sup>107</sup>.

Baseando-se na doutrina anglo-saxônica, é possível identificar duas modalidades de mediação,<sup>108</sup> que se diferenciam de acordo com os poderes que as partes estendem ao mediador: a mediação facilitativa e a mediação avaliativa. Na mediação facilitativa, o papel do mediador se volta somente para o exame da situação, de maneira que ele possa melhor identificar os interesses das partes. Na mediação avaliativa, ao mediador é dado o poder de suscitar os direitos das partes, sem, no entanto, ter a possibilidade de proferir qualquer tipo de decisão<sup>109</sup>.

Para que o procedimento de mediação possa gerar uma solução adequada, no sentido de que todos os envolvidos estejam de acordo sobre ela, o mediador necessita de uma troca de informações, na qual as partes irão discorrer acerca do litígio em discussão.

---

<sup>106</sup>*Idem*. Neste sentido, cfr. também VEZZULLA, Juan Carlos – **Mediação. Teoria e Prática. Guia para utilizadores e profissionais**, p. 37.

<sup>107</sup>DIAS, Maria Tereza Fonseca – **Mediação, cidadania e emancipação social**, p. 123.

<sup>108</sup> Neste sentido, vale ressaltar BAHAMONDE, Rúben – Os princípios estruturantes da Mediação em Portugal, pp. 131-154.

<sup>109</sup>BARROCAS, Manuel Pereira – **Lei de Arbitragem Comentada**. 1 ed. Portugal: Almedina, 2013.

Tais informações devem ser preservadas pelo mediador e utilizadas tão somente para conduzir o caso do qual estiver diante. Nesse sentido, leciona Manuel Pereira Barrocas:

O mediador pode, assim, atuar como depositário das informações e utilizá-las, sem as revelar a contra-parte, salvo consentimento do detentor delas, mas apenas como instrumento útil ao serviço da eficácia do seu trabalho na procura de uma solução negociada entre as partes, utilizando-as de modo apropriado nas entrevistas separadas ou conjuntas com as partes<sup>110</sup>.

Vencida a fase de troca de informações, faz-se necessária a busca por pontos confluentes entre as partes, favorecendo a emersão de interesses comuns no debate. Aqui, o mediador deve estar atento para que possa definir com exatidão quais são esses interesses comuns, sempre na busca pela harmonização das vontades dos envolvidos.

É importante ainda que o mediador incentive as partes a assumirem uma postura de cooperação, em detrimento da postura de competição, tradicionalmente verifica nos métodos usuais de resolução de litígios. O objetivo é difundir a ideia de que todos devem ganhar. Nessa seara, leciona Manuel Pereira Barrocas:

É dentro desta nova lógica não adversariante que o mediador deve efetuar o seu trabalho de aproximação das partes, E ambas as partes ou a parte mais interessada no acordo (há quase sempre uma parte mais interessada num entendimento que a outra) deve ser motivada para interagir diretamente com a outra com o objetivo da obtenção de um acordo. A lógica inicial “eu ganho, tu perdes” ou, noutra versão, “eu perco, mas tu também perdes” não posicionam as partes no sentido da procura direta, no decurso da mediação e com o auxílio do mediador, de um consenso, mas sim no propósito de convencer o mediador de que ela é que tem razão. E isso é tudo que há de mais contrário à criação de condições para que a mediação tenha sucesso<sup>111</sup>.

Deve-se ter em mente que no âmbito dos métodos de resolução alternativa de litígios, os acordos podem ser realizados inclusive sobre questões não atinentes ao conflito em discussão. Tal fato é tido como mais uma das vantagens da mediação, e também da conciliação, visto que evita que possíveis questões em paralelo sejam desnecessariamente levadas ao crivo judicial.

Segundo Manuel Pereira Barrocas<sup>112</sup>, o processo de mediação deve obedecer a oito fases, quais sejam as comunicações prévias; o encontro das partes com o mediador; a descrição do litígio e a apresentação pelas partes da sua posição; a obtenção de informações pelo mediador; as negociações; as estratégias de impasse; a fase final e redação do acordo (ou do não acordo) e, por fim, a fase *post-final*.

---

<sup>110</sup>*Idem*, p. 73.

<sup>111</sup>*Idem*, pp. 74-75. Cfr. WILDE, Zulema y GAIBROIS, Luis M. – **O que é a Mediação**, p. 87.

<sup>112</sup>BARROCAS, Manuel Pereira – **Lei de Arbitragem Comentada**, pp. 74-75.

A fase de comunicação prévia diz respeito à notificação das partes acerca da mediação, em que são informados onde a mediação será realizada, a proposta acerca de quem será o mediador e outros elementos essenciais para que ocorra o procedimento. De modo geral, o encontro das partes com o mediador serve para resolver alguns pontos relacionados ao modo de tramitação do procedimento.

Na fase de obtenção de informações pelo mediador, as partes devem entregar documentos, pareceres técnicos e tudo aquilo que sirva de base para esclarecer do que se trata o litígio. O mediador deverá filtrar o que realmente será relevante dentro de tudo o que for apresentado.

A fase de negociações é considerada a mais importante da mediação, tendo em mente que é nela que o mediador tenta facilitar a comunicação entre as partes de uma forma que elas possam discernir quais são os interesses em comum e identificar, no decorrer do debate, soluções que garantam a satisfação de todos os envolvidos.

No caso de o debate entre as partes chegar a um impasse, é papel do mediador aconselhar aos envolvidos outros caminhos para o diálogo, utilizando técnicas adequadas definidas a partir da observação objetiva e subjetiva que realizou no decorrer do procedimento de mediação.

Na fase final ou de redação do acordo, o mediador sintetiza quais foram as conclusões advindas do debate entre as partes, inclusive se não houver acordo. O documento em questão será assinado por todos, inclusive pelo mediador, e as partes ficam obrigadas a cumprir o que restou determinado. No caso de realização de acordo, o termo deverá ser redigido de maneira a conferir executividade às obrigações nele contidas. A fase *post final* está relacionada a mediação realizada em câmaras especializadas e diz respeito ao depósito de uma cópia do termo no qual consta o acordo.

Historicamente falando, o método de resolução alternativa de litígios conhecido como conciliação tem origens remotas, tendo-se notícias de sua utilização já nos períodos descritos pela Bíblia Sagrada.

Em Portugal, o uso da conciliação no âmbito dos Tribunais Judiciais não é algo novo. Pode-se dizer que a sua essencialidade é judicialmente consagrada com a inclusão de dispositivos específicos no Código de Processo Civil. Assim, vejamos:

#### **Artigo 594º**



### **Tentativa de conciliação**

1 - Quando a causa couber no âmbito dos poderes de disposição das partes, pode ter lugar, em qualquer estado do processo, tentativa de conciliação, desde que as partes conjuntamente o requeiram ou o juiz a considere oportuna, mas as partes não podem ser convocadas exclusivamente para esse fim mais que uma vez.

2 - As partes são notificadas para comparecer pessoalmente ou se fazerem representar por mandatário judicial com poderes especiais, quando residam na área da comarca, ou na respetiva ilha, tratando-se das Regiões Autónomas, ou quando, aí não residindo, a comparência não represente sacrifício considerável, atenta a natureza e o valor da causa e a distância da deslocação.

3 - A tentativa de conciliação é presidida pelo juiz, devendo este empenhar-se ativamente na obtenção da solução de equidade mais adequada aos termos do litígio.

4 - Frustrando-se, total ou parcialmente, a conciliação, ficam consignadas em ata as concretas soluções sugeridas pelo juiz, bem como os fundamentos que, no entendimento das partes, justificam a persistência do litígio<sup>113</sup>.

### **Artigo 604º**

#### **Tentativa de conciliação e demais atos a praticar na audiência final**

1 - Não havendo razões de adiamento, realiza-se a audiência final.

2 - O juiz procura conciliar as partes, se a causa estiver no âmbito do seu poder de disposição. [...] <sup>114</sup>

Percebe-se que a tentativa de conciliação faz parte de dois momentos do procedimento cível, tamanha é a importância que foi conferida a esse método alternativo de solução de conflitos: da audiência preliminar e da audiência final. O principal objetivo dessa consagração é garantir a equidade entre as partes quando da composição de litígios.

No âmbito extrajudicial, a conciliação tem espaço precípuo quando do andamento dos Julgados de Paz. O art. 26, da Lei dos Julgados de Paz, leciona que:

### **Artigo 26º**

#### **Funções**

1 - Compete ao juiz de paz proferir, de acordo com a lei ou equidade, as decisões relativas a questões que sejam submetidas aos julgados de paz, devendo, previamente, procurar conciliar as partes.

2 - O juiz de paz não está sujeito a critérios de legalidade estrita, podendo, se as partes assim o acordarem, decidir segundo juízos de equidade quando o calor da ação não exceda metade do valor da alçada do julgado de paz.

---

<sup>113</sup>PORTUGAL – Lei n.º 41, de 26 de junho de 2013. [Em linha]. 2013. [Consult. 14 mai. 2021]. Disponível em: <[https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1959&tabela=leis](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1959&tabela=leis)>.

<sup>114</sup>*Idem*.

3 - O juiz de paz deve explicar às partes o significado e alcance do juízo de equidade, a diferença entre esse critério e o da legalidade estrita, e indagar se é nesta base que pretendem a resolução da causa<sup>115</sup>.

Há uma possibilidade, ainda, de a conciliação ser utilizada no âmbito procedimental da arbitragem. Conforme Mariana França Gouveia:

A conciliação também já chegou à arbitragem, discutindo-se se se inclui nas funções do árbitro a de conciliar. A maioria das leis de arbitragem nada diz sobre esta questão. As IBA Guidelines on Conflicts of Interest in International Arbitration tratam-na, porém com algum pormenor e cautela, admitindo que o árbitro possa conciliar, mas colocando restrições e estabelecendo consequências para essa actuação<sup>116</sup>.

As primeiras diferenças teoricamente assentadas acerca da conciliação e da mediação judiciais são provenientes de textos documentais que tratam da utilização dos métodos em tela pelos juízes nos Estados Unidos da América. O que restou compreendido foi que, apesar de a mediação e a conciliação serem conduzidas pelo magistrado, a postura deste último diante dos casos representa a principal distinção entre os dois métodos de resolução alternativa de litígios.

Assim, no âmbito da mediação judicial, o juiz assume uma postura mais passiva, atuando com o objetivo de fazer com que as partes desenvolvam, elas próprias, uma discussão da qual decorra a solução mais justa para todos os envolvidos, "(...) ainda que inconscientes"<sup>117</sup>. O juiz é, neste caso, um facilitador. Já no âmbito da conciliação judicial, o juiz assume uma postura mais ativa, fazendo com que sua opinião incida sobre as discussões acerca do caso, sugerindo, inclusive, uma possível solução. O juiz é, neste caso, um avaliador.

No campo prático, no entanto, a distinção acima referida não é tão evidente. Isso porque os juízes afirmam que as técnicas adotadas na condução de uma e de outra tendem a ser as mesmas e que as diferenças procedimentais são insignificantes. Compreende-se que quando a conciliação ou mediação é conduzida por um árbitro ou juiz, é quase impossível que estes assumam uma postura mais passiva com relação ao conflito do qual estiverem diante, fazendo com que, por essa razão, as práticas relativas a uma e outra forma de resolução alternativa de litígios se confundam. Mariana França Gouveia assevera que:

---

<sup>115</sup>PORTUGAL – Lei n.º 41, de 26 de junho de 2013. [Em linha]. 2013. [Consult. 14 mai. 2021]. Disponível em: <[https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1959&tabela=leis](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1959&tabela=leis)>.

<sup>116</sup>GOUVEIA, Mariana França – Curso de Resolução Alternativa de Litígios, p. 79.

<sup>117</sup>Idem, p. 80.

[...] Esta confusão resulta, parece-me, da impossibilidade prática em distinguir modelos diferentes quando é o juiz ou árbitro que conduzem a tentativa de resolver o litígio por via de acordo. A pressão consciente ou inconsciente exercida sobre as partes, a impossibilidade de observar a confidencialidade (porque esta protege precisamente do julgador) e a eventual diminuição da imparcialidade do juiz são características de qualquer tentativa de obtenção de acordo dirigida por este, seja ela mais próxima das especificidades da mediação ou não<sup>118</sup>.

Tendo todo o exposto em mente, é nítido que a simples observância dos métodos de condução de uma audiência conciliatória, especialmente quando esta é realizada nos âmbitos judicial e arbitral, não basta para o estabelecimento do conceito de conciliação.

O que se deve ter em consideração também é que a utilização de métodos conciliatórios é mais indicada quando não há entre os envolvidos vínculos profundos, visto que a relação só passa a existir em decorrência do surgimento do conflito e não o contrário, ou seja, não havia ligação de qualquer ordem entre as partes antes da ocorrência do fato que gerou o conflito.

A conciliação é, portanto, o método de resolução alternativa de litígios mais adequado para quando o vínculo entre os envolvidos é superficial, relativo tão somente a um fato conflituoso circunstancial. Melhor dizendo, a relação é o próprio conflito, resolvendo-se o conflito, esvazia-se a relação.

A atuação do conciliador, podendo ser um juiz, um árbitro ou um terceiro capacitado para tanto, fica restrita a propor a solução para o litígio em discussão, tendo em vista que não há interesse e necessidade na restauração da relação conflituosa pelo motivo disposto no parágrafo anterior. O conciliador é, como já dito, um facilitador, pois propõe soluções com o objetivo único de resolver a questão e evitar um processo duradouro e, em consequência, dispendioso, principalmente quando quem assume o papel de conciliador é o juiz.

Nesse sentido, dispõe Mariana França Gouveia:

O juiz tem um interesse directo na obtenção do acordo, na medida em que liberta sua agenda de um processo. Ao contrário do mediador, que não tem qualquer interesse directo na resolução do litígio, o juiz, por regra, quer que as partes transacionem, porque isso o liberta de um processo e do trabalho a ele inerente. As partes conhecendo este interesse, podem sentir-se pressionadas, ainda que subtilmente, a chegar a acordo. Mas o problema está no próprio juiz, que pode exercer, ainda que inconscientemente, pressão para a obtenção do acordo. Ele é parte interessada no acordo, não no seu conteúdo, mas na sua existência<sup>119</sup>.

---

<sup>118</sup>GOUVEIA, Mariana França – **Curso de Resolução Alternativa de Litígios**, p. 81.

<sup>119</sup>GOUVEIA, Mariana França – **Curso de Resolução Alternativa de Litígios**, p. 82.

No entanto, deve-se mencionar que, apesar de atuar de forma mais incisiva no conflito do qual está diante, o conciliador, quando não estamos nos referindo a um juiz ou a um árbitro, não tem o poder de impor a solução que acha mais adequada, mas apenas de propor e defender, apresentando suas vantagens. Observe-se que há na conciliação a possibilidade de se estar diante de figuras com poderes decisórios.

Em Portugal, têm-se notícias de que a arbitragem começou a ser utilizada já na Idade Média e perdurou, desde então, como um meio de resolução de litígios institucionalizado, já com toda a estrutura atinente ao sistema arbitral hodiernamente conhecido: a presença do árbitro livremente escolhido por meio do exercício da autonomia da vontade das partes, que também já se manifestava com a possibilidade de disposição acerca do direito material a ser aplicado ao caso; o reconhecimento, por parte do Estado, da validade das decisões provenientes dos procedimentos arbitrais e sua consequente obediência a elas, disponibilizando sua estrutura para que tais decisões pudessem possuir a devida efetividade.

Nesse sentido, vejamos o lecionado por Manuel Pereira Barrocas:

Não podemos, porém, deixar de concluir que a arbitragem em Portugal remonta à Idade Média e manteve, ao longo dos séculos, um regime permanente sobre os aspectos principais da função dos árbitros, a obediência ao princípio da vontade das partes expressa no compromisso, ao respeito da arbitragem pelos tribunais do Estado, ao apoio desde ao processo arbitral, designadamente na execução do laudo arbitral e, também, à diversidade dos critérios arbitrais de julgamento, isto é, a lei escrita na maioria dos casos e a equidade, quando as partes nisso acordassem, neste último caso com renúncia ao recurso<sup>120</sup>.

Em 1876, o primeiro Código de Processo Civil português já destinava à arbitragem um espaço específico, nos artigos 44º a 58º. Os Códigos de Processo Civil vindouros, quais sejam o CPC de 1939 e o CPC de 1961, expressaram as ideologias estadistas da época, tendo em mente que os dois vigoraram em períodos ditatoriais. Assim, a arbitragem perdeu espaço nos referidos diplomas legais e foi intensamente judicializada.

Foi apenas a partir de 1974 que a legislação arbitral portuguesa ganhou contornos mais modernos, primeiro com o Decreto Lei nº 243/84, depois com a Lei da Arbitragem

---

<sup>120</sup>BARROCAS, Manuel Pereira – **Lei de Arbitragem Comentada**, p. 54-55.

Voluntária de 1986 e, por fim, consagrando uma evolução máxima acerca da questão, com a Lei da Arbitragem Voluntária de 2011<sup>121</sup>.

A arbitragem é uma manifestação de vontade entre as partes de uma relação contratual que firma a preferência por um meio privado de resolução de litígios ao invés da busca pela via tradicional, qual seja a jurisdição estatal. Na convenção em tela, as partes estão livres para seleccionar quem irá assumir o papel de juiz, ou seja, quem irá decidir (o árbitro), qual o modo procedimental mais vantajoso para todos os envolvidos, bem como quais normas e regras jurídicas advindas do ordenamento jurídico em vigor serão aplicadas para melhor solucionar o litígio em questão. Nesse sentido, Manuel Pereira Barrocas assevera:

A convenção de arbitragem é um negócio jurídico. As partes podem livremente celebrar ou não a convenção de arbitragem e, respeitando os limites da lei, podem também livremente modelar o seu conteúdo. É, assim, um acto de autonomia privada, para o qual as partes têm liberdade de celebração e de estipulação e a que se aplica o regime geral do negócio jurídico, com as especialidades ditadas pela sua natureza e pela existência de uma regulação legal especial, de origem nacional ou internacional<sup>122</sup>.

Pode-se dizer, então que, em verdade, a arbitragem é um meio de resolução de litígios que configura uma jurisdição alternativa. Melhor explicando, a palavra jurisdição vem do latim *jurisdictio* que significa ‘dizer o direito’. No sentido tradicional, o poder de ‘dizer o direito’, ou seja, a jurisdição, pertence ao Estado, representado pela figura do juiz, que substitui a vontade das partes em conflito através da assunção de sua capacidade decisória, respeitando, para tanto, um conjunto de normas e regras previamente estabelecidas.

O Tribunal Constitucional Português já igualou o tribunal arbitral ao tribunal judicial em diversas ocasiões, tendo em vista a atividade jurisdicional desempenhada pelos tribunais arbitrais, diferenciando-se somente em sua natureza: o tribunal arbitral possui uma natureza privada, já o tribunal judicial possui uma natureza pública<sup>123</sup>.

---

<sup>121</sup> CORDEIRO, António Menezes – **Tratado de Arbitragem**, p. 16.

<sup>122</sup> BARROCAS, Manuel Pereira – **Lei de Arbitragem Comentada**, pp. 143-144.

<sup>123</sup> Sobre esse ponto, é válida a leitura do que dispôs o acórdão 230/86 acerca da matéria: 1 - Existem as seguintes categorias de tribunais: a) O Tribunal Constitucional; b) Tribunais judiciais de primeira instância, de segunda instância e o Supremo Tribunal de Justiça; c) O Tribunal de Contas; d) Tribunais militares. 2 - Podem existir tribunais administrativos e fiscais, tribunais marítimos e tribunais arbitrais. 3 - A lei determina os casos e as formas em que os tribunais previstos nos números anteriores se podem constituir, separada ou conjuntamente, em tribunais de conflitos. 4 - Sem prejuízo do disposto quanto aos tribunais militares, é proibida a existência de tribunais com competência exclusiva para o julgamento de certas categorias de crimes. Ora, o n.º 2 deste artigo 212.º expressamente estipula que podem existir tribunais

arbitrais, sendo certo que sob este *nomen juris* se compreendem indubitavelmente os tribunais arbitrais voluntários («problemática é a questão de saber», escrevem Gomes Canotilho e Vital Moreira, Constituição da República Portuguesa Anotada, 2.<sup>a</sup> ed., 2.º vol., p. 324, «se a cobertura constitucional dos tribunais arbitrais abrange apenas os tribunais 'voluntários' [...], ou sejam os instituídos por vontade dos interessados, [...], ou também os 'necessários' [...] ou sejam os impostos por lei [...]). Estando os tribunais arbitrais voluntários expressamente incluídos entre as categorias de tribunais constitucionalmente facultativas, reconhecidos no n.º 2 do artigo 212.º da Constituição, tem de concluir-se que o artigo 168.º, n.º 1.º, alínea q), ao referir-se a tribunais, sem nenhuma exclusão ou especificação, não pode ter deixado de as abranger. De facto, a interpretação sistemática da lei fundamental impõe que os conceitos jurídicos utilizados na Constituição devam ser lidos com a dimensão e alcance que ela própria lhes dá. Se os tribunais arbitrais são uma das categorias de tribunais que a Constituição expressamente prevê, não existe nenhuma razão para que a norma do artigo 168.º, n.º 1, alínea q), seja lida de modo a abranger todas as categorias de tribunais excepto uma delas. Não são de diferente natureza nem de menor relevância constitucional as opções legislativas em matéria de organização e competência dos tribunais arbitrais. 5 - É certo que, em determinados aspectos, os tribunais arbitrais não são tribunais como os outros. Não são órgãos estaduais, sendo constituídos por vontade das partes; não são órgãos permanentes, sendo constituídos para resolver um certo litígio; os árbitros não são juízes de carreira, não estando sujeitos, portanto, em alguns aspectos, ao estatuto constitucional destes. Poder-se-á invocar que o artigo 205.º da Constituição define os tribunais como «os órgãos de soberania com competência para administrar a justiça em nome do povo», definição a que escapariam os tribunais arbitrais, por não serem órgãos de soberania. Poder-se-ia então sustentar que essa definição de tribunais, mais restrita que a proposta anteriormente, é que deve de preferência ser utilizada na interpretação do artigo 168.º, n.º 1, alínea q), da Constituição. O argumento tem, todavia, pouco valor. Enquanto, após a entrada em vigor da Lei Constitucional n.º 1/82, de 30 de setembro (primeira revisão constitucional), o artigo 205.º manteve a primitiva redacção, o artigo 212.º sofreu alterações, entre os quais a da inclusão dos tribunais arbitrais entre as diversas categorias de tribunais. Ou, por outras palavras, enquanto, segundo o figurino de 1976, existia uma perfeita concatenação entre a definição de tribunais do artigo 205.º e a categorização dos tribunais do artigo 212.º (que só compreendia os tribunais estaduais), de acordo com o figurino de 1982 passou a verificar-se um certo desfasamento entre aqueles dois preceitos. Mas não parece legítima a utilização da definição de tribunais constante do artigo 205.º como instrumento de interpretação do artigo 168.º, n.º 1, alínea q), da Constituição. É que, por um lado, mesmo que os tribunais arbitrais não se enquadrem na definição de tribunais enquanto órgãos de soberania (artigo 205.º), nem por isso podem deixar de ser qualificados como tribunais para outros efeitos constitucionais, visto serem constitucionalmente definidos como tais e estarem constitucionalmente previstos como categoria autónoma de tribunais (haverá, portanto, outros tribunais, para além dos que podem ser qualificados como órgãos de soberania); por outro lado, repete-se, a norma do artigo 168.º, n.º 1, alínea q), não faz qualquer distinção e, não sendo menor ou menos relevante a importância do regime dos tribunais arbitrais, nenhuma razão existe para interpretar restritivamente aquela norma, comprimindo a competência reservada da Assembleia da República a favor da livre competência legislativa do Governo (que não tem que ser privilegiada). 6 - Aliás, o tribunal arbitral voluntário, mesmo em doutrina pura, é tido e considerado como real e verdadeiro tribunal. É um tribunal que cabe na definição genericamente dada por Marcello Caetano, segundo a qual «tribunal é o órgão singular ou colegial que a requerimento de alguém, e procedendo com imparcialidade e independência segundo fórmulas preestabelecidas, possui autoridade para fixar a versão autêntica dos factos incertos ou controversos de um caso concreto, a fim de determinar o direito aplicável a esse caso em decisão com força obrigatória para os interessados» (Manual da Ciência Política e Direito Constitucional, 4.<sup>a</sup> ed., p. 540). Mais, o tribunal arbitral voluntário é um órgão que, embora formado caso a caso, se constitui precisamente para exercer a função jurisdicional. para, em suma, praticar os actos jurisdicionais para que tiver sido solicitado dentro dos quadros da convenção de arbitragem. No desenvolvimento da sua acção, da prática dos actos próprios da sua competência jurisdicional, verifica-se que cada um desses actos é tipicamente um acto jurisdicional, tal como ele é caracterizado por Afonso Queiró, que, a propósito, escreve: Ao cabo e ao resto, o *quid specificum* do acto jurisdicional reside em que ele não apenas pressupõe, mas é necessariamente praticado para resolver uma «questão de direito». Se, ao tomar-se uma decisão, a partir de uma situação de facto traduzida numa «questão de direito» (na violação do direito objectivo ou na ofensa de um direito subjectivo), se actua, por força da lei, para se conseguir a produção de um resultado prático diferente da paz jurídica decorrente da resolução dessa «questão de direito», então não estaremos perante um acto jurisdicional; estaremos, sim, perante um acto administrativo». O tribunal arbitral voluntário exerce, pois, a função jurisdicional constitui afinal um caso de exercício privado da função jurisdicional.

Sendo assim, no contexto português não há que se falar em um monopólio da jurisdição estatal, de maneira que as câmaras arbitrais são constitucionalmente legitimadas, configurando-se como verdadeiros tribunais de caráter privado de existência paralela aos tribunais estaduais<sup>124</sup>.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, leciona Mariana França Gouveia:

A arbitragem pode ser definida como um modo de resolução jurisdicional de conflitos em que a decisão, com base na vontade das partes, é confiada a terceiros. A arbitragem é, assim, um meio de resolução alternativa de litígios adjudicatório, na medida em que a decisão é proferida por vários um ou vários terceiros. E essa decisão é vinculativa para as partes. A arbitragem aproxima-se do padrão judicial tradicional, sendo jurisdicional nos seus efeitos: não só a convenção arbitral gera um direito potestativo de constituição do tribunal arbitral e a consequente falta de jurisdição dos tribunais comuns, como também a decisão arbitral faz caso julgado e tem força executiva<sup>125</sup>.

No contexto do sistema arbitral, há quem tenha o poder de dizer o direito, possuindo capacidade decisória, que é o terceiro escolhido pelas partes que estabeleceram entre si a convenção. Há, ainda, a inafastabilidade do tribunal arbitral, característica inerente a jurisdição tradicional, sendo um direito potestativo das partes o seu acesso. Nesse sentido, leciona António Pedro Pinto Monteiro:

A arbitragem é, em primeiro lugar, um meio de resolução alternativa de litígios, o que significa que, a par dos tribunais estaduais, aquela consubstancia uma outra via para as partes buscarem a composição dos seus conflitos. É, todavia, um instituto com traços bastante característicos: (i) é um mecanismo adjudicatório, na medida em que as partes em litígio atribuem o poder e a competência para a resolução do mesmo a terceiros; (ii) contrariamente a outros mecanismos deste tipo, a arbitragem consubstancia uma heterocomposição do litígio vinculativa para as partes, na medida em que a decisão que venha a ser proferida por árbitros obriga as partes, tendo, após o trânsito em julgado, um valor idêntico ao da sentença de um tribunal de primeira instância; (iii) finalmente, este mecanismo integra expressamente o catálogo de tribunais constitucionalmente previstos<sup>126</sup>.

A arbitragem pode ser de duas espécies: institucionalizada ou *ad hoc*. A arbitragem institucionalizada é permanente e realizada por uma instituição especializada, - câmaras e centros. Tais instituições possuem um regulamento próprio. A arbitragem *ad hoc* é temporária e instituída especialmente para tratar de determinado litígio, não é permanente. Caso não exista convenção de arbitragem, o tribunal arbitral *ad hoc* também não existirá. E, caso exista, com o litígio solucionado, ele será extinto.

---

<sup>124</sup>MONTEIRO, António Pedro Pinto; SILVA, Artur Flamínio; MIRANTE, Daniela – **Manual de Arbitragem**, p. 114.

<sup>125</sup>GOUVEIA, Mariana França – **Curso de Resolução Alternativa de Litígios**, p. 101.

<sup>126</sup>MONTEIRO, António Pedro Pinto; SILVA, Artur Flamínio; MIRANTE, Daniela – **Manual de Arbitragem**, p. 117.

O art. 62, da Lei da Arbitragem Voluntária (Lei n.º 63/2011), dispõe acerca da arbitragem institucionalizada. Vejamos:

**Artigo 62.º**

**Centros de arbitragem institucionalizada**

1 - A criação em Portugal de centros de arbitragem institucionalizada está sujeita a autorização do Ministro da Justiça, nos termos do disposto em legislação especial.

2 - Considera-se feita para o presente artigo a remissão constante do Decreto-Lei n.º 425/86, de 27 de dezembro, para o artigo 38.º da Lei n.º 31/86, de 29 de agosto<sup>127</sup>.

Já na época do Império, a primeira constituição brasileira, a Constituição de 1824, destinava um espaço à conciliação. Nesse contexto, o referido método de resolução alternativo de litígios denominava-se ‘reconciliação’.

Com o advento da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), na década de 40, restou implementada a conciliação no âmbito dos dissídios individuais e coletivos do trabalho (artigos 764, 831 e 850). Vejamos:

Art. 764 - Os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação.

§ 1º - Para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos.

§ 2º - Não havendo acordo, o juízo conciliatório converter-se-á obrigatoriamente em arbitral, proferindo decisão na forma prescrita neste Título.

§ 3º - É lícito às partes celebrar acordo que ponha termo ao processo, ainda mesmo depois de encerrado o juízo conciliatório<sup>128</sup>.

[...]

Art. 831 - A decisão será proferida depois de rejeitada pelas partes a proposta de conciliação.

Parágrafo único. No caso de conciliação, o termo que for lavrado valerá como decisão irrecorrível, salvo para a Previdência Social quanto às contribuições que lhe forem devidas<sup>129</sup>.

[...]

Art. 850 - Terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo não excedente de 10 (dez) minutos para cada uma. Em seguida, o juiz ou presidente renovará a proposta de conciliação, e não se realizando esta, será proferida a decisão<sup>130</sup>.

---

<sup>127</sup>PORTUGAL - **Lei n.º 63, de 14 de dezembro de 2011**. [Em linha]. 2011. [Consult. 14 mai. 2021]. Disponível em: <[https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1579&tabela=leis](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1579&tabela=leis)>.

<sup>128</sup>BRASIL - **Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. [Em linha]. 1943. [Consult. 15 mai. 2021]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm)>.

<sup>129</sup>*Idem*.

<sup>130</sup>*Idem*.



No Brasil, os estímulos mais intensos à utilização de métodos alternativos de resolução de litígios ocorreram por meio da lei dos Juizados Especiais (Lei nº 9.099/1995), de resoluções e provimentos do Conselho Nacional de Justiça, principalmente a Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010 e o Provimento nº 67, de 26 de março de 2018, e do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015).

O artigo 3º, parágrafos 2º e 3º, do CPC/2015, fomentou uma nova concepção dos métodos de solução de conflitos ao determinar que o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos e que a conciliação, mediação e outros procedimentos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores e Ministério Público, inclusive em processos já em curso.

A Lei nº 9.099/1995 traz dispositivos que incentivam a aplicação de métodos de solução consensual de litígios. Vejamos o art. 2º e o art. 21:

Art. 2º O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.

[...]

Art. 21. Aberta a sessão, o Juiz togado ou leigo esclarecerá as partes presentes sobre as vantagens da conciliação, mostrando-lhes os riscos e as consequências do litígio, especialmente quanto ao disposto no § 3º do art. 3º desta Lei<sup>131</sup>.

A Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça, dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesse no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.

Estipula que a conciliação e a mediação são instrumentos efetivos de pacificação social, solução e prevenção de litígios e reforça a exigência de que antes da solução adjudicada mediante sentença, os órgãos judiciários devem oferecer outros mecanismos de soluções de controvérsias, em especial os chamados meios consensuais, como a mediação e a conciliação, bem assim prestar atendimento e orientação ao cidadão<sup>132</sup>.

No contexto do sistema brasileiro opta-se de forma cada vez mais expressiva por vias alternativas à jurisdição tradicional, com o objetivo de se libertar de uma justiça estatal tomada pela morosidade e que, por esse motivo, nem sempre se mostra satisfatória.

---

<sup>131</sup>BRASIL – Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.. [Em linha]. 1995. [Consult. 15 mai. 2021]. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19099.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19099.htm)>.

<sup>132</sup> VERÍSSIMO, Jorge – Tem dúvidas sobre a mediação? Consulte o seu advogado, pp. 64-66.

Em 2015, instituiu-se o que é considerado o marco regulatório do assunto no país, que se deu com a aprovação da Lei nº 13.140/2015 – Lei da Mediação. Ainda em 2015, o Código de Processo Civil Brasileiro (Lei nº 13.105/2015), especificamente nos artigos 166 e seguintes, delineou a mediação.

O crescente incentivo à utilização dos métodos alternativos de resolução de litígios aqui delineados representaram um grande avanço no movimento de desafogamento do judiciário, estimulando a celeridade e promovendo uma via efetiva de tutela de direitos diversa da via tradicional, qual seja a jurisdição estatal.

Considerando o disposto sobre a arbitragem, é possível depreender que um de seus principais atrativos é a resolução de conflitos eficiente atrelada a celeridade e a autonomia das partes.

Dito isso, convém observar que a arbitragem não está imune de possíveis falhas advindas tanto da atuação do árbitro, quanto da execução de atos procedimentais comuns e essenciais a composição do conflito, que vão diretamente de encontro com as finalidades precípua do processo arbitral, especialmente as citadas no parágrafo anterior.

É nesse contexto que se discute a inserção de mecanismos tecnológicos na arbitragem, especialmente sistemas informáticos voltados para a instrução dos procedimentos arbitrais, bem como para a execução do ato decisório atrelado ao caso que se discute.

A respeito do tema, Mafalda Miranda Barbosa dispôs o seguinte:

Em geral, a inteligência artificial poderia(á) ser fundamental para efeitos de pesquisa jurídica e de preparação de documentos. Ademais, determinados softwares mostram-se aptos a tratar grandes quantidades de dados, distinguindo entre aqueles que são e os que não são relevantes, do mesmo modo que podem funcionar como um instrumento precioso no que respeita à predição do resultado final da disputa. Os autores chamam a atenção para a possibilidade de os sistemas computacionais dotados de inteligência artificial cumprirem as tarefas atualmente levadas a cabo pelos secretários arbitrais, levantando-se, assim, problemas no que respeita às tarefas que podem, eventualmente, ser delegáveis<sup>133</sup>.

[...]

As capacidades preditivas dos sistemas de IA, em rigor, ultrapassariam a mera antecipação do resultado final da disputa. Autores há que chamam a atenção para o facto de os computadores permitirem calcular as chances de ganho em geral e com um árbitro em particular; o montante dos danos em geral e com um árbitro em particular; o momento da tomada de decisão em geral e tendo

---

<sup>133</sup>BARBOSA, Mafalda Miranda – **Do juiz árbitro ao software juiz-arbitro: uma evolução possível?**, p. 42.

em conta um específico decisor. Estes elementos facilitariam, em certa medida, a escolha dos próprios árbitros<sup>134</sup>.

Diante das mudanças e discussões decorrentes da sociedade da informação, que fizeram com que as relações humanas migrassem cada vez mais para o ambiente virtual, implementaram-se sistemáticas de aplicação dos métodos em referência que estivessem em conformidade com as tecnologias criadas. Uma dessas sistemáticas foi a *Online Dispute Resolution* (ODR).

A *Online Dispute Resolution* (ODR), em tradução livre, Resolução de Conflitos em Rede, é um mecanismo de solução de conflitos promovido de forma total ou parcial no ciberespaço. Tal mecanismo tem como principal objetivo a composição de conflitos cuja origem se deu no ambiente virtual. Cite-se como exemplos os conflitos decorrentes das relações de consumo estabelecidas no chamado *e-commerce* (comércio eletrônico).

É importante ressaltar que o método de resolução de conflitos em rede abrange outros tipos de relação e não somente aquelas iniciadas online. Um exemplo de relação desconectada que pode ser levada ao crivo da ODR é a estabelecida entre empresas de telefonia móvel e seus respectivos clientes.

O mecanismo que deu cabo a um progresso mais efetivo dos métodos de ODR foi desenvolvido pelo website *E-bay* em conjunto com o website *SquareTrade*. Os esforços giraram em torno da criação de uma plataforma de conciliação virtual para atender às incontáveis reclamações relacionadas aos serviços que os sites mencionados oferecem.

O site *E-bay* criou, ainda, um espaço para que os seus clientes pudessem manifestar suas opiniões a respeito dos negócios ofertados pela empresa.

Os métodos de ODR são colocados em prática por meio de ferramentas tecnológicas que dependem da intervenção humana, tais como correio eletrônico, aplicativos de mensagens instantâneas, aplicativos voltados para a realização de videoconferências, chamadas de telefone, dentre outros, e, também, por meio de ferramentas tecnológicas inteiramente automatizadas, que atuam de maneira totalmente objetiva, e que se utilizam de dados provenientes das mais diversas áreas da ciência, pautando seu funcionamento no uso da sistemática de algoritmos.

---

<sup>134</sup>*Idem*, p. 43. Sobre o tema, interessante notar as considerações de PEREIRA, Alexandre Dias — A proteção jurídica do software executado por robots (e das obras geradas por IA), pp. 239-254.

Oficialmente, existem quatro modalidades de sistemas ODR que atendem a diferentes tipos de interesses. São elas: a modalidade voltada a composição de conflitos que envolvam demandas financeiras; a modalidade que permite a composição de conflitos no âmbito da ODR de maneira vinculativa; a modalidade que perfaz um sistema de prestação de serviços a ser implementado por órgãos, instituições ou empresas, cujo objetivo é estabelecer uma relação entre estes últimos e seus clientes por meio da disponibilização de espaços virtuais voltados para a apresentação de críticas, sugestões e reclamações; e a modalidade que oferece um sistema de negociação consensual em rede, que se subdivide em duas possibilidades: a automatizada e a assistida.

Aqui, chamo atenção para a importância da abordagem teórica sobre os métodos alternativos de resolução de litígios realizada anteriormente, especialmente no que concerne às diferenças dos métodos procedimentais da conciliação e da mediação.

A modalidade automatizada possui fins meramente conciliatórios, cujo objetivo é simplesmente a satisfação de uma pretensão outrora resistida, não havendo, portanto, a necessidade de restabelecimento da relação. Assim, o procedimento é inteiramente automatizado e baseado em algoritmos especializados. A modalidade assistida nada mais é do que uma mediação. Nela, os envolvidos são direcionados por um terceiro imparcial, que, nessa seara, deverá possuir conhecimentos técnicos relacionados à matéria do conflito, bem como conhecimentos acerca da tecnologia empregada para a ODR.

## **CAPÍTULO 3 – A IMPLEMENTAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: POSSIBILIDADES E DESAFIOS.**

### **3.1 O processo judicial eletrônico e outras medidas: aplicações no sistema brasileiro e português**

Pode-se dizer que a utilização de meios informáticos para a prática de atos processuais é anterior à utilização no Brasil. Em 1985, já era possibilitado aos juízes despachar e sentenciar utilizando-se de vias informatizadas.

Com a difusão da rede mundial de computadores, a partir do final da década de 1980, as tecnologias da informação começaram a ser implementadas nas secretarias judiciais, porém de maneira muito tímida, voltadas tão somente ao processamento de texto. O intuito principal era a formação de um banco de modelos para que a redação de documentos viesse a ser padronizada<sup>135</sup>.

É importante pontuarmos algumas medidas de cunho genérico relacionadas a informatização dos serviços fornecidos pelo Poder Público, que foram de extrema relevância para o movimento de informatização do Poder Judiciário, no sentido de que serviram de base para as estruturas tecnológicas empreendidas para o fornecimento dos serviços judiciários.

Pode-se dizer que a primeira política pública destinada aos cidadãos que tinha como base as tecnologias de informação foi instituída por meio da lei n° 10, de 29 de abril de 1991, voltada para a proteção de dados pessoais face à informática. Tinha como premissas basilares a transparência e o respeito à vida privada, conforme se depreende da leitura do art. 1º, da referida lei. Vejamos:

Artigo 1.º

Princípio geral

O uso da informática deve processar-se de forma transparente e no estrito respeito pela reserva da vida privada e familiar e pelos direitos, liberdades e garantias fundamentais do cidadão<sup>136</sup>.

---

<sup>135</sup>PEREIRA, Joel Timóteo Ramos – **Novas Tecnologias na Justiça**. [Em linha]. 2017. [Consult. 25 jul. 2021]. Disponível em: <[https://www.academia.edu/35440155/Novas\\_Tecnologias\\_na\\_Justi%C3%A7a\\_40\\_anos\\_de\\_justi%C3%A7a\\_em\\_Portugal\\_](https://www.academia.edu/35440155/Novas_Tecnologias_na_Justi%C3%A7a_40_anos_de_justi%C3%A7a_em_Portugal_)>.

<sup>136</sup>PORTUGAL – **Lei n.º 10, de 29 de abril de 1991**. [Em linha]. 1991. [Consult. 25 jul. 2021]. Disponível em: <<https://dre.pt/dre/detalhe/lei/10-1991-599769>>.

Em seu art. 2º, foram definidas algumas expressões relacionadas a matéria regulada pela normativa em questão, são elas: dados pessoais; dados públicos; sistema informático; ficheiro automatizado; base de dados; tratamento automatizado; responsável pelos suportes informáticos; e fluxo de dados transfronteiras.

#### Artigo 2.º

##### Definições

Para os fins da presente lei entende-se por:

- a) «Dados pessoais» - quaisquer informações relativas a pessoa singular identificada ou identificável, considerando-se identificável a pessoa cuja identificação não envolva custos ou prazos desproporcionados;
- b) «Dados públicos» - os dados pessoais constantes de documento público oficial, exceptuados os elementos confidenciais, tais como profissão e a morada, ou as incapacidades averbadas no assento de nascimento;
- c) «Sistema informático» - o conjunto constituído por um ou mais computadores, equipamento periférico e suporte lógico que assegura o processamento de dados;
- d) «Ficheiro automatizado» - o conjunto estruturado de informações objecto de tratamento automatizado, centralizado ou repartido por vários locais;
- e) «Base de dados» - o conjunto de dados inter-relacionados, armazenados e estruturados com controlo de redundância, destinados a servir uma ou mais aplicações informáticas;
- f) «Banco de dados» - o conjunto de dados relacionados ou relacionáveis com um determinado assunto;
- g) «Tratamento automatizado» - as seguintes operações efectuadas, no todo ou em parte, com a ajuda de processos automatizados: registo de dados, aplicação de operações lógicas e ou aritméticas a esses dados, bem como a sua modificação, supressão e extracção ou difusão;
- h) «Responsável pelos suportes informáticos» - a pessoa singular ou colectiva, a autoridade pública, o serviço ou qualquer organismo competente para decidir da finalidade do ficheiro automatizado, bem como o responsável por base ou banco de dados, e pelas categorias de dados pessoais que devam ser registados e das operações que lhes sejam aplicáveis;
- i) «Fluxos de dados transfronteiras» - a circulação de dados pessoais através de fronteiras nacionais<sup>137</sup>.

Pode-se considerar como principal medida alçada pela lei n.º 10/91 a não admissão de tratamento automatizado de dados pessoais referentes a convicções filosóficas ou políticas, filiação partidária ou sindical, fé religiosa ou vida privada; origem étnica, condenações em processo criminal, suspeitas de actividades ilícitas, estado de saúde e situação patrimonial e financeira. Tal proibição se deu para salvaguardar a vida privada e outros direitos individuais.

---

<sup>137</sup>PORTUGAL – Lei n.º 10, de 29 de abril de 1991. [Em linha]. 1991. [Consult. 25 jul. 2021]. Disponível em: <<https://dre.pt/dre/detalhe/lei/10-1991-599769>>.

A resolução n.º 97, de 26 de agosto de 1999, do Conselho de Ministros, estabeleceu regras relativas à acessibilidade aos conteúdos de organismos públicos na internet pelos cidadãos com necessidades especiais. Percebe-se que o Estado passa a reconhecer que as tecnologias da informação e da comunicação que passaram a estruturar a sociedade devem ser inclusivas. Sendo assim, a possibilidade de acesso e uso dos instrumentos tecnológicos da sociedade da informação a todos, sem discriminações, é uma obrigação dos Estados contemporâneos ditados pela garantia de direitos fundamentais.

É válida a leitura do disposto no preâmbulo da norma em referência:

A sociedade da informação deve contribuir para melhorar a qualidade de vida e bem-estar de todos os cidadãos. Quer isso dizer que todos devem ter não só acesso aos seus instrumentos, designadamente às novas tecnologias de informação, mas, sobretudo, que todos devem ter a efectiva possibilidade de os utilizar.

O acesso aos benefícios da sociedade da informação deve, portanto, ser assegurado, tanto quanto possível, sem discriminações ou exclusões, sendo necessário considerar-se, neste âmbito, as características e exigências próprias dos cidadãos com necessidades especiais.

A consideração destes, neste contexto, não é ditada por meras razões de solidariedade, mas, sobretudo, por uma concepção de sociedade, na qual se entende que todos devem participar de acordo com as suas características próprias.

O envolvimento e o acesso efectivo dos cidadãos com necessidades especiais à sociedade da informação é, de resto, tanto mais importante quanto os respectivos instrumentos são potenciais factores de inclusão social.

Neste contexto, importa assegurar que a informação disponibilizada pela Administração Pública na Internet seja susceptível de ser compreendida e pesquisável pelos cidadãos com necessidades especiais, determinando-se que sejam adoptadas as soluções técnicas adequadas a que aquele objectivo seja alcançado.

Trata-se de uma medida que se insere no plano de concretização da Iniciativa Nacional para os Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação, criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 96/99, de 26 de agosto. Dá-se com ela igualmente sequência à recomendação e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias da Assembleia da República sobre a petição pela acessibilidade, aprovada a 30 de junho de 1999, que propugnava a adopção das medidas necessárias e adequadas a garantir a plena acessibilidade da informação disponível na Internet a todos os cidadãos com necessidades especiais<sup>138</sup>.

A resolução n.º 135, de 20 de novembro de 2002, do Conselho de Ministros, definiu o novo enquadramento institucional da atividade do governo em matéria de sociedade da informação, da inovação e do governo eletrónico.

---

<sup>138</sup>CONSELHO DE MINISTROS – **Resolução n.º 97, de 26 de agosto de 1999**. [Em linha]. 1999. [Consult. 23 jul. 2021]. Disponível em: <<https://dre.pt/pesquisa/-/search/428656/details/maximized>>.

O objetivo da norma citada era definir uma visão estratégica global que relacionasse o desenvolvimento da sociedade da informação aos principais desafios da sociedade portuguesa, concentrando esforços na operacionalização das políticas definidas. Adotou-se, para tanto, uma percepção integrada e transversal de toda a atividade do governo.

A resolução nº 110, de 12 de agosto de 2003, do Conselho de Ministros, aprovou o Programa Nacional para a Participação dos Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação, que procurou promover acessibilidade integral à sociedade da informação, organizando-a de maneira a permitir aos cidadãos com necessidades especiais o acesso da forma mais independente e natural possível; os benefícios que as tecnologias da sociedade da informação podem proporcionar na qualidade de vida de cidadãos com necessidades especiais; e o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico aplicado à dimensão social e humana de quem está em desvantagem.

A resolução nº 60, de 16 de abril de 1998, do Conselho de Ministros, determinou a existência de um endereço de correio eletrónico nos serviços e organismos integrados na administração direta e indireta do Estado e regulou o valor a ser atribuído às correspondências transmitidas por via eletrónica.

A normativa em tela conferiu às correspondências transmitidas por via eletrónica significativa relevância ao dispor que os instrumentos tecnológicos voltados para a informação e comunicação facilitam o diálogo com os administrados e potencializam a eficácia da máquina administrativa. A partir da leitura do dispositivo, infere-se a pretensão de generalizar os organismos do Estado, abrangendo não somente órgãos direta ou indiretamente ligados ao governo, como também a outros institutos públicos, como os tribunais<sup>139</sup>.

---

<sup>139</sup>“O termo “*governo eletrônico*” embora tenha por centro de ação a administração pública, da qual os Tribunais não fazem parte, consubstancia-se no conjunto de instrumentos de modernização dos órgãos do estado, com envolvimento destes na modernização dos seus serviços e na conceptualização e implementação das suas iniciativas. Estando os Tribunais instalados em edifícios e sendo os seus recursos materiais geridos pelas unidades que estão na dependência do Governo (Ministério da Justiça), há uma influência direta dos respetivos programas operacionais nos termos do seu funcionamento material, beneficiando os Tribunais das correspondentes iniciativas e políticas de ação.” Joel Timóteo Ramos – **Novas Tecnologias na Justiça**. [Em linha]. 2017. [Consult. 25 jul. 2021]. Disponível em: <[https://www.academia.edu/35440155/Novas\\_Tecnologias\\_na\\_Justi%C3%A7a\\_40\\_anos\\_de\\_justi%C3%A7a\\_em\\_Portugal\\_](https://www.academia.edu/35440155/Novas_Tecnologias_na_Justi%C3%A7a_40_anos_de_justi%C3%A7a_em_Portugal_)>.



Importante salientar que a resolução não excluiu as formas tradicionais de comunicação então existentes, tais como correio, telefax ou telefone. A proposta era que as comunicações eletrônicas fossem conciliadas àquelas que exijam a presença física.

Quanto ao valor atribuído às correspondências transmitidas por via eletrônica, o art. 2.º, da resolução n.º 60/98 assevera:

Artigo 2.º

1 - A correspondência transmitida por via electrónica, nos termos do artigo anterior, tem o mesmo valor do que a trocada em suporte de papel, devendo ser-lhe conferido, pela Administração e pelos particulares, idêntico tratamento.

2 - À aplicação do princípio constante do número anterior exceptuam-se os efeitos que impliquem a assinatura ou a autenticação de documentos, até ter sido adoptado um diploma regulador da autenticação de documentos electrónicos<sup>140</sup>.

A resolução n.º 36, de 20 de fevereiro de 2003, determinou a adoção de várias medidas concretas voltadas a generalização da prática da aquisição de bens e serviços por via eletrônica na Administração Pública e no tecido empresarial e instituiu a Unidade de Missão Inovação e Conhecimento cuja função era proceder à respectiva implementação e acompanhamento, em estreita articulação com outras entidades.

Tal medida reforçou a concepção de que salienta a sociedade da informação e do conhecimento deve contribuir para o crescimento da economia portuguesa, acirrando a competitividade, melhorando a qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos por meio da modernização da Administração Pública e da consequente redução dos seus custos operacionais.

O Decreto-lei n.º 290-D, de 02 de agosto de 1999, definiu o regime jurídico dos documentos eletrônicos e da assinatura digital, regulando a validade, eficácia e valor probatório dos documentos eletrônicos e da assinatura digital.

O regime jurídico em referência consagrou o reconhecimento e o valor jurídico dos documentos eletrônicos e das assinaturas digitais e delega o controle da atividade de certificação de assinaturas a uma entidade especializada, estabelecendo os requisitos de credenciação da atividade de controle e os direitos e deveres das entidades certificadoras.

O art. 2.º do Decreto-lei n.º 290-D/99 define as seguintes expressões: documento eletrônico; assinatura eletrônica; assinatura digital; chave privada; chave pública;

---

<sup>140</sup>CONSELHO DE MINISTROS – **Resolução n.º 60, de 06 de maio de 1998**. [Em linha]. 1998. [Consult. 23 jul. 2021]. Disponível em: <<https://dre.pt/pesquisa/-/search/516912/details/maximized>>.

credenciação; autoridade credenciadora; entidade certificadora; certificado de assinatura; validação cronológica; e endereço eletrônico.<sup>141</sup>

A normativa em estudo foi a primeira a tratar das assinaturas eletrônicas em Portugal, equiparando-a a assinatura autografa dos documentos com forma escrita sobre suporte de papel.

A lei n.º 34, de 14 de julho de 2009, fixou o regime jurídico aplicável ao tratamento de dados referentes ao sistema judicial, estabelecendo a forma de recolhimento dos dados necessários ao exercício das competências dos magistrados e dos funcionários de justiça, bem como ao exercício dos direitos dos demais intervenientes nos processos judiciais e da competência do Ministério Público; a forma de recolhimento dos dados necessários ao exercício das competências dos juizes de paz e dos funcionários dos julgados de paz, bem como ao exercício dos direitos dos demais intervenientes nos respetivos processos; e a forma de recolhimento dos dados necessários ao exercício das competências dos mediadores dos sistemas públicos de mediação, bem como ao exercício dos direitos dos demais intervenientes nos processos nos sistemas públicos de mediação.

Os objetivos da recolha de dados referentes ao sistema judicial estão elencados no art. 4.º da lei em estudo. Vejamos:

#### Artigo 4.º

##### Finalidades da recolha dos dados

A recolha dos dados referidos no artigo anterior tem as seguintes finalidades:

- a) Organizar, uniformizar e manter actualizada toda a informação constante dos processos judiciais e da competência do Ministério Público, dos processos nos julgados de paz e dos processos nos sistemas públicos de mediação;
- b) Preservar toda a informação constante dos processos judiciais e da competência do Ministério Público, dos processos nos julgados de paz e dos processos nos sistemas públicos de mediação, designadamente, das informações relativas a todos os que neles intervenham;
- c) Permitir a tramitação electrónica dos processos judiciais e da competência do Ministério Público, dos processos nos julgados de paz e dos processos nos sistemas públicos de mediação;
- d) Facultar, aos diversos intervenientes processuais, as informações às quais os mesmos possam aceder, nos termos da lei;
- e) Assegurar a realização da investigação e da acção penal, nos termos da Constituição e da lei, bem como o cumprimento das leis de política criminal;

---

<sup>141</sup>PORTUGAL – DL n.º 290-D/1999, de 2 de agosto de 1999. [Em linha]. 1999. [Consult. 23 jul. 2021]. Disponível em: <<https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/290-d-1999-445741>>.

- f) Assegurar o cumprimento pelas autoridades judiciais das obrigações de cooperação judiciária internacional emergentes da lei e dos instrumentos de direito internacional e da União Europeia;
- g) Facultar aos órgãos de polícia criminal os dados necessários ao cumprimento das obrigações de intercâmbio de dados e informações para prevenção e combate à criminalidade emergentes da lei e dos instrumentos de direito internacional e da União Europeia;
- h) Garantir a execução das ordens de detenção nacionais, europeias e internacionais;
- i) Facultar, aos órgãos e agentes competentes, as informações necessárias ao exercício das competências de direcção, coordenação e fiscalização da actividade do Ministério Público, bem como ao exercício das demais competências de fiscalização a cargo do Ministério Público;
- j) Facultar, aos órgãos e agentes competentes, as informações necessárias à apreciação do mérito profissional dos magistrados, dos funcionários de justiça, dos juizes de paz, dos mediadores e funcionários dos julgados de paz, dos mediadores dos sistemas públicos de mediação e dos administradores da insolvência;
- l) Facultar, aos órgãos e agentes competentes, as informações necessárias à realização de inquéritos, inspecções e sindicâncias aos serviços judiciais, do Ministério Público, dos julgados de paz e dos sistemas públicos de mediação;
- m) Facultar, aos órgãos e agentes competentes, as informações necessárias à prossecução da acção disciplinar contra magistrados, funcionários de justiça, juizes de paz, mediadores e funcionários dos julgados de paz, mediadores dos sistemas públicos de mediação e administradores da insolvência;
- n) Facultar os dados necessários à elaboração das estatísticas oficiais da justiça, com salvaguarda do segredo estatístico;
- o) Facultar os dados previstos na alínea anterior aos órgãos com competência de gestão do sistema judicial, tendo em vista a monitorização do respectivo funcionamento; e
- p) Facultar dados não nominativos e indicadores de gestão aos órgãos e entidades responsáveis pelo planeamento, monitorização e administração dos recursos afectos ao sistema judicial, incluindo os meios de resolução alternativa de litígios<sup>142</sup>.

O Conselho de Ministros, por meio da Resolução n.º 138, de 04 de dezembro de 1998, aprovou o Programa de Informatização Judiciária, que tinha como objetivo principal a estruturação de um sistema de justiça célere, transparente e acessível aos seus usuários por meio da utilização das tecnologias da informação.

É válida a leitura do disposto no preâmbulo da normativa referida:

Ainda hoje, no fim do século XX, em que se assiste a um crescendo de utilização das novas tecnologias da informação, a maioria dos portugueses continua a ver os tribunais como serviços submersos em processos, cosidos à mão, agregando múltiplos documentos maioritariamente manuscritos, indiciando métodos de trabalho e formas de registo já não compatíveis com o ritmo de vida actual.

---

<sup>142</sup>PORTUGAL – Lei n.º 34, de 14 de julho de 2009. [Em linha]. 2009. [Consult. 23 jul. 2021]. Disponível em: <[https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1115&tabela=leis&so\\_miolo=>](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1115&tabela=leis&so_miolo=>)>.

Há alguma injustiça nesta imagem de referência dos tribunais. De facto, nos últimos anos têm-se multiplicado os esforços e investimentos no sentido de modernizar a organização e os métodos de trabalho nos tribunais. Com esses objectivos tem-se desenvolvido a utilização da informática para melhorar a actividade judiciária, quer na área do suporte às tarefas administrativas, nomeadamente no que respeita ao registo e acompanhamento da tramitação processual, quer no domínio da utilização pessoal por parte dos magistrados, que inclui não só o uso do processamento de texto, mas também o acesso a bases de dados de apoio à preparação e tomada de decisão.

Algumas destas iniciativas deram frutos hoje visíveis nos tribunais, de que se realçam a disseminação de microcomputadores e as acções de formação inicial em informática para magistrados e funcionários, o que criou um ambiente favorável à generalização e intensificação do uso destas tecnologias, o desenvolvimento de programas de suporte a algumas tarefas, como o registo e distribuição de processos e a emissão e gestão de guias de pagamento, a implantação do mecanismo de atribuição de um número único aos processos crime, o recurso a meios de pagamento por via electrónica e ainda a produção das bases de dados de jurisprudência de alguns dos tribunais superiores e de pareceres do Ministério Público e sua disponibilização via Internet.

O caminho está iniciado, mas permanece, no entanto, a insatisfação de querer ir mais além e a consciência de que se tem de ir mais rápido. Atendendo à especificidade das áreas a informatizar, à diversidade de intervenientes nessas mesmas áreas, ao ritmo de mudança a nível da concepção e desenvolvimento das tecnologias da informação e à necessária integração das diferentes aplicações num sistema de âmbito nacional, torna-se claro que é necessário promover e garantir a intensificação e concertação dos esforços das entidades que actuam neste domínio, reorientando os investimentos, em ordem à optimização possível dos meios de acção<sup>143</sup>.

Os objetivos do programa foram destrinchados da seguinte maneira:

[...]

4 - O Programa de Informatização Judiciária prossegue os seguintes objectivos prioritários:

- a) Dotar os tribunais de infra-estruturas informáticas e de comunicações que possibilitem a produção e circulação interna de informação por via electrónica e garantam a sua ligação com o exterior em condições de segurança e qualidade de acesso;
- b) Produzir e implantar soluções informáticas de suporte automático à gestão de processos que permitam o registo inicial e o acompanhamento de todo o ciclo processual, sem redundâncias de informação, e automatizem as tarefas repetitivas, apoiando a execução mais célere e o controlo dos actos necessários e a produção electrónica de documentos com reutilização dos dados já registados;
- c) Definir e criar, ou consolidar, as estruturas de administração e suporte dos sistemas informáticos dos tribunais;
- d) Melhorar o sistema de produção e acesso às bases de dados jurídicas<sup>144</sup>.

Para atingir os objetivos citados acima, os seguintes projetos foram elaborados:

[...]

---

<sup>143</sup>CONSELHO DE MINISTROS – **Resolução n.º 138, de 12 de abril de 1998**. [Em linha]. 1998. [Consult. 23 jul. 2021]. Disponível em: <<https://dre.pt/web/guest/home/-/dre/222063/details/maximized?jp=true>>.

<sup>144</sup>CONSELHO DE MINISTROS – **Resolução n.º 138, de 12 de abril de 1998**. [Em linha]. 1998. [Consult. 23 jul. 2021]. Disponível em: <<https://dre.pt/web/guest/home/-/dre/222063/details/maximized?jp=true>>.

6 - O Programa de Informatização Judiciária integra os seguintes projectos, com execução prevista para 1999:

- a) Desenvolvimento de um programa de gestão integrada para as jurisdições cível e penal que suporte o registo e acompanhamento da tramitação processual e tenha em conta os diferentes tipos de tribunais;
- b) Desenvolvimento de um programa para suporte à gestão do inquérito criminal que permita registar e controlar todos os actos deste processo;
- c) Conclusão de programas já em desenvolvimento no DIAP de Lisboa, no Tribunal do Trabalho de Lisboa, no Supremo Tribunal de Justiça, no Tribunal de Recuperação da Empresa e Falência e os relativos à gestão administrativa e financeira;
- d) Instalação de um programa, já desenvolvido, de suporte à gestão do processo cível, de modo controlado e a título provisório, em alguns tribunais onde existam condições que permitam este tipo de solução com um mínimo de investimento a nível de equipamento;
- e) Planeamento, aquisição e instalação de redes locais nos tribunais, de modo a ser possível a sua interligação numa rede judiciária nacional;
- f) Definição de opções tecnológicas para os sistemas informáticos dos tribunais, ao nível de sistemas operativos e sistemas de gestão de bases de dados, tendo em conta, por um lado, o necessário balanceamento entre as potencialidades tecnológicas e os requisitos funcionais a satisfazer e, por outro, as decisões relativas ao modo de administração e manutenção dos sistemas a instalar;
- g) Definição e implantação de um modelo de administração e suporte dos sistemas informáticos e de apoio ao utilizador, equacionando e propondo soluções para as vertentes de administração da rede judiciária (nível global e nível local), administração de sistemas e bases de dados, manutenção das aplicações instaladas e apoio ao utilizador;
- h) Aperfeiçoamento das bases de dados jurídicas do Ministério da Justiça, visando a sua consolidação, melhorando o processo produtivo, envolvendo os restantes tribunais superiores e simplificando os mecanismos de acesso<sup>145</sup>.

Atente-se ao projeto delineado no item ‘a’. Foi a partir dele que se criou o Habilus, que é a base do sistema de processo eletrónico CITIUS, sistema mais utilizado nos tribunais judiciais.

Em 1998, o Ministério da Justiça implantou um sistema de intranet que abrangia os órgãos a ele vinculados e os Tribunais. No ano seguinte, os Tribunais passaram a adotar um sistema denominado Habilus, que trouxe como maiores impactos a padronização de atos e a automatização da distribuição<sup>146</sup>.

A partir da implantação do sistema de intranet e do sistema Habilus foi possível a disponibilização pública e gratuita de um site, o *Tribunais.Net*, que funcionou como um

---

<sup>145</sup>*Idem*.

<sup>146</sup>PEREIRA, Joel Timóteo Ramos – **Novas Tecnologias na Justiça**. [Em linha]. 2017. [Consult. 25 jul. 2021]. Disponível em: <[https://www.academia.edu/35440155/Novas\\_Tecnologias\\_na\\_Justi%C3%A7a\\_40\\_anos\\_de\\_justi%C3%A7a\\_em\\_Portugal\\_](https://www.academia.edu/35440155/Novas_Tecnologias_na_Justi%C3%A7a_40_anos_de_justi%C3%A7a_em_Portugal_)>.

portal pelo qual era possível ter acesso a algumas funcionalidades, como acesso a pautas de distribuição e a agenda de diligências marcadas.

Por meio da Portaria 1178-E, de 14 de dezembro de 2000, alterada pela Portaria 8-A, de 03 de janeiro de 2001, facultou aos mandatários judiciais a apresentação das peças processuais em suporte digital, mais especificamente em disquete de 3,5" ou em CD-ROM e por meio de correio eletrônico, com a condição de que fosse apostada ao documento a respectiva assinatura digital certificada.

A Portaria nº 1417, de 30 de dezembro de 2003, regulou o funcionamento do sistema informático dos tribunais administrativos e fiscais (SITAF), estabelecendo aspectos específicos da apresentação de peças processuais e documentos por via eletrônica, bem como a tramitação e acesso informático dos processos que entraram nos tribunais da jurisdição administrativa e fiscal a partir de 1º de janeiro de 2004.

No final de 2009, registrou-se um grande marco da caminhada do Poder Judiciário de Portugal em direção a total eliminação do papel no dia-a-dia forense: em torno de 90% das ações foram postuladas eletronicamente. O movimento de informatização da justiça portuguesa começou nas primeiras instâncias até se chegar às cortes supremas.

O movimento em questão é conhecido em Portugal como desmaterialização processual. Para cuidar da implementação da justiça eletrônica, ou ‘justiça sem papel’, em 2007, foi criado o Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça (ITIJ), organismo ligado ao Ministério da Justiça.

Em síntese, compete ao ITIJ o estudo, a concepção, a condução, a execução e a avaliação dos planos de informatização e atualização tecnológica da atividade dos órgãos, serviços e organismos integrados na área da justiça.

Importante mencionar que, em Portugal, não está na pauta do movimento de informatização a digitalização de processos físicos já em andamento, não importando a instância em que estejam tramitando. O que se deseja é que o ingresso de novas ações seja realizado por meio totalmente eletrônico.

Para isso, foi instituído o CITIUS, sistema por meio do qual as ações podem ser ajuizadas eletronicamente. O instrumento foi criado em 05 de janeiro de 2009, data que marca a origem do processo (totalmente) eletrônico na justiça comum portuguesa.

A Portaria n° 1538, de 30 de dezembro de 2008, estabeleceu cinco argumentos para que o CITIUS fosse utilizado de forma obrigatória. Vejamos:

O projecto CITIUS visa, através da utilização de sistemas informáticos, ajudar a simplificar os processos judiciais, a proporcionar uma melhor gestão e organização do trabalho nos tribunais e a criar condições para uma tramitação mais célere.

Em primeiro lugar, o sistema informático CITIUS incrementa a transparência dos processos judiciais e facilita o acesso ao processo, permitindo descongestionar o atendimento no tribunal. Por um lado, os advogados podem consultar através da Internet cada vez mais dados e documentos dos processos, incluindo as sentenças, os despachos e as decisões dos juízes e magistrados do Ministério Público já finalizadas e integradas automaticamente no CITIUS. Por outro lado, esta maior facilidade de acesso permite que o atendimento nos tribunais se descongestione e que, consequentemente, se criem condições para que os oficiais de justiça dediquem mais tempo ao tratamento dos processos e ao cumprimento dos despachos.

Em segundo lugar, o CITIUS permite simplificar a actividade dos juízes e dos magistrados do Ministério Público, pois estes passam a praticar os actos através deste sistema informático a partir de 5 de Janeiro de 2009, deixando de o fazer no processo em papel. Além disso, os juízes e magistrados do Ministério Público passam a poder elaborar e emitir sentenças, despachos e outros actos, visualizando a informação sobre o processo constante do CITIUS, sem ter de o fazer na versão física do processo. Em terceiro lugar, o CITIUS visa simplificar o relacionamento dos juízes e magistrados do Ministério Público com a secretaria. Por um lado, a secretaria envia o processo por via electrónica para os juízes e magistrados do Ministério Público. Por outro, estes magistrados passam a poder praticar os actos no sistema informático sem ter de aguardar que a secretaria lhes envie o processo em papel, consultar informação e dados sobre o processo e reenviar o processo para a secretaria por esta via electrónica. Assim, a circulação do processo entre a secretaria e os magistrados pode ser totalmente electrónica, apenas havendo consulta do processo em papel caso haja necessidade. Em quarto lugar, o CITIUS contribui para simplificar e melhorar a organização do suporte físico do processo. O processo em papel deixa de ter informação e documentos repetidos (por exemplo, cópias de notificações ou cópias do mesmo despacho enviado às diferentes partes) ou que não sejam relevantes para a decisão material da causa (por exemplo, conclusões) e, além disso, passa a estar mais bem organizado com marcadores das peças e documentos mais importantes.

Finalmente, o CITIUS fornece aos juízes e magistrados do Ministério Público mais informação de gestão, pois passa a ser possível, por exemplo, saber qual o estado dos seus processos, se a secretaria cumpriu os despachos e em que prazo, qual o número e o tipo de processos que lhe estão distribuídos ou de despachos ou sentenças proferidas<sup>147</sup>.

A Portaria n° 280, de 26 de agosto de 2013, que regulou vários aspectos da tramitação eletrônica dos processos judiciais, pormenoriza as particularidades do CITIUS.

---

<sup>147</sup>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – **Portaria n° 1538, de 30 de dezembro de 2008**. [Em linha]. 2008. [Consult. 23 jul. 2021]. Disponível em: <[https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1035&tabela=leis&so\\_miolo=>](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1035&tabela=leis&so_miolo=>)>.

Por meio do despacho nº 16171, de 29 de novembro de 2011, foi estabelecido o “Plano de Ação para a Justiça na Sociedade da Informação”. Considerou-se que a política de modernização da justiça deve estar atrelada a utilização de tecnologias de informação e da comunicação para que, dessa forma, o sistema seja mais acessível aos cidadãos e mais adequado às necessidades das empresas de modo integral.

Valorizaram-se, a partir disso, as medidas voltadas a acelerar, agilizar e flexibilizar os processos e procedimentos e a definir indicadores de gestão, visto que possuem um impacto direto no movimento de modernização da economia e da legitimação da justiça portuguesa.

Como medidas para acelerar, agilizar e flexibilizar os processos e procedimentos citem-se como exemplos aquelas que visam o melhoramento do acesso à identificação de pessoas e bens ou da desmaterialização dos processos nos tribunais.

Como medidas para definir indicadores de gestão citem-se como exemplos aquelas voltadas ao registro de entrada e saída de processos, de pendências, de taxas de recuperação, de duração e custos de insolvência de empresas e de processos tributários.

No que tange aos tribunais, a normativa dispôs:

Objectivo. - Estabelecer as bases para um sistema de informatização da gestão processual em todas as jurisdições, de alta segurança e com graus diferenciados de acesso, no respeito do princípio da independência da justiça, e transformar os tribunais em organizações voltadas para o cidadão, com níveis de serviço aceites e previsíveis, assegurando a eficácia, a eficiência e a satisfação de todos os utilizadores do sistema. (Despacho nº 16171/2011 – DR, II, n.º 229, de 29-11)

O plano girou em torno da implementação das seguintes ações:

a) Desenvolver uma arquitectura de sistemas de informação para a justiça que assegure as bases para o desenvolvimento aplicacional, nomeadamente uma plataforma de dados de referência sobre as empresas e os cidadãos, um repositório de documentos, vídeo e áudio comum a todas as instituições da justiça e um conjunto de normas sobre o desenvolvimento das aplicações informáticas da justiça;

b) Actualizar e desenvolver, de acordo com o modelo de arquitectura desenhado, o sistema de gestão processual integrado nos tribunais, dando suporte a todas as actividades realizadas, não apenas as administrativas, mas também no registo pleno das múltiplas intervenções no tribunal, envolvendo todos os intervenientes judiciais. A presente acção visa o aumento do controlo do respectivo processo «produtivo» e, dessa forma, o aumento da previsibilidade processual e do cumprimento de prazos. O sistema de informação de gestão processual deve permitir, ainda, associar a cada intervenção processual as ferramentas necessárias à sua realização, desde as componentes auxiliares, como agendas integradas, até ao acesso às bases de



dados de legislação, jurisprudência e outras fontes de conhecimento e troca de informação;

c) Rever os metadados associados aos processos para que seja criado um único entendimento dos mesmos e que seja consistente em todos os processos e instâncias, para assegurar uma efectiva transparência e eficiência da actividade de todos os operadores judiciais envolvidos;

d) Actualizar, de acordo com o modelo de arquitectura desenhado, os mecanismos de interligação entre as aplicações das instituições da justiça e as entidades do Estado, que necessitem de interagir com os tribunais, bem como com os restantes profissionais do foro;

e) Criar uma plataforma analítica dos sistemas de informação dos tribunais com a utilização de indicadores que permitam em tempo útil identificar constrangimentos e possam ser mitigados antes de terem impacto significativo;

f) Actualizar os meios de acesso às aplicações nos tribunais ao nível dos equipamentos e das comunicações por forma a assegurar uma maior usabilidade dos sistemas de informação, aumentando os níveis de eficácia, eficiência e satisfação alcançados pelas pessoas;

g) Assegurar o acesso seguro e remoto aos operadores judiciais aos sistemas de informação dos tribunais;

h) Redesenhar dentro da nova arquitectura de sistemas de informação o modelo do apoio judiciário;

i) Promover em conjunto com a iniciativa privada uma plataforma de resolução alternativa de litígios integrada na arquitectura de sistemas de informação da justiça, mediante uma plataforma electrónica de serviços de mediação em linha;

j) Potenciar a utilização o cartão do cidadão como mecanismo de autenticação e acesso do cidadão aos sistemas de informação da justiça. (Despacho nº 16171/2011 – DR, II, n.º 229, de 29-11)

Por meio do Plano *Justiça + Próxima*, pretendeu-se a estruturação de uma justiça baseada na agilidade (no sentido de estimular a simplificação de processos e procedimentos e a adoção de instrumentos e sistemas voltados a conferir uma maior eficiência a prestação jurisdicional); na humanidade (no sentido de que seja apta a suprir as reais necessidades de diferentes tipos de público); e na proximidade com o cidadão (no sentido de priorizar a relação com o cidadão por meio da prestação de informações de forma simples e clara e disponibilizada em canais variados)

Sendo assim, segundo o Plano *Justiça + Próxima*, a transformação da justiça deve estar alicerçada em quatro pilares, a saber: eficiência; inovação; humanização; e proximidade.

A respeito da eficiência o plano dispõe o seguinte:

O exercício da Justiça envolve uma vasta rede de agentes, processos e recursos, atualmente dispersa, incluindo de organização, gestão, tecnológica e humana, lançando desafios, os quais se pretendem ultrapassar com as medidas deste pilar. O objetivo principal é otimizar a gestão da Justiça, promovendo a simplificação e a desmaterialização de processos, incluindo tecnologias abertas e interoperáveis entre si, recorrendo a modelos e metodologias reconhecidos aplicados à *governance* das Tecnologias da Informação e Comunicação, potenciando poupanças e ganhos de eficiência. Fazer mais e melhor não é um processo forçosamente incremental. Requer a devida ponderação, afastada e informada, para avaliar, alterar ou eliminar metodologias desatualizadas e procedimentos/atos desnecessários, garantindo sempre a separação de poderes e o foco no Cidadão. (Plano *Justiça + Próxima* 2020-2023, p. 4-5)

#### Sobre a inovação o plano aduz:

A Modernização da Justiça é assegurada através do desenvolvimento de novas abordagens de suporte à atividade e potenciando novas soluções tecnológicas, de valor acrescentado para a Justiça, aberta, entre outros, aos agentes judiciais, universidades, investigadores, empresas, comunidade tecnológica e comunidade de empreendedores. As medidas estão alinhadas com os mais recentes desenvolvimentos da sociedade civil que tem vindo a ser transformada pela digitalização de serviços e acesso aos mesmos. As Ideias, a Invenção, a Inovação e a Criatividade são o ADN deste pilar e, juntos, potenciam a transformação da Justiça. (Plano *Justiça + Próxima* 2020-2023, p. 5)

#### Com relação a humanização o plano assevera:

Humanizar a Justiça significa dignificar o sistema de Justiça, incluindo o seu espaço, os seus agentes e os seus intervenientes. Significa valorizar os recursos da Justiça, melhorar o acolhimento nos espaços públicos e condicionados dos tribunais, dos serviços registais e prisionais. Inclui a qualificação e formação dos agentes que lidam com cidadãos privados de liberdade, ou de outro modo condicionados pelo sistema da Justiça (e seus familiares). É ainda foco, neste pilar, promover respostas não detentivas e de carácter ressocializante, a valorização da reinserção social nos serviços prisionais, pela capacitação e empregabilidade e a prevenção da reincidência criminal, em prol da dignidade humana. (Plano *Justiça + Próxima* 2020-2023, p. 5)

#### Por fim, no que tange à proximidade o plano propõe:

Criar serviços mais próximos dos cidadãos e empresas significa serviços mais simples, que eliminam formalidades e procedimentos, disponibilizados em balcões únicos e em novos canais, em proximidade. Mas significa também tornar mais clara, transparente e responsável a informação e ouvir os cidadãos, respondendo às suas necessidades. Aproximar a Justiça do Cidadão e o Cidadão da Justiça passa por comunicar melhor e fazer bom uso dos instrumentos de Justiça e, simultaneamente, por aumentar a eficiência e eficácia do sistema judicial. Por um lado, uma Justiça mais próxima responde melhor às necessidades e é transparente. Por outro, uma Justiça que se torna mais compreendida, é uma Justiça mais democratizada, fomenta o exercício da cidadania, diminui a conflitualidade e contribui para a dinamização da economia, nomeadamente no domínio registral, protegendo quem publicita os seus direitos e toma decisões negociais confiando na situação jurídica tornando assim as relações comerciais mais seguras. (Plano *Justiça + Próxima* 2020-2023, p. 6)

#### Destacam-se as seguintes medidas:

a) *Meu Tribunal* - Plataforma informática de sinalização, dirigida aos órgãos de gestão das comarcas e aos serviços do Ministério da Justiça, de anomalias

ao nível dos edifícios, equipamentos e consumíveis dos tribunais, aumentando a eficiência e celeridade na resolução dos problemas;

b) *Tribunal+* - Desenvolvimento de um projeto-piloto, em estreita colaboração com os Conselhos Superiores, a Procuradoria-geral da República e os órgãos de gestão da comarca, de um novo modelo de atendimento, no Tribunal de Sintra, associado à simplificação administrativa da secretaria, com o objetivo de aumentar a eficiência ao nível administrativo (potenciando a otimização do funcionamento e da atuação das secretarias dos tribunais e suportando a sua gestão) e de proporcionar uma melhor experiência a quem interage com o tribunal;

c) *Transcrição automática* - Implementação de piloto de gravação e transcrição automática no sistema judiciário, à qual se poderá recorrer, por exemplo, no âmbito do depoimento de testemunhas, independentemente do tipo de processo e da fase processual em que se encontre;

d) *Reforço da infraestrutura de rede da Justiça* - Incremento da largura de banda e densificação dos circuitos da rede de comunicação da Justiça, possibilitando a escalabilidade de meios e a disponibilização de serviços mais ricos e exigentes em recursos comunicacionais de dados (ex.: videoconferência, telepresença, monitorização e alarmística, etc.);

e) *Renovação e reforço dos equipamentos informáticos e ferramentas de gestão e produtividade dos tribunais* - Renovação e reforço dos equipamentos informáticos e ferramentas de gestão de recursos de suporte à atividade dos tribunais (judiciais e administrativos e fiscais), tais como estações de trabalho, portáteis, impressoras, scanners de alto débito, gravação e reprodução de áudio e vídeo (com transcrição automática), leitores de códigos de barra e sistemas e aplicações de produtividade;

f) *Reforço da segurança e dos dados aplicacionais dos sistemas de informação da Justiça* - Disponibilização de sistema de informação para gestão dos acessos e das identidades dos sistemas aplicacionais da Justiça. Inclui gestão automática do aprovisionamento dos acessos informáticos, permitindo a otimização da segurança e eficiência de utilização dos recursos (ex.: licenças de software indexadas à utilizadores);

g) *Sistema de gestão das salas de audiência* - Desenvolvimento de funcionalidade informática que permita, no âmbito de cada tribunal, a gestão das respetivas salas de audiências, agilizando a sua marcação e possibilitando a monitorização da utilização efetiva da sala e a otimização da sua utilização;

h) *CITIUS – Acesso remoto pelos Magistrados* - Alargamento do espetro de acesso ao Citius, de forma a permitir que os Magistrados possam aceder a este sistema informático, fora do seu local de trabalho, de forma mais célere e abrangente;

i) *CITIUS – Agenda do Mandatário* - Otimização da agenda do Citius onde constam todas as diligências dos processos em que o Mandatário intervém, para que seja mais útil, intuitiva e passível de interação com as agendas das secretarias dos tribunais e dos Magistrados;

j) *CITIUS – Implementação do mecanismo previsto no n.º 5 do artigo 551.º do CPC* - Concretização efetiva do mecanismo previsto no n.º 5 do artigo 551.º do Código de Processo Civil, que permitirá ter um conhecimento mais rigoroso do fluxo dos processos executivos nos tribunais, nomeadamente ao permitir identificar os momentos em que o processo aguarda a prática de um ato da secretaria ou do juiz, ou seja, os períodos em que a execução corre em tribunal;

k) *CITIUS nos Tribunais Superiores* - Estender o sistema Citius aos Tribunais Superiores (Relações e Supremo Tribunal de Justiça), tendo em consideração as necessárias adaptações às funcionalidades já existentes para os tribunais de 1.ª instância, bem como a possibilidade de desenvolvimento de novas funcionalidades;

l) *CITIUS – Formulários*. Inventariação dos formulários de atos disponíveis no sistema Cítius, analisando a sua pertinência com os organismos competentes, eliminando os desnecessários e simplificando, sempre que adequado, bem como procedendo à adaptação dos que devem ser mantidos à nova organização judiciária;

m) *Certidão judicial eletrónica* - Disponibilização de uma certidão judicial eletrónica, desmaterializada, com um código único, que substituirá a necessidade de entrega do documento em papel e que permitirá, a qualquer entidade pública ou privada, consultar essa informação;

n) *Acesso aos processos em Tribunal* - Disponibilização de funcionalidade que permita, de modo devidamente credenciado (nomeadamente através do recurso ao Cartão de Cidadão), o acesso e acompanhamento do estado dos processos em tribunal, salvaguardando o respetivo segredo de Justiça;

o) *Cálculos automáticos nos Sistemas Informáticos dos Tribunais* - Integração de ferramentas de cálculo automático nos sistemas informáticos da Justiça que facilitem o trabalho dos oficiais de justiça, nomeadamente na atualização da pensão de alimentos de acordo com a taxa de inflação;

p) *OCR das peças processuais* - Incorporação de capacidades de reconhecimento automático de caracteres (OCR) em peças processuais submetidas em formatos eletrónicos com conteúdo não estruturado, de modo a facilitar a possibilidade de realização de ações de cópia e reutilização de excertos e potenciando a criação de opções inteligentes de pesquisa;

q) *Citação e notificação das entidades públicas* - Criação de um sistema que permita a citação e notificação eletrónica das entidades públicas;

r) *Auto de denúncia com cartão de cidadão* - Desmaterialização do auto de denúncia na Polícia Judiciária, através de autenticação e assinatura com recurso ao Cartão de Cidadão tanto pelo Cidadão como pelo inspetor, introduzindo melhorias na aplicação de suporte à "queixa eletrónica"<sup>148</sup>.

De acordo com Painel de Avaliação da Justiça na União Europeia de 2021, baseado em dados estatísticos de 2020, Portugal evoluiu bastante nos serviços judiciais a partir do aprimoramento da justiça eletrónica.

O painel de avaliação *Justice Scoreboard* 2021 é instrumento de informação que tem como objetivo auxiliar Estados-membros a aprimorarem o Poder Judiciário, a partir da disponibilização de dados objetivos e confiáveis de seus sistemas judiciais, civis, comerciais e administrativos.

O painel procura identificar eventuais tendências nos três domínios principais do exercício: eficiência, qualidade e independência da justiça.

Portugal tem uma evolução consistentemente positiva do sistema nos últimos anos, dentre as principais conquistas, destacam-se:

---

<sup>148</sup>PEREIRA, Joel Timóteo Ramos – **Novas Tecnologias na Justiça**. [Em linha]. 2017. [Consult. 25 jul. 2021]. Disponível em: <[https://www.academia.edu/35440155/Novas\\_Tecnologias\\_na\\_Justi%C3%A7a\\_40\\_anos\\_de\\_justi%C3%A7a\\_em\\_Portugal\\_](https://www.academia.edu/35440155/Novas_Tecnologias_na_Justi%C3%A7a_40_anos_de_justi%C3%A7a_em_Portugal_)>.

A taxa de resolução nos processos civis e comerciais, na primeira instância situou-se sempre acima dos 100%, nos anos de 2017, 2018 e 2019, o mesmo sucedendo em relação aos processos administrativos no mesmo intervalo de anos.

As pendências de processos civis e comerciais, tiveram uma diminuição visível, numa trajetória que se apresenta constante e gradual.

O tempo estimado, em dias, para a resolução de casos cíveis e comerciais nas três instâncias, está entre os 10 mais baixos da União Europeia e as taxas de resolução processual na primeira instância situaram-se entre as mais elevadas.

Uma ligeira melhoria do tempo médio para a conclusão de processos em matéria administrativa, na 1.<sup>a</sup> instância, sendo, no entanto necessário melhorar o desempenho dessa jurisdição em termos de dias necessários para resolver um processo administrativo.

Portugal surge classificado em 8.º lugar em matéria de promoção e incentivos à utilização de métodos de RAL (Resolução Alternativa de Litígios), o que representa uma melhoria face ao painel do ano anterior, em que ocupava o 11.º lugar.

Portugal está bem classificado em matéria de regras processuais que permitam o uso de tecnologias digitais nos tribunais civis/comerciais, administrativos e criminais, bem como quanto ao uso dessas tecnologias pelos tribunais e serviços do Ministério Público. (Disponível em: <<https://justica.gov.pt/Noticias/Portugal-diminui-pendencias-e-destaca-se-na-Justica-eletronica>>. Acesso em: 18/07/2021)

Ainda, foi possível constatar que os canais de comunicação eletrônica disponíveis são bastante seguros, na medida em que o país ocupa o segundo lugar de destaque na possibilidade de acompanhamento eletrônico de processos judiciais no foro civil/comercial, administrativo e criminal.

No Brasil, a busca de soluções para a problemática da sobrecarga processual do Poder Judiciário e consequente morosidade, principal escopo da implementação do processo judicial eletrônico, datam de uma época anterior ao uso massificado da rede mundial de computadores.

Diante disso, é válido destacar alguns marcos legais do final do século XX que são considerados importantes pontos de partida do movimento de informatização do Poder Judiciário brasileiro, a saber: a lei n° 7.232, de 29 de outubro de 1984, que dispôs sobre a Política Nacional de Informática; a lei n° 7.463, de 17 de abril de 1986, que dispôs sobre o primeiro Plano Nacional de Informática e Automação (PLANIN); e a lei n° 8.248, de 23 de outubro de 1991, que alterou a lei n° 7.232, e dispôs sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, além de dar outras providências.

Como medidas específicas voltadas ao judiciário brasileiro, destacam-se as implementadas pela lei n° 9.492, de 10 de setembro de 1997, e pela lei n° 9.800, de 26 de maio de 1999.

A lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, voltada a definir competência, regulamentar os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida e dar outras providências, possibilitou que o apontamento de protesto de duplicatas mercantis fosse realizado por meio magnético ou de gravação eletrônica de dados.

A lei nº 9.800, de 26 de maio de 1999, permitiu às partes a utilização de sistema de transmissão de dados para a prática de atos processuais. Em outras palavras, elas poderiam utilizar sistemas de transmissão de dados e imagens tipo fac-símile ou outro similar para praticarem atos processuais que dependessem de petição escrita.

É importante mencionar que antes da lei referenciada acima normativas internas já haviam sido editadas por tribunais brasileiros no mesmo sentido, a saber a Resolução nº 16, do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, e o Provimento 02, do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

As medidas citadas fizeram com que no início do século XXI, já em seu primeiro ano, diante dos progressos tecnológicos observados, houvesse um grande e constante avanço na adoção de medidas voltadas a informatização do Poder Judiciário brasileiro.

Em 2001, a lei nº 10.259, de 12 de julho, que instituiu os Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal, trouxe a possibilidade de recebimento das petições por meio eletrônico. Vejamos:

Art. 8º [...]

§ 2º Os tribunais poderão organizar serviço de intimação das partes e de recepção de petições por meio eletrônico<sup>149</sup>.

O Ato Normativo nº 88, de 14 de junho de 2002, do Superior Tribunal de Justiça criou a Revista Eletrônica de Jurisprudência.

A Resolução nº 13, de 11 de março de 2004, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, possibilitou a implantação do processo eletrônico nos juizados especiais, admitindo a postulação somente por meio eletrônico.

A Resolução nº 287, de 14 de abril de 2004, editada pelo Supremo Tribunal Federal, instituiu o e-STF, sistema que permitiu o uso de correio eletrônico para a prática de atos processuais, no âmbito do Supremo Tribunal Federal

---

<sup>149</sup>BRASIL – Lei n.º 10.259 de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal. [Em linha]. 2001. [Consult. 18 jul. 2021]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/LEIS\\_2001/L10259.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/LEIS_2001/L10259.htm)>.

A Resolução nº 397, de 18 de outubro de 2004, do Conselho da Justiça Federal, estabeleceu diretrizes para implantação do uso da certificação digital, no âmbito do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.

Ainda, deve-se mencionar a Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, como importante propulsora do desenvolvimento tecnológico do Poder Judiciário brasileiro. Isso porque o ato normativo em referência categorizou o princípio da celeridade processual como direito e garantia fundamental. A partir disso, firmou-se a proteção constitucional à duração razoável do processo e aos meios para garanti-la. O processo eletrônico passou a ser enxergado como o instrumento mais eficaz de promoção do princípio da celeridade no contexto do judiciário brasileiro, ainda marcado pela morosidade causada pelo manuseio de incontáveis processos físicos. Além disso, a normativa em comento criou o Conselho Nacional de Justiça, órgão que veio a exercer um papel de suma relevância no movimento de informatização.

A primeira medida de uniformização pós Emenda Constitucional nº 45 voltada para o emprego de tecnologias da informação no âmbito do Poder Judiciário brasileiro foi a implementada pela lei nº 11.280, de 16 de fevereiro de 2006, que modificou o art. 154, do Código de Processo Civil de 1973, inserindo a possibilidade de os tribunais, no âmbito da respectiva jurisdição, disciplinarem a prática e a comunicação oficial dos atos processuais por meios eletrônicos, observados os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil. Em síntese, os tribunais poderiam utilizar sistemas de comunicação de atos processuais por meio do uso de certificação digital.

No âmbito do Superior Tribunal de Justiça destaca-se o Ato Normativo nº 34, de 02 de março de 2005, que instituiu a emissão online de certidão de andamento processual.

O grande arcabouço legal do movimento de implementação do processo eletrônico foi a lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A partir dela, firmou-se a possibilidade do uso integral de meio eletrônico na prática de atos processuais, desde a petição inicial, passando por atos intermediários de impulsionamento do processo até se chegar ao julgamento. Se antes as possibilidades encontravam-se espalhadas em legislações diversas, agora estavam unificadas de forma a abranger todas as etapas do processo.

Baseadas nas disposições da lei citada no parágrafo anterior, uma série de outras normativas foram editadas com o objetivo de implementar as tecnologias da informação

em etapas cruciais do processo. A lei nº 11.900, de 08 de janeiro de 2009, abriu a possibilidade de realização de interrogatório e de outros atos processuais por sistema de vídeo conferência.

O Conselho Nacional de Justiça editou importantes resoluções, a saber: a Resolução nº 12, de 14 de fevereiro de 2006; a Resolução nº 41, de 11 de setembro de 2007; a Resolução nº 45, de 17 de dezembro de 2007; a Resolução nº 46, de 18 de dezembro de 2007; a Resolução nº 65, de 16 de dezembro de 2008; a Resolução nº 70, de 18 de março de 2009; e a Resolução nº 90, de 29 de setembro de 2009.

A Resolução nº 12, de 14 de fevereiro de 2006, criou o Banco de Soluções do Poder Judiciário com o objetivo de reunir e divulgar a quem estivesse interessado, de forma completa e ampla, os sistemas de informação já implantados ou em desenvolvimento voltados para a melhoria da administração da justiça ou da prestação jurisdicional. Instituiu o Grupo de Interoperabilidade – G-INP que tinha o intuito de classificar os sistemas de informações e de definir padrões de interoperabilidade a serem utilizados no Poder Judiciário.

A Resolução nº 41, de 11 de setembro de 2007, uniformizou os endereços dos sítios eletrônicos dos órgãos do Poder Judiciário, instituindo o domínio primário “jus.br”. Tal medida foi um desdobramento da normativa citada no parágrafo anterior, tendo em vista que foi adotada com o objetivo de fomentar o padrão de interoperabilidade a ser utilizado no Poder Judiciário, nesse caso, quanto aos seus identificadores.

A Resolução nº 45, de 17 de dezembro de 2007, dispôs sobre a padronização dos endereços eletrônicos dos órgãos do Poder Judiciário.

A Resolução nº 46, de 18 de dezembro de 2007, criou as Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário, que tinham o objetivo de padronizar e uniformizar a taxonomia e a terminologia de classes, assuntos e movimentação processuais no âmbito da Justiça Estadual, Federal, do Trabalho e do Superior Tribunal de Justiça.

A Resolução nº 65, de 16 de dezembro de 2008, dispôs sobre a uniformização do número dos processos nos órgãos do Poder Judiciário, sendo mais uma medida de estimular o padrão de interoperabilidade a ser utilizado no Poder Judiciário, nesse caso, quanto a padronização dos números do processo desde a distribuição até o arquivamento; desde o primeiro grau até os tribunais superiores (Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal).



A Resolução n° 70, de 18 de março de 2009, que dispôs sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário, estabeleceu algumas metas a serem atingidos, dentre elas destacamos os seguintes:

[...]

3. Informatizar todas as unidades judiciárias e interligá-las ao respectivo tribunal e à rede mundial de computadores (Internet);
4. Informatizar e automatizar a distribuição de todos os processos e recursos;
5. Implantar sistema de gestão eletrônica da execução penal e mecanismo de acompanhamento eletrônico das prisões provisórias;
6. Capacitar o administrador de cada unidade judiciária em gestão de pessoas e de processos de trabalho, para imediata implantação de métodos de gerenciamento de rotinas;
7. Tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (Internet), com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitado o segredo de justiça;
8. Cadastrar todos os magistrados nos sistemas eletrônicos de acesso a informações sobre pessoas e bens e de comunicação de ordens judiciais (Bacenjud, Infojud, Renajud);
9. Implantar núcleo de controle interno;
10. Implantar o processo eletrônico em parcela de suas unidades judiciárias. (Resolução n° 70, de 18 de março de 2009, do Conselho Nacional de Justiça)

A Resolução n° 90, de 29 de setembro de 2009, dispôs sobre os requisitos de nivelamento de tecnologia da informação no âmbito do Poder Judiciário. Dentre as metas estabelecidas pela normativa em comento, destacamos a exigência de fixação de quantitativos mínimos de pessoal de TI, bem como de suas atribuições; o incentivo ao desenvolvimento e aquisição de sistemas de informação; o estímulo à concretização de uma infraestrutura de TI; e a elaboração de planos de gestão estratégica voltados à TI.

A Resolução do Conselho Nacional de Justiça que merece grande destaque é a de n° 185, de 18 de dezembro de 2013, que instituiu o Sistema Processual Eletrônico – PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabeleceu os parâmetros para sua implementação e funcionamento.

O Sistema Processual Eletrônico – PJe foi desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça por meio da observação da experiência de alguns tribunais brasileiros, em especial da prática forense do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que foi o primeiro a utilizar o sistema em questão.

Em abril de 2010, houve a primeira execução do PJe, que se deu na justiça federal de Natal (Rio Grande do Norte). Nesse mesmo ano, a justiça do trabalho implementou o PJe de forma integral, juntamente com dezesseis tribunais de justiça estaduais e tribunais

militares. O movimento de implantação do projeto PJe foi coordenado pela Comissão de Tecnologia e Informação e Infraestrutura do Conselho Nacional de Justiça, presidida pelo Ministro Cezar Peluso e integrada pelos conselheiros Walter Nunes e Felipe Locke.

O objetivo principal do PJe foi eliminar o uso de papel e dar eficácia ao princípio da duração razoável do processo em prol de uma prestação jurisdicional útil e efetiva. Para isso, uma série de recursos foram implementados, aqui citamos alguns deles: o uso de certificado digital; o controle de acesso avançado; a possibilidade de múltiplos perfis por usuário; a utilização de fluxos de atividades; a movimentação a partir da prática de atos processuais; a organização do trabalho por árvore de tarefas; a utilização de modelos de documentos; a possibilidade de produção de documentos no sistema; a facilidade de visualização do processo; a distribuição automática de feitos; e a replicação e interação automática de informações.

É relevante destacar uma medida bastante atual que vai ao encontro do movimento de relacionar as atividades do judiciário às tecnologias da informação, qual seja, a consagração da possibilidade de utilização do aplicativo de mensagens instantâneas ‘*what’s app*’ para a prática de determinados atos de comunicação processual, como a citação.

A possibilidade em tela foi firmada por meio do informativo nº 688, no *habeas corpus* nº 641.877, do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe:

A citação do acusado revela-se um dos atos mais importantes do processo. É por meio dela que o indivíduo toma conhecimento dos fatos que o Estado, por meio do *jus puniendi* lhe direciona e, assim, passa a poder demonstrar os seus contra-argumentos à versão acusatória (contraditório, ampla defesa e devido processo legal). No Processo Penal, diversamente do que ocorre na seara Processual Civil, não se pode prescindir do processo para se concretizar o direito substantivo. É o processo que legitima a pena. Assim, em um primeiro momento, vários óbices impediriam a citação via WhatsApp, seja de ordem formal, haja vista a competência privativa da União para legislar sobre processo (art. 22, I, da CF), ou de ordem material, em razão da ausência de previsão legal e possível malferimento de princípios caros como o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa. Registre-se não ser adequado fechar-se os olhos para a realidade. Excluir peremptória e abstratamente a possibilidade de utilização do WhatsApp para fins da prática de atos de comunicação processuais penais, como a citação e a intimação, não se revelaria uma postura comedida. Não se trata de autorizar a confecção de normas processuais por tribunais, mas sim o reconhecimento, em abstrato, de situações que, com os devidos cuidados, afastariam, ao menos, a princípio, possíveis prejuízos ensejadores de futuras anulações. Isso porque a tecnologia em questão permite a troca de arquivos de texto e de imagens, o que possibilita ao oficial de justiça, com quase igual precisão da verificação pessoal, aferir a autenticidade do número telefônico, bem como da identidade do destinatário para o qual as mensagens são enviadas. Além disso, não há falar em nulidade

de ato processual sem demonstração de prejuízo ou, em outros termos, *princípio pas nullité sans grief*. Com efeito, é possível imaginar-se a utilização do WhatsApp para fins de citação na esfera penal, com base no princípio *pas nullité sans grief*. De todo modo, para tanto, imperiosa a adoção de todos os cuidados possíveis para se comprovar a autenticidade não apenas do número telefônico com que o oficial de justiça realiza a conversa, mas também a identidade do destinatário das mensagens. Como cediço, a tecnologia em questão permite a troca de arquivos de texto e de imagens, o que possibilita ao oficial de justiça, com quase igual precisão da verificação pessoal, aferir a autenticidade da conversa. É possível imaginar-se, por exemplo, a exigência pelo agente público do envio de foto do documento de identificação do acusado, de um termo de ciência do ato citatório assinado de próprio punho, quando o oficial possuir algum documento do citando para poder comparar as assinaturas, ou qualquer outra medida que torne incontestado tratar-se de conversa travada com o verdadeiro denunciado. De outro lado, a mera confirmação escrita da identidade pelo citando não nos parece suficiente. Necessário distinguir, porém, essa situação daquela em que, além da escrita pelo citando, há no aplicativo foto individual dele. Nesse caso, ante a mitigação dos riscos, diante da concorrência de três elementos indutivos da autenticidade do destinatário, número de telefone, confirmação escrita e foto individual, entende-se possível presumir-se que a citação se deu de maneira válida, ressalvado o direito do citando de, posteriormente, comprovar eventual nulidade, seja com registro de ocorrência de furto, roubo ou perda do celular na época da citação, com contrato de permuta, com testemunhas ou qualquer outro meio válido que autorize concluir de forma assertiva não ter havido citação válida. Assim, é possível o uso da referida tecnologia para citação, desde que, com a adoção de medidas suficientes para atestar a identidade do indivíduo com quem se travou a conversa.

De modo mais específico, algumas medidas voltadas a implementação de tecnologias da informação e comunicação foram estabelecidas pelos tribunais superiores, e justiça federal ao longo dos anos e representaram importante avanço no movimento de informatização do judiciário.

O Supremo Tribunal Federal (STF), por meio da Resolução n° 287, de 14 de abril de 2004, instituiu o e-STF, sistema que permitiu o uso de correio eletrônico para a prática de atos processuais, no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

Em 25 de maio de 2007, a Corte Suprema editou a Resolução n° 344, que regulamentou o meio eletrônico de tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais no Supremo Tribunal Federal (e-STF) e deu outras providências.

A partir da Resolução n° 417, de 20 de outubro de 2009, o Supremo Tribunal Federal determinou que as classes processuais Reclamação (RCL), Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC), Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO), Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) e Proposta de Súmula Vinculante (PSV) passassem a ser processadas, obrigatoriamente, no sistema eletrônico do STF (e-STF).

No âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ) merece destaque a Resolução n° 2, de 24 de abril de 2007, que dispôs sobre o recebimento de Petição Eletrônica no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

O STJ concluiu a digitalização de mais de 300 mil processos ainda no ano de 2008. Em janeiro de 2009, todos os autos remetidos pelos tribunais de instâncias inferiores passaram a ser recebidos, digitalizados e tramitados apenas em formato eletrônico (Atheniense, 2010).

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) editou a Instrução Normativa n° 30, de 13 de setembro de 2007, regulamentando, no âmbito da Justiça do Trabalho, a lei n° 11.419, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial.

O órgão em comento desenvolveu o sistema denominado E-Sij, voltado para o processamento de agravos de instrumento e recursos de revisão. Os benefícios advindos da utilização desse sistema foram muitos, dentre eles destacamos: celeridade processual; economia em despesas com correios; economia em despesas com mão de obra terceirizada; e economia em despesas com insumos relacionados a confecção de processos físicos.

A partir de 02 de agosto de 2011, o sistema passou a ser utilizado integralmente, leia-se para todos os processos em tramitação no TST.

Devemos ressaltar o pioneirismo da justiça federal no movimento de informatização dos processos judiciais. Em 2003, alguns Juizados Especiais do Tribunal Regional Federal da 4° Região, sob a égide da lei n° 10.259/01, utilizavam o Sistema de Processamento Eletrônico de Ações da Justiça Federal (e-Proc), que permitia a tramitação eletrônica dos processos de modo integral, desde a petição inicial até a sentença. Quatro anos depois, o Sistema de Processamento Eletrônico de Ações da Justiça Federal (e-Proc) já abrangia todos os Juizados Especiais Cíveis da região sul.

Em 2004, o Tribunal Regional Federal da 5° Região desenvolveu o sistema Creta para ser operacionalizado nos Juizados Especiais Federais da área respectiva. Já no mesmo ano, foram distribuídos mais de 700 mil processos por meio do sistema mencionado. O CRETA serviu de base para o sistema desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça, o PJe.

Uma medida de consolidação da justiça eletrônica no Brasil foi a implementação do Programa Justiça 4.0, pelo Conselho Nacional de Justiça em parceria com o Conselho de Justiça Federal e com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que tem o objetivo de busca aumentar o acesso da população brasileira à Justiça por meio do desenvolvimento e uso de novas tecnologias e inteligência artificial<sup>150</sup>. O programa fomenta a governança, a transparência, a eficiência e a celeridade do Poder Judiciário, reduzindo despesas e tornando a Justiça mais acessível ao cidadão.

De acordo com o Programa Justiça 4.0 as etapas a serem seguidas pelo Conselho Nacional de Justiça para proceder com a execução são as seguintes:

1. Apresentação do programa aos tribunais por meio de webinários com os segmentos de Justiça;
2. Reuniões com juízes auxiliares e equipes técnicas dos tribunais para esclarecimentos e alinhamento das informações, quando necessário;
3. Formalização de acordo de cooperação técnica (ACT) entre CNJ e tribunais;
4. Aplicação de questionário de diagnóstico;
5. Elaboração de um plano de ação;
6. Identificação das necessidades e dificuldades de cada tribunal;
7. Disseminação das tecnologias desenvolvidas no âmbito do programa; e
8. Fornecimento de suporte técnico aos tribunais para a concretização dos projetos e das ações do programa<sup>151</sup>.

Aderiram ao programa o Superior Tribunal de Justiça; o Tribunal Superior Eleitoral; o Tribunal Superior do Trabalho; o Superior Tribunal Militar; o Conselho Nacional de Justiça; o Conselho de Justiça Federal; o Conselho Superior da Justiça do Trabalho; a Justiça Federal; a Justiça do Trabalho; cinquenta e seis por cento da Justiça Estadual; vinte e dois por cento da Justiça Eleitoral; e trinta e três por cento da Justiça Militar<sup>152</sup>.

A Resolução n° 331, de 20 de agosto de 2020, instituiu a Base Nacional de Dados do Poder Judiciário – DataJud como fonte primária de dados do Sistema de Estatística do

---

<sup>150</sup> Sobre o tema, cfr. FREITAS, Pedro Miguel; SILVA, Sônia Moreira (Coord) – **Inteligência artificial e robótica: desafios para o Direito do Século XXI**, p. 35.

<sup>151</sup> CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – **Programa Justiça 4.0**. [Em linha]. 2021. [Consult. 20 jul. 2021]. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/08/cartilha-justica-4-0-20082021-web.pdf>, p. 07.

<sup>152</sup> *Idem*. Aqui, importa destacar: PEREIRA, Rui Soares; LOPES, Joana Costa – **A inteligência artificial na decisão arbitral**, pp. 11-37.

Poder Judiciário – SIESPJ para os tribunais indicados nos incisos II a VII do art. 92 da Constituição Federal<sup>153</sup>.

A Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (DataJud) serve de auxílio para a implementação de políticas públicas e a desburocratização de rotinas, visto que é possível a visualização dos dados em painéis para o acompanhamento estatístico pela sociedade e para a gestão dos processos por varas e magistrados. O DataJud oferece uma base de dados avançada e uniformizada; gera insumos de inteligência artificial e otimiza a força de trabalho por meio da centralização de cadastros e sistemas<sup>154</sup>.

A Resolução nº 345, de 09 de outubro de 2020, dispôs sobre o “Juízo 100% Digital”, por meio do qual os jurisdicionados podem utilizar a tecnologia para ter acesso à Justiça sem precisar se dirigir aos fóruns. Todos os atos processuais podem ser praticados exclusivamente por meio eletrônico e remoto, por meio de videoconferência. O “Juízo 100% Digital” desvincula os serviços públicos relacionados a realização da Justiça das sedes físicas dos fóruns e de seus rituais.

A Resolução nº 372, de 12 de fevereiro de 2021, regulamentou a criação de plataforma de videoconferência denominada “Balcão Virtual.” A ideia é que durante o horário de funcionamento, os tribunais mantenham uma ferramenta de videoconferência que possibilite aos advogados e às partes atendimento remoto de maneira semelhante ao que seria realizado nos balcões presenciais. Todos os órgãos judiciais deverão possuir um balcão virtual em funcionamento e intermediar o atendimento pelo juiz, caso seja solicitado.

A Resolução nº 385, de 06 de abril de 2021, dispôs sobre a criação dos “Núcleos de Justiça 4.0”, que possibilita aos juízes atuarem remotamente, de forma que a prestação de serviços ocorra de maneira totalmente digital. As demandas são distribuídas de acordo

---

<sup>153</sup>Art. 92. São órgãos do Poder Judiciário:

[...]

II - o Superior Tribunal de Justiça;

II-A - o Tribunal Superior do Trabalho;

III - os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais;

IV - os Tribunais e Juízes do Trabalho;

V - os Tribunais e Juízes Eleitorais;

VI - os Tribunais e Juízes Militares;

VII - os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

<sup>154</sup>CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – **Programa Justiça 4.0**. [Em linha]. 2021. [Consult. 20 jul. 2021]. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/08/cartilha-justica-4-0-20082021-web.pdf>>.

com a matéria para os núcleos especializados, que podem julgar ações provenientes de qualquer local do território sobre o qual o tribunal tem jurisdição.

A intenção é que a sobrecarga de processos seja significativamente reduzida nas varas de primeiro grau. A sobrecarga processual é um problema bastante conhecido, principalmente, em unidades de comarcas do interior, em decorrência da escassez de varas especializadas, o que faz com que um juiz seja responsável por ações das mais variadas matérias.

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região foi o primeiro a estruturar núcleos especializados em demandas relacionadas à saúde no Rio de Janeiro e Espírito Santo.

A partir de 1º de março de 2022, os tribunais brasileiros deverão distribuir processos tão somente por meio eletrônico, ficando vedada a distribuição por meio físico. A determinação é proveniente de uma decisão do Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tomada na 338ª Sessão Ordinária, na análise do Ato Normativo n. 0006956-27.2021.2.00.0000, relatado pelo presidente do CNJ, ministro Luiz Fux.

A ideia é que medidas voltadas ao uso de recursos tecnológicos como o “Juízo 100% Digital”, a “Plataforma Digital do Poder Judiciário” e o “Balcão Virtual”, todas advindas do Programa Justiça 4.0, sejam capazes de atender as necessidades antes supridas de forma presencial nas varas.

Somente será admitida a distribuição física de casos novos diante de uma eventual inviabilidade técnica ou mediante comprovada hipótese de urgência que exija a autuação de modo físico. A partir de 1º de março de 2022, todos os tribunais deverão exigir a digitalização de todos os inquéritos policiais, termos circunstanciados e demais procedimentos investigatórios que ainda tramitem em meio físico.

Ainda, a medida prevê a digitalização do acervo processual físico, que deverá ocorrer da seguinte forma:

Os tribunais com acervo inferior a 5% do total dos feitos em tramitação em 30 de setembro deste ano têm até o fim de 2020 para concluir o trabalho, enquanto aqueles com taxa entre 5% a 20%, têm prazo até o fim de 2023. No caso dos que possuem acervos físicos variando entre 20% e 40%, terão até o fim de 2024 para concluir a digitalização. Já os tribunais com taxas acima de 40% têm prazo máximo até 31 de dezembro de 2025 para encerrar o processo. (Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/judiciario-vai-receber- apenas-processos-eletronicos-a-partir-de-marco-de-2022/>>. Acesso em: 22/09/2021)

Até 19 de dezembro de 2021 as presidências de todos os tribunais deverão apresentar ao Conselho Nacional de Justiça um plano com informações detalhadas a respeito dos trabalhos de cada tribunal na digitalização dos processos. O documento deverá trazer as seguintes informações: total de processos físicos existentes; percentual de quanto representam em relação ao total; cronograma de digitalização; o custo total estimado; e o detalhamento do planejamento e cronograma para a contratação do serviço de digitalização.

É imperioso mencionar que a pandemia do COVID-19 redimensionou o uso de plataformas diretamente relacionadas às tecnologias da informação no âmbito da justiça, no sentido de que a sua utilização se tornou imprescindível para a continuidade dos trabalhos.

Foi nesse momento que a chamada desmaterialização da justiça alçou patamares sem precedentes no tocante ao nível de abrangência, pois a informatização representou a solução para os entresos causados pelo distanciamento social obrigatório em todas as fases que compreendem a prestação jurisdicional.

Desta feita, o uso de plataformas eletrônicas de comunicação para o exercício das atividades judiciais foi legalmente sedimentado<sup>155</sup>. O Estado assumiu que as tecnologias da informação seriam aliadas não somente para desmaterializar processos, mas também para a prática de outros atos outrora estritamente atrelados a procedimentos de execução duradoura em virtude de diversos fatores, como audiências presenciais, intimações, oitiva de testemunhas, produção e assinatura de documentos, dentre outros.

Cite-se como exemplo de normativas relacionadas a isso, a Lei n.º 16, de 15 de abril 2020, de Portugal, que estabeleceu “normas excepcionais e temporárias destinadas à prática de atos por meios de comunicação à distância, no âmbito da pandemia da doença COVID-19”, que abrangiam processos urgentes tramitando nos termos dos julgados de paz, procedimentos e atos de registro; e procedimentos conduzidos pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial, I. P. (INPI, I.P.).

### **3.2 Reflexos na prática forense do uso da nova ferramenta de informática**

O processo eletrônico não possui um fim em si mesmo, devendo ser enxergado como um caminho hábil para se chegar em tempo razoável a uma prestação jurisdicional

---

<sup>155</sup>SILVA, Artur Flamínio da – **Direito Administrativo e Tecnologia**, p. 178.



útil e efetiva. No entanto, são notórios os impactos da implementação das tecnologias da informação e da comunicação na operacionalização do Poder Judiciário no dia-a-dia forense. Neste tópico destrincharemos o como a estrutura e os agentes da justiça são/serão afetados pelo movimento de informatização. Algumas mudanças já foram citadas anteriormente, porém, a intenção é que, neste momento, a abordagem seja feita com maiores detalhes.

O armazenamento de processos depende da estruturação de um setor voltado à tecnologia da informação, tendo em vista que é necessário um sistema de processamento e salvaguarda de dados. Assim, as áreas de TI dos tribunais passaram para outro nível de relevância, equiparando-se às secretarias judiciais. Ora, é evidente que os setores de tecnologia da informação começaram a exercer uma função crucial para a execução das atividades fins dos órgãos do Poder Judiciário.

Houve uma drástica redução das atividades executadas tipicamente no âmbito das secretarias judiciais em decorrência da desnecessidade da realização de uma série de atos que eram praticados manualmente. Aqui, é importante conferir atenção para os seguintes fatos: na medida em que há uma expressiva diminuição de rotinas específicas das secretarias judiciais, o trabalho dos servidores é redirecionado para atender às necessidades dos gabinetes dos juízes, o que exige um conhecimento cada vez mais especializado. Com o trabalho concentrado no gabinete, valoriza-se as atividades diretamente relacionadas ao julgamento da lide, o que contribui para a concessão célere da prestação jurisdicional.

Outra razão que promove celeridade processual é a desnecessidade de prazos sucessivos para a análise dos autos diante da possibilidade de acesso simultâneo dos processos por diferentes usuários.

Não podemos deixar de citar o impacto sobre o horário de funcionamento dos órgãos do Poder Judiciário, que traz consequências diretas no modo como os indivíduos utilizam os serviços prestados. Já foi mencionado em outro momento e é válido repetir: a possibilidade de acesso ao Poder Judiciário se tornou ininterrupta graças aos portais disponibilizados na rede mundial de computadores. Assim, grande parte dos serviços de interesse dos jurisdicionados podem ser requeridos de qualquer lugar, a qualquer tempo.

As funções exercidas pelos servidores judiciários sofreram modificações significativas em virtude dos seguintes aspectos: crescente desuso dos autos físicos e de

instrumentos a eles relacionados; e a desnecessidade de mão de obra humana para alguns tipos de atos processuais, como registro de petições e emissão de intimações e notificações.

As modificações acima relacionadas são conhecidas no Brasil como automatização e em Portugal como desmaterialização.

É possível aos advogados, tanto aos públicos, quanto aos privados, peticionarem diretamente no processo, sem a intermediação de um servidor. Dessa maneira, garante-se a adequada imparcialidade na distribuição das petições iniciais.

É importante mencionar novamente o impacto sobre as instalações físicas do Poder Judiciário. Na medida em que ocorre a eliminação do uso do papel para a prática de atos processuais com o consequente desuso do processo físico, cresce a desnecessidade de alguns espaços físicos, especificamente aqueles destinados a guarda e ao arquivamento dos autos.

Além disso, diante da possibilidade de acesso aos serviços judiciários por meio da rede mundial de computadores, reduziu-se de forma significativa o fluxo de pessoas nas instalações físicas do Poder Judiciário, o que implica na modificação dos espaços físicos destinados ao atendimento ao público.

Ainda, consagra-se a integração dos órgãos do Poder Judiciário com outros órgãos públicos e entidades, possível graças aos sistemas de informatização. No Brasil, pode-se citar como frutos do movimento de integração citado os seguintes instrumentos: BACENJUD (integração entre os tribunais e o Banco Central do Brasil, que possibilita o acesso a contas bancárias de pessoas físicas ou jurídicas por meio do Cadastro de Pessoas Físicas ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas); RENAJUD (integração entre os tribunais e o Departamento Nacional de Trânsito, que possibilita a restrição judicial de veículos por meio do acesso ao Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM).

Pode-se dizer que o reflexo do uso do processo eletrônico na prática forense é nitidamente evidenciado quando se observa a rotina dos advogados, em virtude de representarem uma grande parcela do número de operadores do direito e de atuarem nas mais variadas áreas, o que acaba fazendo com que os impactos sejam sentidos de modos diferentes.

O enorme arcabouço tecnológico que emergiu com a informatização do processo fez com que os advogados passassem a realizar suas atividades a partir de uma estrutura mais igualitária, sem distinções significativas relacionadas aos meios utilizados para a prática forense que podiam ser observadas entre advogados que atuavam em escritórios de pequeno e de médio porte e advogados que atuavam para escritórios de grande porte. É relevante mencionar que esse nivelamento depende de dois fatores: acesso às ferramentas adequadas e formação modernizadora.

Um outro ponto que importa destacar é a forma como os advogados passaram a se relacionar com os clientes, sejam eles pessoas físicas ou pessoas jurídicas. Consoante Luciana Yeung, Paulo Eduardo Alves da Silva e Carolina Osse (2021), a modificação na relação advogado-cliente é percebida de modo distinto a depender do porte e da estrutura da clientela.

A principal mudança está relacionada ao fato de que os clientes adquiriram uma certa independência, não necessitando do advogado para a prática de determinados atos, como a mera consulta dos autos. Tal fato fez com que a clientela passe a ter maior consciência a respeito do andamento processual, o que consequentemente acarretou uma maior participação da parte diretamente interessada.

Segundo Luciana Yeung, Paulo Eduardo Alves da Silva e Carolina Osse (2021), pode-se verificar, ainda que em pequena quantidade, uma queda nos casos de revelia em virtude da facilidade de acesso aos autos pela via eletrônica, que permite uma ciência antecipada das informações.

A informatização deu cabo a uma simplicidade que, de acordo com Luciana Yeung, Paulo Eduardo Alves da Silva e Carolina Osse (2021), reduziu significativamente os custos, mas, tendo como parâmetro a atividade dos advogados, acirrou a concorrência e marginalizou aqueles profissionais que não acompanharam a modernização. A adaptação ao novo modelo de trabalho, baseado no uso das tecnologias da informação e da comunicação, virou um dos requisitos essenciais para auferir a qualidade na prestação dos serviços.

### 3.3 Alguns desafios da implementação de novas tecnologias na prestação jurisdicional

É relevante considerar alguns desafios da implementação de novas tecnologias na prestação jurisdicional, em especial o processo eletrônico, apesar de todas as vantagens existentes, que já foram delineadas no decorrer deste trabalho. Isso porque tais desafios são, em verdade, vulnerabilidades advindas do uso das tecnologias da informação e da comunicação no âmbito do serviço judiciário. Assim, precisam ser conhecidos e analisados para que a informatização possa ser aprimorada cada vez mais.

O primeiro ponto a ser considerado são as falhas no sistema, que podem ocasionar sérios danos ao andamento regular do processo. Cite-se como exemplo a impossibilidade de peticionar ou de juntar aos autos alguma documentação essencial. Ainda, em virtude da falha do sistema, é possível que não seja conferida a proteção adequada a alguns documentos, o que demonstra uma séria lacuna na segurança.

O segundo ponto seria a qualidade de vida dos servidores judiciários. Isso porque o uso excessivo dos instrumentos necessários para a execução das atividades, como computadores, teclados e mouse, pode levar a danos de ordem física à saúde, levando-se em consideração que a utilização de tais instrumentos para a consecução do trabalho requer movimentos demasiadamente repetitivos.

O terceiro ponto seria a eficácia da segurança dos instrumentos tecnológicos diante de invasões cibernéticas bastante comuns quando da utilização da rede mundial de computadores (internet)<sup>156</sup>. Caso não haja um sistema de proteção adequado para prevenir e reprimir possíveis invasões, restará fragilizada a garantia de proteção de dados.

O quarto ponto seria a questão da infraestrutura adequada. Para que o movimento de informatização seja empreendido com sucesso é necessário que seja disponibilizado de forma permanente os meios para tanto, leia-se os equipamentos, como computadores e máquinas de copiar e de digitalizar, além de profissionais capacitados na área de TI para sanar possíveis defeitos.

---

<sup>156</sup> KATSH, Ethan; RABINOVICH-EINY, Orna, **Digital Justice: technology and the internet of disputes**. Oxford: Oxford University Press, 2017, p. 48.

O quinto ponto seria a falta de capacidade do sistema de suportar altos números de acesso, o que conduziria a uma lentidão prejudicial ao andamento dos trabalhos. É necessário um investimento significativo na infraestrutura tecnológica, buscando-se estabilidade e alta performance no funcionamento do *software*.

O sexto ponto estaria relacionado a desigualdade de acesso às tecnologias da informação e da comunicação verificada no âmbito social, o que acaba prejudicando a garantia efetiva do direito de acesso à justiça. É importante que seja mantida a disponibilização dos serviços judiciários nas unidades físicas.

O sétimo ponto seria a resistência de alguns operadores do direito e de servidores do Poder Judiciário de se adaptarem as mudanças tecnológicas empreendidas. Tal resistência advém da incapacidade de utilização das tecnologias por falta de habilidades específicas, o que seria facilmente sanado a partir da capacitação específica desses agentes.

### **3.4 O caminho aberto para a resolução de conflitos: o uso das ferramentas digitais como possibilidade de aprimoramento da prestação jurisdicional**

O sistema de resolução de conflitos ultrapassou os limites tradicionais. Os problemas relacionados à prestação jurisdicional, marcados pelo grande volume processual e a consequente morosidade judiciária, precisam ser solucionados da forma mais prática e eficiente possível<sup>157</sup>.

Uma das saídas para a resolução dos desafios enfrentados pela prestação jurisdicional foi a promoção e divulgação de meios alternativos de solução de conflitos nos tribunais.

---

<sup>157</sup>LUCHIARI, Valeria – **Mediação Judicial: análise da realidade brasileira – origem e evolução até a Resolução nº 125, do Conselho Nacional de Justiça**, pp. 80-82. Nesse sentido, importa destacar que o Conselho Nacional de Justiça, nos termos da Resolução nº 125232, de 29.11.2010, ao afirmar que “cabe ao Judiciário estabelecer política pública de tratamento adequado dos problemas jurídicos e dos conflitos de interesses, que ocorrem em larga e crescente escala na sociedade, de forma a organizar, em âmbito nacional, não somente os serviços prestados nos processos judiciais, como também os que possam sê-lo mediante outros mecanismos de solução de conflitos, em especial dos consensuais, como a mediação e a conciliação”. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – **Resolução nº 125232, de 29.11.2010**. [Em linha]. [Consult. 18 jul. 2021]. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2579>>.

No Brasil, a relevância desta situação se colocou perante a necessidade de organizar os sistemas multiportas de resolução de conflitos e, por meio dele, implementar respostas ainda mais específicas no que tange à celeridade e eficiência da prestação jurisdicional.

Exatamente por isto, especialmente a mediação e a conciliação, são métodos que se adequam ao princípio do regime jurídico administrativo que impõem o consensualismo e a eficiência como pontos chaves para uma concepção mais atualizada e necessária<sup>158</sup>.

Para além do que já é utilizado nesses métodos alternativos, o cenário pandêmico enfrentado no ano de 2020 e 2021 mostrou que as ferramentas digitais são práticas e podem tornar mais fáceis e rápidas as resoluções de conflitos, dando maior vazão aos volumes processuais.

Sobre o tema e para além dos meios de resolução alternativos, exemplifico a relevância das ferramentas digitais no cenário jurídico utilizando o caso dos Juizados Especiais do Paraná.

No sentido de evitar o deslocamento obrigatório dos cidadãos aos espaços físicos dos fóruns a fim de não impor a contaminação da população utilizaram-se de forma mais incisiva das ferramentas eletrônicas.

Mesmo após o cenário pandêmico, a redução de ações voltadas para a proteção de saúde pública envolvendo a utilização dessas ferramentas obteve uma grande taxa satisfatória no auxílio à prestação jurisdicional – como já era de se prever<sup>159</sup>.

Assim, ferramentas utilizadas de forma mais esporádica antes do coronavírus, como o WhatsApp, passaram a ser ainda mais necessárias para atos como o encaminhamento de intimações no cumprimento de despacho, levantamento de alvarás, comparecimento em audiências, custas processuais, cumprimento de sentenças.

Porém, apesar do sucesso e bom funcionamento desta plataforma, só é possível usar o WhatsApp para estas ações após a parte ser informada do funcionamento da

---

<sup>158</sup> CARVALHO, Jorge Morais – A consagração legal da mediação em Portugal, pp. 271-291.

<sup>159</sup> TJPR – **Juizados Especiais utilizam ferramentas para manter atendimento em formato on-line**. [Em linha]. [Consult. 18 jul. 2021]. Disponível em: <[https://www.tjpr.jus.br/noticias-2-vice/-/asset\\_publisher/sTrhoYRKnlQe/content/juizados-especiais-utilizam-ferramentas-para-manter-atendimento-em-formato-on-line/14797?inheritRedirect=false](https://www.tjpr.jus.br/noticias-2-vice/-/asset_publisher/sTrhoYRKnlQe/content/juizados-especiais-utilizam-ferramentas-para-manter-atendimento-em-formato-on-line/14797?inheritRedirect=false)>.

ferramenta e preencher o termo de adesão que autoriza a comunicação e o envio de intimações por esse meio<sup>160</sup>.

O direito a duração razoável do processo foi consagrado internacionalmente pela Convenção Europeia de Direitos Humanos de 1950 e pela Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969, em seus artigos 6º e 8º, respectivamente, que dizem:

Artigo 8. Garantias judiciais

1. Toda pessoa tem direito a ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou para que se determinem seus direitos ou obrigações de natureza civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza<sup>161</sup>.

Artigo 6.º

(Direito a um processo equitativo)

1. Qualquer pessoa tem direito a que a sua causa seja examinada, equitativa e publicamente, num prazo razoável por um tribunal independente e imparcial, estabelecido pela lei, o qual decidirá, quer sobre a determinação dos seus direitos e obrigações de carácter civil, quer sobre o fundamento de qualquer acusação em matéria penal dirigida contra ela. O julgamento deve ser público, mas o acesso à sala de audiências pode ser proibido à imprensa ou ao público durante a totalidade ou parte do processo, quando a bem da moralidade, da ordem pública ou da segurança nacional numa sociedade democrática, quando os interesses de menores ou a protecção da vida privada das partes no processo o exigirem, ou, na medida julgada estritamente necessária pelo tribunal, quando, em circunstâncias especiais, a publicidade pudesse ser prejudicial para os interesses da justiça<sup>162</sup>.

Percebe-se que a preocupação em torno da celeridade no trâmite processual como pressuposto para realização da justiça não é atual, datando de uma época imediatamente posterior a Segunda Guerra Mundial, logo no início da segunda metade do século XX.

Em Portugal, o direito a razoabilidade temporal foi previsto a partir da Constituição Portuguesa de 1976, que trata do assunto em seu art. 20º. Vejamos:

Artigo 20.º

Acesso ao direito e tutela jurisdicional efetiva

[...]

---

<sup>160</sup> Apesar de existir desde 2017, a utilização do WhatsApp como ferramenta digital de apoio aos serviços jurisdicionais foi recentemente reconhecida como uma recomendação pela Supervisão dos Juizados Especiais, nos termos do Ofício-Circular nº 03/2020-G2V. *Idem*.

<sup>161</sup> CONFERÊNCIA ESPECIALIZADA INTERAMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS – **Convenção Americana sobre Direitos Humanos**. [Em linha]. 1969. [Consult. 18 jul. 2021]. Disponível em: <[https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao\\_americana.htm](https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm)>.

<sup>162</sup> CONSELHO DA EUROPA – **Convenção Europeia de Direitos Humanos**. [Em linha]. 1950. [Consult. 18 jul. 2021]. Disponível em: <https://www.oas.org/es/cidh/expresion/showarticle.asp?artID=536&IID=4>.

4. Todos têm direito a que uma causa em que intervenham seja objeto de decisão em prazo razoável e mediante processo equitativo<sup>163</sup>.

No Brasil, o princípio da celeridade processual foi consagrado a partir da Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, ao inserir o inciso LXXVIII ao art. 5º, que trata dos direitos e garantias fundamentais.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação<sup>164</sup>.

Com o princípio da celeridade alçado ao patamar constitucional cria-se a diretriz necessária para que o Estado busque meios de garantir a brevidade do trâmite processual como condição necessária para a concessão de uma prestação jurisdicional verdadeiramente útil e efetiva, que supre com a maior exatidão possível as necessidades dos cidadãos. Percebe-se que a instrumentalização tecnológica do Poder Judiciário é um dos meios para seguir a diretriz estabelecida ao retirar do caminho certos entraves temporais inerentes ao uso do processo físico.

Em decorrência da utilização do processo eletrônico no âmbito do Poder Judiciário, criou-se a possibilidade de solicitar e executar serviços judiciais de qualquer lugar do mundo e a qualquer momento tanto pelas partes e advogados, quanto pelos magistrados e demais servidores.

Diante do exposto, não tem como questionar a extrema relevância da informatização do processo judicial para a concretização do próprio princípio constitucional do acesso à justiça, que tem como pressupostos de efetividade justamente os benefícios advindos do uso do processo eletrônico, quais sejam celeridade e consequente concessão de uma prestação jurisdicional verdadeiramente útil.

---

<sup>163</sup>PORTUGAL – **Constituição da República Portuguesa**. [Em linha]. 1976. [Consult. 12 mai. 2021]. Disponível em: <https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/34520775/view>.

<sup>164</sup>BRASIL – **Constituição da República Federativa do Brasil**. [Em linha]. 1988. [Consult. 12 mai. 2021]. Disponível em: [planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de informatizar os meios de acesso à justiça, entendidos aqui como meios de resolução de conflitos, decorre do advento da chamada 'sociedade da informação', que demandou rapidez, dinamicidade e praticidade não somente no âmbito das relações interpessoais, mas também no âmbito dos serviços públicos e privados.

Como visto, a sociedade da informação é fruto de um alto estágio de desenvolvimento técnico-científico. As tecnologias que dão base ao arranjo social em comento são vetores de progresso em vários setores, especialmente no que concerne ao *modus operandi* das atividades específicas de cada um.

Em vista disso, a sociedade da informação deve ser compreendida como o resultado da revolução tecnológica contemporânea, que tem como cerne instrumentos que viabilizam a circulação rápida, precisa e massificada de informações. Há que se compreender que tais instrumentos não constituem um fim em si mesmos, sendo pontos de partida relevantes para a produção de conhecimento e para a modernização de diversos segmentos da sociedade.

Para os objetivos deste trabalho, focou-se na análise da prestação jurisdicional no contexto formado pela abrangência das tecnologias da informação no meio social. A concepção de acesso à justiça precisou ser revisitada e reformulada, tendo em mente que os indivíduos passaram a buscar por eficiência aliada a rapidez e praticidade nos afazeres do dia-a-dia e nos diversos tipos de relação.

Isso porque, especialmente a partir do final da Segunda Guerra Mundial, marco histórico do início da revolução tecnológica em comento, o direito de acesso à justiça, agora atrelado às diretrizes do princípio da dignidade humana, passou a ser consubstanciado por meio de uma prestação jurisdicional justa, efetiva e em tempo razoável.

O desenrolar da mudança de concepção acerca do direito de acesso à justiça fez com que não mais coubesse no contexto que se formava processos judiciais com resultados eivados de ineficácia por conta de um trâmite processual demasiada e desnecessariamente burocrático e, por conseguinte, lento.

É nesse ponto que as tecnologias da informação alcançam o objetivo mencionado em parágrafo anterior: produção de conhecimento e modernização do *modus operandi*

das atividades de diversas áreas. No que tange à área judiciária, mais especificamente à composição de litígios, a celeridade, entendida como propulsora de eficiência, passou a ser garantida com o uso de instrumentos que permitissem a desmaterialização processual por meio da aplicação de sistemas eletrônicos.

A modernização da prestação jurisdicional voltada para a atribuição de celeridade ao andamento dos processos foi gradual e passou por várias etapas, dentre elas, guarda de processos; distribuição de trabalhos nas secretarias, maneira de vista dos autos; protocolo de petições; além de tornar desnecessária uma série de diligências técnicas relativas à execução de atos processuais que eram imprescindíveis em processos físicos.

Por óbvio que quanto mais complexa a sociedade, no sentido de nível de interação entre os indivíduos, mais conflitos existirão. Conflitos já conhecidos e conflitos novos, advindos de relações que nasceram em decorrência das tecnologias da informação.

A partir disso, convém analisar a lentidão processual sob uma outra perspectiva: a da sobrecarga do Poder Judiciário. A promessa de celeridade não é cumprida em virtude da alta judicialização dos litígios. A solução mais plausível foi o Estado reconhecer os meios alternativos de solução de conflitos, tais como a arbitragem, a mediação e a conciliação.

Aqui, chamo atenção para o fato de que o uso do termo 'alternativo' pode ser mitigado, posto que, como dito neste trabalho, há casos em que a aplicação de um desses meios é de observância obrigatória.

Dentro do sistema de resolução de litígios, observou-se que, a partir do uso de ferramentas tecnológicas, criaram-se plataformas que visam compor, total ou parcialmente, conflitos decorrentes de relações estabelecidas em âmbito digital, mais especificamente relações de cunho consumerista firmadas no comércio eletrônico. Citou-se como exemplo o mecanismo denominado *Online Dispute Resolution (ODR)*.

É nesse ponto que se verifica a influência da inclusão de tecnologias da informação para uma prestação jurisdicional justa, efetiva e célere, posto que a partir delas é possível criar procedimentos mais simplificados, dotados de autonomia e desjudicializados para solucionar conflitos comuns da sociedade hodierna, contribuindo para o desafogamento do judiciário, que fica desincumbido de analisar questões pouco ou nada complexas que podem ser resolvidas a partir da aplicação de técnicas de conciliação ou de arbitragem. Técnicas que, diga-se de passagem, já são bem desenvolvidas por

plataformas eletrônicas, que permitem tanto uma interação parcialmente automatizada, quanto uma interação totalmente automatizada com a utilização de *softwares* avançados.

O uso das tecnologias da informação voltado para a solução de litígios mostra-se um meio viável de simplificar os procedimentos, de modo que são oferecidas às partes possibilidades mais adequadas aos anseios por rapidez, praticidade e eficiência, especialmente a partir do uso de plataformas online. Com isso, atribui-se celeridade não somente aos procedimentos autônomos de resolução de conflitos, mas também àqueles levados ao Poder Judiciário, tendo em vista que este pode concentrar-se em conflitos mais complexos, a partir do momento em que se vê desafogado de inúmeras causas cuja judicialização não vale a pena se forem considerados os resultados e os custos relacionados. Assim, consubstancia-se ainda mais o direito de acesso à justiça dentro de uma sociedade que valoriza com afincos a eficiência atrelada a rapidez.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Tania – **Mediação de Conflitos: para iniciantes, praticantes e docentes.** 2ª ed. rev., atual. e ampl. Salvador: Juspodivm, 2019. ISBN: 9788544226940
- ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA – **Lei nº 10, de 29 de abril de 1991.** [Em linha]. 1991. [Consult. 23 jul. 2021]. Disponível em: <<https://dre.pt/pesquisa/-/search/599769/details/maximized>>.
- ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA – **Lei nº 34, de 14 de julho de 2009.** [Em linha]. 2009. [Consult. 23 jul. 2021]. Disponível em: <<https://dre.pt/pesquisa/-/search/492407/details/maximized>>.
- ASSMANN, Hugo – **Reencantar a Educação** - Rumo à Sociedade Aprendiz. Petrópolis, 4ª ed., Rio de Janeiro: Vozes, 2000. ISBN: 978-8532620248
- BAHAMONDE, Rúben. Os princípios estruturantes da Mediação em Portugal. **Galileu – Revista De Direito E Economia**, volume XIX , 2018, pp. 131-154. ISSN: 2184-1845.
- BARBOSA, Mafalda Miranda – **Do juiz arbitro ao software juiz-arbitro: uma evolução possível?** *In:* Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação, vol. XVI, pp. 37-64, 2021. ISBN: 9781616471927
- BARBOSA, Mafalda Miranda – Inteligência artificial, e-persons e direito: desafios e perspectivas. *In:* MONTEIRO, António Pinto (Dir.) – Direito e Robótica. **Número especial de Estudos de Direito do Consumidor**, 2020, pp. 57-92. ISSN: 1646-0375
- BARROCAS, Manuel Pereira – **Lei de Arbitragem Comentada.** Coimbra: Almedina, 2013. ISBN: 978-9724050683
- BARROS, João Pedro Leite. El arbitraje en línea en conflictos de consumo en Brasil. **Revista Internacional de arbitragem e conciliação.** Vol. XIII, 2020, pp. 147-172. ISBN: 9781316471920.

- BEZERRA, Paulo César Santos – **Acesso à justiça:** um problema ético-social na realização da justiça. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2001. ISBN: 978-8571472921
- BRASIL – **Constituição da República Federativa do Brasil.** [Em linha]. 1988. [Consult. 12 mai. 2021]. Disponível em: <[planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>.
- BRASIL – **Lei n.º 11.419, de 19 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências. [Em linha]. 2006. [Consult. 18 jul. 2021]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11419.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11419.htm)>.
- BRASIL – **Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973.** [Em linha]. 1973. [Consult. 12 mai. 2021]. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5869-11-janeiro-1973-357991-publicacaooriginal-1-pl.html>>.
- BRASIL – **Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.** [Em linha]. 1943. [Consult. 15 mai. 2021]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm)>.
- BRASIL – **Lei n.º 10.259 de 12 de julho de 2001.** Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal. [Em linha]. 2001. [Consult. 18 jul. 2021]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/LEIS\\_2001/L10259.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/LEIS_2001/L10259.htm)>.
- BRASIL – **Lei n.º 7.232 de 29 de outubro de 1984.** [Em linha]. 1984. [Consult. 18 jul. 2021]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7232.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7232.htm)>.
- BRASIL – **Lei n.º 7.463 de 17 de abril de 1986.** [Em linha]. 1986. [Consult. 18 jul. 2021]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1980-1988/L7463.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7463.htm)>.
- BRASIL – **Lei n.º 8.248 de 23 de outubro de 1991.** [Em linha]. 1991. [Consult. 18 jul. 2021]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8248.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8248.htm)>.
- BRASIL – **Lei n.º 9.800 de 26 de maio de 1999.** Permite às partes a utilização de sistema de transmissão de dados para a prática de atos processuais. [Em linha]. 1999.

- [Consult. 18 jul. 2021]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9800.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9800.htm)>.
- BRASIL – **Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.** [Em linha]. 1995. [Consult. 15 mai. 2021]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19099.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19099.htm)>.
- BRASIL – **Lei n.º 12.965 de 23 de abril de 2014.** [Em linha]. 2014. [Consult. 18 mai. 2021]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1980-1988/L7463.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7463.htm)>.
- BRASIL – **Lei n.º 8.245 de 18 de outubro de 1991.** [Em linha]. 1991. [Consult. 19 abr. 2021]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18245.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18245.htm)>.
- CANOTILHO, J. J. Gomes; MOREIRA, Vital – **Constituição da República Portuguesa anotada.** v. 1. Coimbra: Coimbra Editora, 2010. ISBN: 9789723214628
- CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant – **Acesso à justiça.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1998. ISBN: 978-8588278295
- CARVALHO, Joana Campos – A função de conciliação do juiz nos conflitos civis e comerciais. In: CHABY, Estrela; RODRIGUES, Gabriela Cunha – **A mediação e a conciliação nos conflitos civis e comerciais**, CEJ: Lisboa, 2018, pp. 11-46. ISBN: 978-972-9122-98-9.
- CARVALHO, Jorge Morais – A consagração legal da mediação em Portugal. **Julgar**, n.º 15, 2011, pp. 271-291. ISSN: 1646-6853.
- CASTELLS, Manuel – **A Sociedade em rede.** vol 1. 8º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. ISBN: 978-8577530366
- CAZELOTO, Edilson – **Inclusão digital: Uma visão crítica.** 1 ed. São Paulo: Senac, 2008. ISBN: 9788573597691
- CONFERÊNCIA ESPECIALIZADA INTERAMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS – **Convenção Americana sobre Direitos Humanos.** [Em linha]. 1969. [Consult. 18 jul. 2021]. Disponível em: <[https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao\\_americana.htm](https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm)>.

CONSELHO DA EUROPA – **Convenção Europeia de Direitos Humanos**. [Em linha]. 1950. [Consult. 18 jul. 2021]. Disponível em: <<https://www.oas.org/es/cidh/expresion/showarticle.asp?artID=536&IID=4>>.

CONSELHO DE MINISTROS – **Resolução n° 135, de 20 de novembro de 2002**. [Em linha]. 2002. [Consult. 23 jul. 2021]. Disponível em: <<https://dre.pt/pesquisa/-/search/451783/details/maximized>>.

CONSELHO DE MINISTROS – **Resolução n° 60, de 06 de maio de 1998**. [Em linha]. 1998. [Consult. 23 jul. 2021]. Disponível em: <<https://dre.pt/pesquisa/-/search/516912/details/maximized>>.

CONSELHO DE MINISTROS – **Resolução n° 97, de 26 de agosto de 1999**. [Em linha]. 1999. [Consult. 23 jul. 2021]. Disponível em: <<https://dre.pt/pesquisa/-/search/428656/details/maximized>>.

CONSELHO DE MINISTROS – **Resolução n° 110, de 12 de agosto de 2003**. [Em linha]. 2003. [Consult. 23 jul. 2021]. Disponível em: <<https://dre.pt/pesquisa/-/search/660947/details/maximized>>.

CONSELHO DE MINISTROS – **Resolução n° 138, de 12 de abril de 1998**. [Em linha]. 1998. [Consult. 23 jul. 2021]. Disponível em: <<https://dre.pt/web/guest/home/-/dre/222063/details/maximized?jp=true>>.

CONSELHO DE MINISTROS – **Resolução n° 36, de 12 de março de 2003**. [Em linha]. 2003. [Consult. 23 jul. 2021]. Disponível em: <<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/214721/details/normal?q=resolu%C3%A7%C3%A3o+n%C2%B0%2036%2F2003>>.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – **Programa Justiça 4.0**. [Em linha]. 2021. [Consult. 20 jul. 2021]. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/08/cartilha-justica-4-0-20082021-web.pdf>>.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – **Resolução n° 345, de 09 de outubro de 2020**. [Em linha]. 2020. [Consult. 20 jul. 2021]. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/files/original175500202010145f873b7482503.pdf>>.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – **Resolução nº 385, de 06 de abril de 2021.**  
[Em linha]. 2021. [Consult. 20 jul. 2021]. Disponível em:  
<<https://atos.cnj.jus.br/files/original18544020210407606dfff01fe8d.pdf>>.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – **Resolução nº 41, de 11 de setembro de 2007.** [Em linha]. 2007. [Consult. 20 jul. 2021]. Disponível em:  
<<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/323-resolucoes/12156-resolu-no-41-de-11-de-setembro-de-2007>>.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – **Resolução nº 46, de 18 de dezembro de 2007.** [Em linha]. 2007. [Consult. 20 jul. 2021]. Disponível em:  
<[http://www.cnj.jus.br/images/stories/docs\\_cnj/resolucao/rescnj\\_46.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/stories/docs_cnj/resolucao/rescnj_46.pdf)>.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – **Resolução nº 65, de 16 de dezembro de 2008.** [Em linha]. 2008. [Consult. 20 jul. 2021]. Disponível em  
<<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/resolucoespresidencia/12179-resolucao-no-65-de-16-de-dezembro-de-2008>>.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – **Resolução nº 70, de 18 de março de 2009.**  
[Em linha]. 2009. [Consult. 20 jul. 2021]. Disponível em:  
<<http://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/gestao-e-planejamento-do-judiciario/resolucao-n-70>>.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – **Resolução nº 90, de 29 de setembro de 2009.** [Em linha]. 2009. [Consult. 20 jul. 2021]. Disponível em:  
<<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/323-resolucoes/12205-resolucao-no-90-de-29-de-setembro-de-2009>>.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – **Resolução nº 12, de 14 de fevereiro de 2006.** [Em linha]. 2006. [Consult. 20 jul. 2021]. Disponível em:  
<<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/resolucoespresidencia/12127-resolu-no-12-de-14-de-fevereiro-de-2006>>.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – **Resolução nº 185, de 18 de dezembro de 2013.** [Em linha]. 2013. [Consult. 20 jul. 2021]. Disponível em:  
<<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da->



presidencia/resolucoespresidencia/27241-resolucao-n-185-de-18-de-dezembro-de-2013>.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – **Resolução nº 331, de 20 de agosto de 2020.**

[Em linha]. 2020. [Consult. 20 jul. 2021]. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/files/original191747202008255f4563db846dc.pdf>>.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – **Resolução nº 45, de 17 de dezembro de**

**2007.** [Em linha]. 2007. [Consult. 20 jul. 2021]. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/resolucoespresidencia/12160-resolu-no-45-de-17-de-dezembro-de-2007>>.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – **Resolução nº 372, de 12 de fevereiro de**

**2021.** [Em linha]. 2021. [Consult. 20 jul. 2021]. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/files/original15412620210219602fdc26a38d2.pdf>>.

CORDEIRO, António Menezes – **Tratado de Arbitragem.** Coimbra: Almedina, 2015.

ISBN: 97897224061603.

CORTÉS, Pablo – The digitalisation of the judicial system: Online tribunals and courts.

**Computer and Telecommunications Law Review**, v. 22, n.6, pp. 141-144. ISSN: 1357-3128.

DE PAULA, Wesley Roberto – **Publicidade no processo judicial eletrônico:** Busca da

indispensável relativização. São Paulo: Editora LTr, 2009. ISBN: 9788536112916

DIAS, Maria Tereza Fonseca – **Mediação, cidadania e emancipação social.** São Paulo:

Fórum, 2010. ISBN: 978-8577003419

DIREÇÃO-GERAL DA POLÍTICA DA JUSTIÇA – **A transformação digital da**

**justiça.** [E-book]. Lisboa: CEJ, 2017. ISBN: 978-8577003419.

FERREIRA, Rubens da Silva – **A sociedade da informação no Brasil: um ensaio sobre**

**os desafios do Estado.** Revista Ciência da Informação, vol. 32/2003, p. 36-41, jan-abr/2003. ISSN: 1518-8353

- FONSECA, Guilherme da – **A defesa dos direitos: o princípio geral da tutela jurisdicional dos direitos fundamentais**. Lisboa, 1985. Sep. Boletim do Ministério da Justiça.
- FREIRE, Geovana Maria Cartaxo De Arruda. SALES, Tainah Simões – **A inclusão digital como direito fundamental e instrumento para concretização do exercício democrático**. [Em linha]. [Consult. 14 mai. 2021]. Disponível em: <[http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/cartaxo\\_-\\_6.pdf](http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/cartaxo_-_6.pdf)>.
- FREITAS, Pedro Miguel; SILVA, Sónia Moreira (Coord) – **Inteligência artificial e robótica: desafios para o Direito do Século XXI**. Coimbra: GESTLEGAL, 2022. ISBN: 9789899136090
- GOUVEIA, Mariana França – **Curso de Resolução Alternativa de Litígios**. Coimbra: Almedina, 2011. ISBN: 978-972-40-4528-3
- GOVERNO DE PORTUGAL – **Plano Justiça + Próxima 2020-2023**. [Em linha]. 2021. [Consult. 23 jul. 2021]. Disponível em: <<https://justicamaisproxima.justica.gov.pt/>>.
- LASTRES, Helena M. M.; ALBAGLI, Sarita – **Informação e Globalização na Era do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999. ISBN: 85-352-0489-X
- LIMA, Joaquim Pires de – Considerações acerca do direito à justiça em prazo razoável. **Revista da Ordem dos Advogados**, Lisboa, ano 50, n.3, dezembro de 1990, p. 671-701. ISSN: 08734860
- LUCHIARI, Valeria – **Mediação Judicial: análise da realidade brasileira – origem e evolução até a Resolução nº 125, do Conselho Nacional de Justiça**. Rio de Janeiro: Forense, 2012. ISBN: 9788530941734
- MARTINS, Reinaldo Luiz Cabrita – **A mediação civil como instrumento de resolução de conflitos (a previsão da União Europeia e a Ordem Jurídica Portuguesa)**. In: PARKINSON, Lisa, Mediación Familiar. Teoría y práctica: principios y estrategias operativas, Gedisa Editorial, Barcelona, 2005. Disponível em: <<http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/7498/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20DE%20MESTRADO.pdf?sequence=1>>.

- MATOS, Filipe Albuquerque – Responsabilidade por danos causados a terceiros por robôs. *In*: MONTEIRO, António Pinto (Dir.) – Direito e Robótica. **Número especial de Estudos de Direito do Consumidor**, 2020, pp. 57-92. ISSN: 1646-0375.
- MEDEIROS, Pablo; SALDANHA, Alexandre – Processo judicial eletrônico e inclusão digital para acesso à justiça na sociedade da informação. **Revista dos Tribunais Online**, vol. 277/2018, pp. 541 – 561. ISSN: 1646-0375.
- MENDÉZ, Francisco Ramos – Medidas alternativas a la resolución de conflictos por vía judicial em el âmbito civil patrimonial. **Justicia: revista de derecho procesal**, n. 4, 1994, pp. 807-822.
- MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA – **Decreto-Lei n° 290-D, de 02 de agosto de 1999**. [Em linha]. 1999. [Consult. 23 jul. 2021]. Disponível em: <<https://dre.pt/pesquisa/-/search/445741/details/maximized>>.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – **Despacho n° 16171, de 29 de novembro de 2011**. [Em linha]. 2011. [Consult. 23 jul. 2021]. Disponível em: <<https://dre.tretas.org/dre/287979/despacho-16171-2011-de-29-de-novembro>>.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – **Portaria n° 1417, de 30 de dezembro de 2003**. [Em linha]. 2003. [Consult. 23 jul. 2021]. Disponível em: <[https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1426&tabela=leis&so\\_miolo=>](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1426&tabela=leis&so_miolo=>)>.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – **Portaria n° 1538, de 30 de dezembro de 2008**. [Em linha]. 2008. [Consult. 23 jul. 2021]. Disponível em: <[https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1035&tabela=leis&so\\_miolo=>](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1035&tabela=leis&so_miolo=>)>.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – **Portaria n° 280, de 26 de agosto de 2013**. [Em linha]. 2013. [Consult. 23 jul. 2021]. Disponível em: <[https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1967&tabela=leis&so\\_miolo=>](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1967&tabela=leis&so_miolo=>)>.

- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – **Portaria n.º 8-A, de 03 de janeiro de 2001**. [Em linha]. 2001. [Consult. 23 jul. 2021]. Disponível em: <<https://dre.pt/pesquisa/-/search/209063/details/maximized>>.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – **Portaria n.º 1178-E, de 15 de dezembro de 2000**. [Em linha]. 2000. [Consult. 23 jul. 2021]. Disponível em: <<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/429608/details/maximized>>.
- MIRANDA, Jorge – **As constituições portuguesas: de 1822 ao texto actual da Constituição**. 2.<sup>a</sup> edição. Lisboa: Petrony, 1992. ISBN: 972-685-050-9
- MIRANDA, Jorge; MEDEIROS, Rui – **Constituição Portuguesa Anotada**. v. 1. Coimbra: Coimbra Editora, 2010. ISBN: 978-972-32-1464-4
- MONTEIRO, António Pedro Pinto; SILVA, Artur Flamínio; MIRANTE, Daniela.– **Manual de Arbitragem**. Coimbra: Almedina, 2019. ISBN 978-9724079653
- NEVES, Daniel Amorim Assumpção – **Manual de Direito Processual Civil**. 12.º ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2020. ISBN: 978-65-5680-945-8
- NOVELINO, Marcelo – **Curso de Direito Constitucional**. Salvador: Editora Juspodivm, 2016. ISBN: 978-85-442-0827-4.
- PEREIRA, Alexandre Dias – A proteção jurídica do software executado por robots (e das obras geradas por IA). *In*: MONTEIRO, António Pinto (Dir.) – **Direito e Robótica. Número especial de Estudos de Direito do Consumidor**, 2020, pp. 239-254. ISSN: 1646-0375
- PEREIRA, Joel Timóteo Ramos – **Novas Tecnologias na Justiça**. [Em linha]. 2017. [Consult. 25 jul. 2021]. Disponível em: <[https://www.academia.edu/35440155/Novas\\_Tecnologias\\_na\\_Justi%C3%A7a\\_40\\_anos\\_de\\_justi%C3%A7a\\_em\\_Portugal\\_](https://www.academia.edu/35440155/Novas_Tecnologias_na_Justi%C3%A7a_40_anos_de_justi%C3%A7a_em_Portugal_)>.
- PEREIRA, Rui Soares; LOPES, Joana Costa – A inteligência artificial na decisão arbitral. **Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação**, Vol. XVI, 2021, pp. 11-37. ISBN: 9781616471927.
- PORTUGAL – **Lei n.º 10, de 29 de abril de 1991**. [Em linha]. 1991. [Consult. 25 jul. 2021]. Disponível em: <<https://dre.pt/dre/detalhe/lei/10-1991-599769>>.

- PORTUGAL – **Lei n.º 63, de 14 de dezembro de 2011.** [Em linha]. 2011. [Consult. 14 mai. 2021]. Disponível em: <[https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1579&tabela=leis](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1579&tabela=leis)>.
- PORTUGAL – **Lei n.º 34, de 29 de julho de 2004.** [Em linha]. 2004. [Consult. 14 mai. 2021]. Disponível em: <<https://dre.pt/pesquisa/-/search/502394/details/maximized>>.
- PORTUGAL – **Lei n.º 41, de 26 de junho de 2013.** [Em linha]. 2013. [Consult. 14 mai. 2021]. Disponível em: <[https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1959&tabela=leis](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1959&tabela=leis)>.
- PORTUGAL – **Constituição da República Portuguesa.** [Em linha]. 1976. [Consult. 12 mai. 2021]. Disponível em: <<https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/34520775/view>>.
- PORTUGAL – **DL n.º 114/2008, de 06 de fevereiro de 2008.** [Em linha]. 2008. [Consult. 19 abr. 2020]. Disponível em: <[https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=992&tabela=leis](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=992&tabela=leis)>.
- PORTUGAL – **DL n.º 183/2000, de 10 de agosto de 2000.** [Em linha]. 2000. [Consult. 19 abr. 2020]. Disponível em: <[https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=577&tabela=leis&so\\_miolo=>](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=577&tabela=leis&so_miolo=>)>.
- PORTUGAL – **DL n.º 290-D/1999, de 2 de agosto de 1999.** [Em linha]. 1999. [Consult. 23 jul. 2021]. Disponível em: <<https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/290-d-1999-445741>>.
- PORTUGAL – **DL n.º 97/2019, de 26 de julho de 2019.** [Em linha]. 2019. [Consult. 19 abr. 2021]. Disponível em: <[http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?tabela=leis&nid=3115&pagina=1&ficha=1](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?tabela=leis&nid=3115&pagina=1&ficha=1)>.

PORTUGAL – **Ministério da Ciência e da Tecnologia**. [Em linha]. 1997. [Consult. 12 mai. 2021]. Disponível em: <<http://homepage.ufp.pt/lmbg/formacao/lvfinal.pdf>>.

SANTOS, Boaventura Sousa – **O acesso ao direito e à Justiça: um direito fundamental em questão**. Coimbra: Coimbra Editora, 2002.

SILVA FILHO, Antônio Mendes da – **Os três pilares da inclusão digital**. Revista Espaço Acadêmico. ano 3, n. 24, maio de 2003. [Em linha]. 2003. [Consult. 25 mar. 2021]. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/024/24amsf.htm>>.

SILVA, Artur Flaminio da – **Direito Administrativo e Tecnologia**. 2 ed. Portugal: Grupo Almedina, 2021. ISBN: 9789724094670

SILVA, Artur Flaminio da – **Direito Administrativo e Tecnologia**. 2ª ed. Coimbra: Almedina, 2021. ISBN: 9789734099668.

SOARES, Tainy de Araújo – Processo judicial eletrônico e sua implantação no Poder Judiciário brasileiro. **Revista Jus Navegandi**, Teresina, ano 17, n. 3307, 21 jul. 2012. [Em linha]. 2012. [Consult. 25 mar. 2021] Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/22247>>. ISSN: 1518-4682

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – **Resolução nº 02, de 24 de abril de 2007**. [Em linha]. 2007. [Consult. 20 jul. 2021]. Disponível em: <<https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/9318>>.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – **Resolução nº 344, de 25 de maio de 2007**. [Em linha]. 2007. [Consult. 20 jul. 2021]. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/atoNormativo/verAtoNormativo.asp?documento=1127>>.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – **Resolução nº 417, de 20 de outubro de 2009**. [Em linha]. 2009. [Consult. 20 jul. 2021]. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/atoNormativo/verAtoNormativo.asp?documento=1853>>.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – **Resolução nº 442, de 05 de outubro de 2010.**

[Em linha]. 1986. [Consult. 20 jul. 2021]. Disponível em:  
<<http://www.stf.jus.br/portal/atoNormativo/verAtoNormativo.asp?documento=2063>>.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – **Resolução nº 287, de 14 de abril de 2004.** [Em

linha]. 2004. [Consult. 20 jul. 2021]. Disponível em:  
<<http://www.stf.jus.br/portal/atoNormativo/verAtoNormativo.asp?documento=847>>.

TAKASHI, Tadao – **Sociedade da Informação no Brasil – Livro Verde.** Brasília: MCT, 2000. ISBN: 85-88063-01-8

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO – **Instrução normativa nº 30, de 02 de**

**outubro de 2007.** [Em linha]. 2007. [Consult. 20 jul. 2021]. Disponível em:  
<<https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/3990>>.

VAZ, Mário Pessoa – **Direito Processual Civil, Do Antigo ao Novo Código.** Coimbra: Almedina, 2ª ed., 2002. ISBN: 9789724017198.

VERÍSSIMO, Jorge – Tem dúvidas sobre a mediação? Consulte o seu advogado. **Boletim da Ordem dos Advogados**, nº 26, Lisboa, 2003, pp. 64-66. ISSN: 08734860

VEZZULLA, Juan Carlos – **Mediação. Teoria e Prática. Guia para utilizadores e profissionais**, 2ª edición, Agora Comunicação, Lisboa, 2005. ISBN: 9789729758485

VILAR, Silvia Barona – **Solución Extrajurisdiccional de Conflictos.** Valencia: Tirant lo Blanch, 1999. ISBN: 978-8480028714

WILDE, Zulema y GAIBROIS, Luis M. – **O que é a Mediação.** Lisboa: Agora Publicações, 2003. ISBN: 9789729758454